



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE – UNIFEBE



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

**BRUSQUE
2006**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE - UNIFEBE

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - Proeng
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão - Proppex
Pró-Reitoria de Administração - Proad
Assessoria de Desenvolvimento

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

BRUSQUE
OUTUBRO DE 2006

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: CONTEXTOS E DESAFIOS.....	8
2 CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS QUE ALICERÇAM O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL- UNIFEBE	10
3 FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL UNIFEBE	18
3.1 EIXOS NORTEADORES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	21
4 A UNIFEBE E SEU CONTEXTO HISTÓRICO.....	27
5 INSERÇÃO REGIONAL.....	29
6 A MISSÃO INSTITUCIONAL	30
6.1 A VISÃO	30
6.2 OS PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS.....	31
6.3 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS.....	31
6.3.1 Diretrizes do Ensino de Graduação	32
6.3.2 Diretrizes do Ensino de Pós-Graduação	34
6.3.3 Diretrizes da Pesquisa	35
6.3.4 Diretrizes da Extensão	36
6.3.5 Diretrizes Administrativas	36
6.3.6 Diretrizes da Educação à Distância	37
7 O PERFIL DOCENTE.....	38
8 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO	39
8.1 A CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CURRÍCULO	39
8.2 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO: INSTRUMENTO DE GESTÃO	40
8.3 PERFIL DO EGRESSO	42
8.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	44
8.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	45
8.6 PLANO DE ENSINO	46
8.7 MODALIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	47

8.8 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	48
8.9 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR.....	49
8.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINAR E DE APRENDER	50
8.10.1 O contrato didático do curso.....	52
8.11 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS.....	54
8.12 SECRETARIA ACADÊMICA	55
8.13 SECRETARIA DAS COORDENAÇÕES	55
9 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO	56
9.1 PÓS-GRADUAÇÃO.....	57
9.1.1 Concepção	57
9.1.2 Principais diretrizes.....	58
9.1.3 Estrutura da pós-graduação.....	59
9.1.4 Procedimentos institucionais dos cursos de pós-graduação	60
9.1.5 Sobre a coordenação dos cursos de pós-graduação	62
9.1.6 Estatísticas da pós-graduação.....	63
9.2 PESQUISA	66
9.2.1 Uma introdução	66
9.2.2 Histórico e trajetória.....	67
9.2.3 Diretrizes e objetivos.....	68
9.2.4 Funcionamento e atividades	69
9.2.4.1 Procedimentos internos.....	70
9.2.5 Projetos de pesquisa.....	71
9.2.6 Publicações Científicas: Revista da Unifebe	79
9.2.7 Eventos de Iniciação Científica.....	81
9.3 EXTENSÃO	84
9.3.1 Uma introdução	84
9.3.2 Breve histórico da extensão.....	86
9.3.3 Princípios, diretrizes e objetivos da extensão.....	90
9.3.4 Funcionamento e atividades	92
9.3.4.1 Áreas temáticas das ações da extensão	92
9.3.4.2 Ações e atividades de extensão: caracterização.....	93
9.3.4.3 Estrutura de articulação das ações/atividades de extensão.....	95
9.3.5 Serviço de Orientação e Atendimento ao Estudante - Soae	97

9.3.5.1 Uma Introdução	97
9.3.5.2 Concepção, histórico e trajetória	98
9.3.5.3 Diretrizes e objetivos	98
9.3.5.4 Procedimentos institucionais do Soae	99
10 ACESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	111
10.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIFEBE: UM PROCESSO COLETIVO E FORMATIVO	111
10.1.1 Avaliação Institucional.....	112
10.1.1.1 Objetivos da Avaliação Institucional	114
10.1.1.2 Etapas da avaliação institucional.....	114
10.1.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.....	115
10.1.3 Comissão Própria de Avaliação – CPA	115
10.1.4 Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE	116
10.2 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO	117
10.2.1 Estágio Curricular Não-Obrigatório	117
10.3 FORMAÇÃO CONTINUADA	120
10.3.1 Breve histórico da Formação Continuada na Unifebe	122
11 SUFICIÊNCIA DAS BASES FÍSICAS.....	134
11.1 Bloco A	135
11.2 Centro de Conveniência – Bloco B.....	136
11.3 Bloco C	137
11.4 Prédio do Anfiteatro	139
12 ADEQUAÇÃO DE LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS	140
12.1 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS DA UNIFEBE	140
12.1.1 Caracterização	140
12.1.2 Objetivos	141
12.1.3 Recursos humanos envolvidos.....	143
12.1.4 Horário de funcionamento	143
12.1.5 Política de uso	143
12.1.5.1 Aulas no laboratório.....	144
12.1.5.2 Internet.....	144
12.1.6 Equipamentos de apoio didático-pedagógico	145

12.1.7 Equipamentos de informática disponíveis.....	145
12.2 BIBLIOTECA ACADÊMICA	147
12.2.1 Caracterização	147
12.2.2 Espaço físico.....	148
12.2.3 Segurança do espaço físico e equipamentos.....	149
12.2.4 Manutenção.....	150
12.2.5 Objetivos	150
12.2.6 Responsabilidade social.....	150
12.2.7 Informatização da Biblioteca Acadêmica	151
12.2.8 Horário de funcionamento	152
12.2.9 Recursos humanos envolvidos.....	152
12.2.10 Apoio à normalização de trabalhos acadêmicos.....	152
12.2.11 Equipamentos disponíveis	154
12.2.12 Serviços prestados.....	154
12.2.13 Política de empréstimo e consulta.....	155
12.2.13.1 Estatística de empréstimo	157
12.2.14 Política de desenvolvimento de coleções.....	157
12.2.14.1 Formas de aquisição	158
12.2.14.2 Responsáveis pela seleção	158
12.2.14.3 Instrumentos auxiliares do processo de seleção.....	158
12.2.14.4 Critérios gerais de seleção	158
12.2.14.5 Aspecto quantitativo	159
12.2.15 Acervo geral	159
REFERÊNCIAS.....	161
ANEXOS.....	164

INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico Institucional é o documento balizador da ação educativa de uma instituição de ensino. Nele estão explicitados os fundamentos teóricos da ação docente, a concepção de educação, os objetivos político-sociais e os processos metodológicos que a instituição entende ser os mais adequados ao cumprimento de sua missão.

O Centro Universitário de Brusque – Unifebe apresenta, neste documento, as suas concepções e objetivos, as atividades que se desenvolve e o que planeja implementar para que continue a cumprir sua missão de educar com qualidade, desenvolvendo a pessoa humana em todos os seus aspectos e contribuindo para o desenvolvimento e a qualidade de vida da sua região de abrangência.

Na busca constante desses objetivos, a Unifebe promove a formação continuada dos seus professores, buscando aprimorar o trabalho docente, tornando-o cada vez mais próximo das concepções teóricas que defendemos. No presente documento, estaremos mostrando de modo sucinto um histórico dessa formação, bem como das demais ações no âmbito pedagógico e administrativo, que visam ao suporte e facilitação do trabalho educacional, que se centra no ensino, mas sem se desvincular das atividades de pesquisa e extensão, que, juntos, dão o diferencial da atividade universitária.

O presente documento pretende ser um espelho para nossas atividades e para o planejamento das ações futuras, servindo de subsídio para projetos pedagógicos dos diversos cursos de graduação e das atividades de pesquisa e extensão. Dessa forma, buscar conhecê-lo e traduzi-lo na prática cotidiana de cada um é condição fundamental para que sigamos na trajetória que traçamos juntos na busca do aprimoramento constante.

1 EDUCAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: CONTEXTOS E DESAFIOS

Refletir sobre a natureza específica da formação superior nos dias atuais implica, antes de tudo defender uma concepção pedagógica referenciada no futuro da sociedade, rumo à qualidade de vida e à emancipação humana. Isso nos remete, inicialmente, a repensar o papel social que a Educação Superior desempenha no contexto em que se insere.

A complexidade atual da sociedade responsabiliza a Instituição de Educação Superior a defrontar-se com uma série de exigências, às quais ela ainda não tem condições de responder. Sua capacidade de resposta é prejudicada pelas políticas restritivas ao seu financiamento e pela vagarosidade com que reage às mudanças e inovações do ambiente externo. Isso faz com que a IES seja questionada por muitos setores.

Entretanto, mesmo diante das críticas, não se pode deixar de lado o caráter emancipador da IES, ao produzir e disseminar conhecimento. Afinal, de que lugar pode se questionar a verdade, volátil ou não, se não há um lugar mantido pela sociedade como instância de produção e de crítica ao conhecimento instituído e/ou produzido?¹ É este questionamento constante ao conhecimento instituído que viabiliza a função transformadora da educação superior.

É perceptível, também, que avançamos em pesquisa. Entretanto, ao mesmo tempo em que assistimos ao desenvolvimento científico, constatamos que nunca a continuidade da vida no planeta e da raça humana esteve tão ameaçada. As alterações no equilíbrio ecológico, na forma de vida, os dejetos industriais, o lixo não degradável, a escassez de energia e de água, entre outros, parecem se agravar cada vez mais, até mesmo como resultados dessa pesquisas.

Do ponto de vista do mundo do trabalho, verificamos, cada vez mais, que a atuação profissional deixa de ser referenciada nos postos de trabalho, nos cargos, para orientar-se pelos pressupostos das formas mais flexíveis de produção. Esta

¹ RICOEUR, Paul Prefácio. In: DRÈZE, J; DEBELLE, J. **Concepções da Universidade**. Fortaleza: UFC, 1983.

configuração indica, para a IES, que a formação profissional a ser oferecida deverá incluir a orientação para diferentes inserções no mundo do trabalho.

No plano das relações internacionais, por força da globalização econômica, assistimos à progressiva competitividade econômica e tecnológica entre diferentes países. Aqueles países que detêm capital e tecnologia impõem aos demais um papel subordinado e dependente, tanto do ponto de vista econômico, quanto tecnológico, cultural e ideológico. Este cenário direciona a IES brasileira a gerar conhecimentos capazes de levar a soluções próprias a fim de que se supere o atraso social, tecnológico e econômico com que hoje se defronta.

Ao mesmo tempo em que se redesenham e se rompem fronteiras entre nações, vê-se crescer a intolerância e o desprezo entre povos, o racismo, a violência e a exclusão social. Assiste-se ao massacre de etnias, à exclusão dos mais elementares direitos à vida, em continentes inteiros. As instituições educativas não podem, portanto, deixar de dar sua contribuição para a superação deste quadro. A educação tem um compromisso com a paz, o bem estar de todos, a solidariedade entre os seres humanos e a natureza.

No Brasil, além destes, muitos outros aspectos precisam ser equacionados, a ausência de políticas consistentes que definam o lugar da instituição de Ensino Superior no desenvolvimento do próprio país e a ausência de uma política estável para o financiamento e desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Assim, a tarefa de definir os referenciais que deverão orientar o desenvolvimento e sua respectiva ação pedagógica na IES deve ser compreendida como manifestação de intencionalidade deste desenvolvimento mais amplo.

2 CONCEPÇÕES EDUCACIONAIS QUE ALICERÇAM O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL- UNIFEBE

A educação é condição necessária para a vida humana. Mas, ela é paradoxal: ao mesmo tempo em que é instrumento de controle social, ela contribui para a modificação das condições existentes; ao mesmo tempo em que pode oprimir, pode libertar.

O Centro Universitário de Brusque - Unifebe, em sua proposta político-pedagógica busca promover uma educação humanista, superando a educação bancária, que segundo Paulo Freire, constitui-se em uma relação onde o saber é depositado no educando. Na educação humanista, a consciência não faz mais o papel de mero receptáculo de informações, mas passa a ser uma consciência intencionada no mundo, uma consciência que atua ativamente na produção de saber, extraindo-o do mundo e não apenas recebendo-o.

A consciência passa a fomentar a problematização do mundo. Consciência problematizadora exatamente porque é sempre consciência de algo. Com isso, a própria relação entre educador e educando se altera. A interlocução supera a imposição, e a suposta contradição entre os mesmos se dilui rompendo a verticalização da transmissão do saber. O educando é finalmente chamado a assumir seu posto de sujeito cognoscente, pois agora compartilha a produção do saber, que gera cidadãos, profissionais e pensadores críticos.

Duas posições extremas precisam ser evitadas na busca de uma educação humanista e emancipadora. De um lado, o modelo tradicional de ensino, caracterizado por Freire como educação bancária. Seu erro fundamental reside numa posição epistemológica equivocada, que entende a mente como receptora passiva de dados. Tal posição desloca as relações sujeito-mundo, colocando toda a ênfase no lado objetivo e externo, como determinante e constituinte dessa relação. Ao sujeito, cabe a função de adaptar-se ao que lhe é imposto de fora, sendo

considerado “bem-educado” caso consiga desenvolver, conforme observa Dewey, a docilidade, a passividade e a obediência que lhe são requeridas.²

A crítica a essa posição está bastante presente no discurso pedagógico, embora nem sempre pelas razões certas. Isso porque, muitas vezes, tal crítica se faz ao que é mais externo à educação tradicional, seja sua organização, seja seu modo de controle e exercício da autoridade. O risco aqui é pressupor que a simples ausência de autoridade e controle seja suficiente para resolver os problemas. Este é, segundo Dewey, o grande engodo da educação nova ou progressiva. O fracasso anunciado desse modelo se deu, sobretudo, pelo não desenvolvimento da discussão acerca dos pressupostos de uma educação humanista e emancipadora, ficando o escolanovismo numa crítica simplista da educação tradicional.³ Aquilo que Dewey já apontava no início do século XX, muitos de nós pudemos observar de muito perto: a grande confusão trazida pelos “métodos novos” e o decréscimo na qualidade do ensino, que afinal, não contribui em nada para a emancipação humana.⁴

Uma educação humanista deve levar em conta a experiência humana e seu papel no nosso desenvolvimento individual e social. A experiência educativa é aquela que abre possibilidades para novas e mais ricas experiências. Difere-se de uma experiência inócua ou mesmo deseducativa por dois princípios distintivos: 1) o princípio da *continuidade*, segundo o qual nossas experiências nos marcam, afetando o modo como iremos perceber e reagir diante das coisas, ou seja, afetam nossas experiências subseqüentes e 2) o princípio da *interação*, segundo o qual deve ser dada a mesma importância aos fatores internos e aos fatores objetivos na experiência.⁵ Uma educação que se pautar por esses princípios saberá encontrar o equilíbrio entre esses fatores, formando indivíduos que possam se postar diante do mundo de modo autônomo e participativo, adequando suas necessidades e aspirações individuais aos fatores objetivos do mundo em que vive. O modelo

² Cfe. DEWEY, John. **Experiência e Educação**. São Paulo: Editora Nacional, 1976, p. 5.

³ Idem, p. 3-11

⁴ Essa discussão retorna de modo bastante apropriado em Saviani (1995).

⁵ Dewey, 1976, p. 24-43.

tradicional, ao negligenciar os fatores internos do indivíduo no processo de aprendizagem, tentava reduzi-lo a mero receptor de informações, criando um espírito de submissão, como se o mundo e sua organização fosse algo de inexorável, ao qual o indivíduo devesse se adaptar e submeter passivamente. De outro lado, os pressupostos da chamada educação nova, ao negligenciar os fatores externos e objetivos, a organização e a disciplina necessárias à convivência do homem com o mundo e seus semelhantes, dificultava a construção de uma relação realmente cooperativa e produtiva com o mundo, centrando o indivíduo em si mesmo, gerando um espírito egoísta e egocêntrico, no qual a satisfação dos próprios caprichos é a regra fundamental.

A falta desse equilíbrio já era verificada por Dewey nos modelos tradicional e progressivo de educação, como já assinalamos anteriormente. Superá-los significa caminhar na direção de uma educação realmente humanista e libertadora, que permita o desenvolvimento do ser humano em todo o seu potencial, tornando-o capaz de, com inteligência, agir sobre os fatores externos e os modificar, buscando a melhoria constante do seu modo de vida, tanto individualmente, como coletivamente. Dessa forma, estará também se posicionando de modo ativo e construtivo na vida social, promovendo a cooperação e a convivência democrática. Isso implica uma transformação na atuação política dos educandos e educadores, tornando passíveis de mudança as estruturas que hoje oprimem e realizando, finalmente, o processo de humanização das relações sociais.

Reconhecemos que o conhecimento não pode ser visto como algo que provém do exterior, como pensam os empiristas, nem tampouco de estruturas mentais inatas, pré-formadas, como pensam os inatistas e racionalistas, mas sim como fruto de construção que se dá por meio tanto de processos endógenos desencadeados pelo ambiente físico e social, como pela linguagem mediadora da interação simbólica dos sujeitos com os seus pares (VYGOTSKY, 1989). Entendemos que os sujeitos em relação formam uma rede que se transforma na interação e que o conhecimento é produzido nessa mediação com os outros,

incluindo-se aqui a dimensão dialógica, inerente à própria construção do pensamento.

Conforme Vygotsky “o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.” (1987, p 101). Dessa forma, uma aprendizagem significativa exige que o educando relacione o apreendido com o seu universo de conhecimento, experiência e vivência. Isto permite contato experimental com problemas práticos relevantes, participação responsável no processo de aprendizagem, transferência do aprendizado para situações reais e ainda, a formulação de problemas que sejam relevantes para o mesmo ou para sua comunidade.

Nesse processo, deve-se agregar o desenvolvimento de uma postura científica, isto é, interesse em descobrir, saber o porquê, questionar e propor soluções. Esta postura deve permear todas as atividades desenvolvidas no curso e ser levada pelo educando, para sua vida profissional. A proposta de ensino da Unifebe, portanto, está centrada em uma concepção que tem a pesquisa e a extensão como eixos constituidores, primando pelo desenvolvimento de uma postura crítico/ativa do educando.

Frente a isso, a avaliação do processo de ensinar e aprender dos cursos de graduação da Unifebe pauta-se na concepção teórica-prática da Avaliação Formativa. A avaliação formativa organiza o funcionamento do processo educativo, devendo o professor observar sistematicamente os acadêmicos e relacionar a avaliação a intervenções pedagógicas e situações didáticas adequadas e coerentes com o Projeto Pedagógico de cada curso e o Projeto Pedagógico Institucional.

Na avaliação formativa se assegura que os processos de formação vão se adequando às características dos alunos, permitindo a adaptação do ensino às diferenças individuais. Esta avaliação, ainda que considere os resultados da aprendizagem, incide preferencialmente sobre os processos desenvolvidos pelos alunos face às tarefas propostas.

O desenvolvimento da avaliação formativa está ligado a um currículo dinâmico, construído e articulado com os sujeitos da ação educativa. Dessa maneira, avalia-se sempre para agir, ou seja, a avaliação se encontra no centro da ação educativa, sendo necessário o desenvolvimento da avaliação para organização do planejamento, na análise das aprendizagens e na orientação do trabalho do professor.

Portanto, a concepção de educação humanista defendida pela Unifebe tem um transparente compromisso com a transformação social. Entende o homem como “ser de relações”, criativo, disponível ao diálogo, por isso comunicador, cujo desejo ontológico é ser mais, buscando sua humanização. A prática desta educação compreende uma relação horizontal entre educador e educando, em que ambos aprendem e ambos se ensinam mutuamente, tendo o mundo como cenário e a realidade como conteúdo que mediatiza as relações entre ambos, sem dissolver, obviamente, as diferenças específicas do papel de cada um nesse processo. Nesta prática, não existe dicotomia entre homem e mundo, pelo contrário, o homem está no mundo, com o mundo, participando das transformações sociais. A educação, nessa perspectiva, reflete numa educação desafiadora, instigante, reflexiva e, sobretudo, dialógica. O diálogo constitui-se como dimensão fundante da educação que possibilita aos educandos refletirem sobre a posição socioeconômica, histórica e cultural em que estão inseridos, conseqüentemente, as atitudes emergem movidas pela ação-reflexão-ação. Portanto, nesta perspectiva, a tarefa central dos educadores é desvelar as possibilidades que o educando tem de (re) criar o seu mundo.

A Unifebe em seu Projeto Institucional tem por missão:

“Atuar no Ensino Superior articulado à Pesquisa e à Extensão, pautado em uma perspectiva humanista e comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida na sociedade”.

Essa missão se baseia numa visão do ser humano enquanto ser completo, nas suas dimensões biológica, psicológica, sócio-política, profissional e transcendente. Não entendendo o ser humano como ser compartimentado pretende-se atuar no seu desenvolvimento pleno, integral.

A partir da missão, delineiam-se os princípios que regem a Unifebe formando as suas bases de atuação:

- *formação plena do ser humano*: à instituição não cabe apenas possibilitar o desenvolvimento de habilidades e competências requeridas para o exercício profissional em qualquer área. A base do profissional é o ser humano e o cidadão, consciente de si e do contexto em que vive, capaz de manter uma postura ética e crítica em relação a esse contexto;
- *promoção da cultura, do bem comum e do desenvolvimento social*: ao educar para a cooperação dos indivíduos entre si e com o mundo, estaremos criando um ambiente propício para o desenvolvimento das diferentes formas de manifestação cultural, fomentando igualmente a idéia de que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais. Combatendo o individualismo, estaremos também propiciando o desenvolvimento integrado da sociedade, de modo a garantir a sustentabilidade desse desenvolvimento para as futuras gerações;
- *construção e socialização do conhecimento*: o ambiente universitário é foco de discussão e de pesquisa, de onde brotam novos conhecimentos e se fomentam questões que permitem um permanente diálogo entre realidade e informação, visando a adequação permanente desta às contínuas mudanças que se processam em todos os setores da vida social;
- *função social da educação*: acreditamos que a educação, enquanto fomentadora da ética, da crítica e do espírito de cooperação, é elemento fundamental na denúncia das injustiças, na proposição de soluções para os problemas sociais e na construção de relações mais fraternas. Sua finalidade, assim, não se esgota na formação do indivíduo de modo isolado, mas o impele a dar sua contribuição para a construção de uma sociedade em que todos possam viver com dignidade;

- *dignidade da pessoa humana*: trata-se do princípio norteador dos demais, pois é exatamente em vista dessa dignidade que a Unifebe propõe um ensino pautado em uma perspectiva humanística. O ser humano não pode ser objeto de dominação ou de manobra, nem estar sujeito a condições de vida que lhe omitam os seus direitos fundamentais. A educação deve propiciar o desenvolvimento das potencialidades de cada um para que, sendo o melhor que possa ser, colabore também para que todos possam ter a mesma oportunidade de desenvolvimento;
- *não discriminação*: se admitirmos a dignidade de cada pessoa, não podemos tolerar qualquer forma de discriminação. Vivemos numa sociedade que ainda cultiva discriminações de toda ordem, umas mais explícitas, outras mais veladas. Uma educação pautada numa perspectiva humanística deve denunciar as atitudes discriminatórias para que todos, independente de cor, nacionalidade, credo, gênero ou opção sexual tenham a oportunidade de desenvolver-se e estar inseridos na sociedade e tratados com o respeito e a dignidade que se deve a qualquer ser humano;
- *pluralismo de idéias e de concepções*: sistemas totalitários envidam todos os esforços para impedir que este princípio se efetive, pois os diferentes pontos de vista incitam ao debate e à reflexão, enquanto que os modelos políticos de dominação se mantêm através da adesão forçada ou persuadida a idéias e concepções estabelecidas por uma única pessoa ou grupo. A defesa da pluralidade permite a construção de um ambiente democrático, que dispõe melhor as pessoas a atuarem de modo cooperativo, apesar das diferentes concepções que advoguem, em busca do bem comum. Garante também uma contínua revisão de conceitos e posições, o que possibilita lidar de modo mais efetivo com um mundo em constante mudança;
- *liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber*: respeitados os princípios éticos que norteiam a vida social e que podem impor restrições pontuais a alguns tipos de pesquisa (por exemplo, as questões relacionadas à bioética), constitui direito de todos o ensino/aprendizagem, a pesquisa e a divulgação do saber. Limitar esse direito é impedir o acesso ao

conhecimento, o que só pode beneficiar a quem tem interesse na manutenção da ignorância e da desigualdade social. A defesa desse direito é parte das ações voltadas ao desenvolvimento social, que não se faz sem o desenvolvimento intelectual e moral dos indivíduos;

- *razoabilidade e equidade*: são princípios que norteiam a prática da democracia em qualquer âmbito. Devem ser os guias de todos os que exercem qualquer tipo de autoridade, para que ela seja exercida sempre em vista ao bem comum, assim como o fundamento de relações baseadas na cooperação e no respeito mútuo;
- *gestão democrática e unidade administrativa*: democracia não significa ausência de unidade e de consenso, antes os pressupõe. No entanto, esse consenso e essa unidade devem ser buscados na clareza e transparência dos objetivos e procedimentos, que dêem a todos a certeza de que os interesses coletivos estão norteando o processo. Dessa forma, o uso legítimo da autoridade garantirá a unidade de propósito e o espírito de cooperação, necessários ao desenvolvimento de qualquer instituição;
- *dimensão comunitária*: inserida na comunidade da qual faz parte, a instituição deve estar comprometida com o seu desenvolvimento, buscando atuar no seu meio através de projetos de pesquisa e extensão, que propiciem um melhor conhecimento da sua realidade e apontem alternativas de mudanças onde for necessário e de incremento de suas potencialidades. Dessa forma, estará contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na sociedade e para o exercício da plena cidadania;
- *valorização profissional*: a instituição é construída no dia-a-dia através do trabalho de diferentes setores e pessoas que, cada qual na sua especificidade, contribui para a consecução dos propósitos e a realização da missão institucional. Dessa forma, o trabalho de cada um tem valor imprescindível para o conjunto. Valorizar o profissional, dando-lhe as condições adequadas de trabalho, permitindo o desenvolvimento de suas capacidades significa promover o crescimento e o desenvolvimento da própria instituição, que só tem a ganhar com profissionais motivados e imbuídos de espírito cooperativo;

→ *qualidade do ensino*: sem descuidar do desenvolvimento concomitante das atividades de pesquisa e extensão, o ensino é a finalidade primeira de um centro universitário, para onde converge o trabalho desenvolvido em todos os setores da instituição. É essa qualidade que garantirá a formação humana e profissional que a missão institucional propõe. Sua melhoria contínua é condição indispensável para a consolidação e crescimento da instituição e, portanto, é o escopo de todo o esforço empreendido.

3 FUNDAMENTOS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL UNIFEBE

Pensar o Projeto Pedagógico de uma instituição é pensar a construção de sua identidade, o que implica uma análise coletiva tanto de sua história (a que lhe deu as características que apresenta no momento) quanto das direções intencionais que serão assumidas em função das definições tomadas pelo Projeto Pedagógico Institucional.

Para legitimar-se perante a sociedade, a Unifebe assumiu sua função social, investindo em ações que visam identificar a especificidade da instituição e buscar o diferencial que justifique a sua permanência. Neste viés, o Projeto Pedagógico Institucional vem se tornando o instrumento preferencial para a explicação das propostas educacionais que a Unifebe defende e tem servido como instrumento para verificar em que medida estas propostas estão em consonância com aquelas demandadas pela sociedade.

A instituição tem por objetivo viabilizar uma prática coerente com sua função social, para isso é necessário que estabeleça metas que integrem aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros para a realização de seu Projeto Pedagógico Institucional. Essa advertência nos remete a pensarmos que vivemos num mundo competitivo e globalizado. Portanto, “a sociedade atual demanda de um profissional comprometido com os problemas da educação brasileira; um profissional crítico, com domínio de conteúdo científico, pedagógico e técnico, com compromisso

ético, político e histórico, com responsabilidade social para com a educação” (IPAE, 2002, p.18).

Nesse sentido, hoje, a Unifebe é construída conjuntamente com os acadêmicos e deve ter como função principal prepará-los para lidar com as oportunidades e ameaças que o futuro lhe oferecer. Para isso, estimular o desenvolvimento de habilidades e competências que lhe permitam compreender quais seus pontos fracos e fortes, vantagens e desvantagens em relação ao meio, oportunizando-os a criar condições de transformar o conhecimento adquirido em capacidade de atuar, em competência, através de sua formação pessoal e profissional.

Assim, a Unifebe pensa o seu Projeto Pedagógico Institucional ajustando-o ao perfil de uma sociedade do conhecimento, deixando claro à comunidade acadêmica a sua filosofia, sua missão e sua visão de sociedade, de homem e de educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, através dos Pareceres 146/2002 e 134/2003, definem os seguintes princípios a serem observados na construção dos projetos pedagógicos:

- a) ampla liberdade na arquitetura dos currículos;
- b) flexibilidade na composição dos conteúdos a serem trabalhados;
- c) diversidade de tipos de formação e habilitações num mesmo programa;
- d) sólida formação geral;
- e) estímulo à prática de estudos independentes e sua valorização;
- f) reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente universitário;
- g) articulação teoria-prática;
- h) relevância para a pesquisa individual e coletiva, estágios e atividades de extensão incluídas na carga horária curricular;
- i) avaliação formativa ao longo do processo de aprendizagem.

Assim, o Projeto Pedagógico Institucional deve constituir-se num ponto de chegada de uma caminhada que se inicia pela discussão da filosofia da instituição, da definição da missão e da visão, até chegar no estabelecimento das metas e ações que estão definidas no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, contemplando as dimensões institucionais da organização pedagógica, do corpo docente e discente e da infra-estrutura.

Entende-se por filosofia institucional os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a ação da Unifebe e os princípios que nortearão a sua caminhada, contextualizada pelas suas concepções de sociedade, de homem, de educação, de ensino, de aprendizagem e de avaliação.

Já a missão é a razão de ser da instituição: qual o seu negócio? Porque ela existe? Qual o cenário futuro? Quais os seus propósitos? É, portanto, o propósito ou objetivo básico da organização. É a sua razão de existir. Sua formulação inclui a indicação do que a organização faz, quem o faz, para quem, quando, onde e por quê.

A visão estratégica implica em conhecer o negócio, o contexto em que a instituição está inserida, identificando oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos. Ter a clareza sobre para onde está caminhando, que horizonte vislumbra, quais as perspectivas de seu negócio e que mudanças e quando deve operá-las. Fornece as diretrizes para os projetos de transformação organizacional.

Assim concebida e gerenciada, a Unifebe poderá desenvolver uma educação de qualidade, alicerçada nos quatro pilares do conhecimento, descritos no Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (DELORS, 1999), que são:

- a) aprender a conhecer - instrumentos da compreensão;
- b) aprender a fazer - agir sobre o meio envolvente;
- c) aprender a viver juntos - participar e cooperar com os outros;
- d) aprender a ser - via de integração dos três pilares precedentes.

Portanto, considerando que o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional, o Projeto Pedagógico dos cursos e o Plano de Ensino do professor são os instrumentos que definem o caminho e as ações a serem desenvolvidas, pode-se afirmar que efetuando a sua gestão de forma adequada, com visão sistêmica, de maneira interativa e com uma proposta curricular integradora e flexível, teremos uma educação superior com maior eficácia e qualidade.

3.1 EIXOS NORTEADORES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A construção e sistematização do Plano de Desenvolvimento Institucional esta articulada em torno de quatro grandes eixos que visam planejar a Unifebe para o futuro: a qualidade, a flexibilidade, a regionalização e o financiamento. São eixos constituintes da história e da própria identidade da Instituição. A seguir pretende-se abordá-los um a um de forma sucinta.

a) A qualidade

A qualidade da Unifebe se define a partir da sua missão e pelos seus fins para os quais foi criada. Missão e fins constituem, para a Unifebe, um conjunto de valores, uma espécie de ideário a ser perseguido por toda a comunidade acadêmica (ou talvez seja melhor: por todos os atores sociais que a compõem), comprometida com o processo do desenvolvimento humano e social de sua região de abrangência.

A Unifebe tem seus fins assegurados em Estatuto, onde se lê no art. 6º: “A Unifebe tem como missão atuar no Ensino Superior articulado à Pesquisa e à Extensão, pautado em uma perspectiva humanista e comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida na sociedade.” Ou seja, a Unifebe pretende atuar como centro de referência de qualidade, no âmbito do ensino

articulado a pesquisa e a extensão, assumindo o compromisso com o seu processo de desenvolvimento humano e social.

A qualidade da formação nos cursos da Unifebe se define a partir da sua missão e dos fins para os quais foi criada. Numa perspectiva humanista, significa criar condições para o desenvolvimento integral dos acadêmicos, assegurando pela aprendizagem do conhecimento uma mudança atitudinal, que envolva o ser estético, artístico, ético, político, social e cultural. Dessa forma, na Unifebe, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer - adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer - desenvolver a habilidade de poder agir sobre o meio no qual se está inserido; aprender a viver juntos - saber participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas e finalmente aprender a ser - via essencial que integra no indivíduo as três aprendizagens precedentes, resultando numa nova postura fundamentada em uma nova ética.

A partir dessa concepção de qualidade, a Unifebe pretende atuar como um centro de referência no âmbito do ensino articulado à pesquisa e à extensão, assumindo o compromisso com o processo de desenvolvimento humano e social e atuando como protagonista na discussão de um novo modelo de vida e sociedade, pois fazemos educação como instrumento de humanização.

A Unifebe ao estruturar o ensino de qualidade, acredita que cada um dos "quatro pilares do conhecimento" deve ser objeto de atenção igual por parte de toda a ação didático-pedagógico, objetivando que a educação se efetive como uma experiência global a levar estes conhecimentos ao longo de toda a vida, no plano cognitivo e no prático, para o acadêmico, enquanto pessoa e membro da sociedade.

A Unifebe compreende desde o início da elaboração coletiva da sua missão, que seria indispensável, para enfrentar os desafios do século XXI, assinalar as quatro aprendizagens fundamentais, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, como novos objetivos da educação. Esta nova concepção ampliada de educação tem por objetivo fazer com que toda a comunidade acadêmica, possa descobrir reanimar e fortalecer o seu potencial

criativo - revelando o tesouro escondido que há em cada instituição de ensino, conforme revela o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI enviado a UNESCO. Esta noção de qualidade supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordens econômicas), e se passe a considerá-la em toda a sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade aprende a ser. A mensuração da qualidade do ensino da Unifebe se dá através da:

- Avaliação Institucional, que visa ser um efetivo instrumento de gestão e de capacitação interna, acadêmica e administrativa necessário ao desenvolvimento, crescimento da Unifebe, organizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA que passou a existir em cumprimento da Lei Federal 10.861 de 14 de abril de 2004, instituída pelo Presidente da República, que criou o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, sendo seu princípio fundamental a responsabilidade social com a qualidade do ensino e o respeito à identidade, à missão e à história da Unifebe. Assim, a CPA contribui no desenvolvimento e na aplicação da Avaliação Interna, por meio dos indicadores direcionados ao ensino tendo como objetivo identificar causas dos problemas e das deficiências enfrentadas pelo ensino, visando aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo.
- O acompanhamento do Egresso é outra possibilidade de mensurar a qualidade do ensino da Unifebe, ou seja, identificar os profissionais formados pela Unifebe, buscando verificar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, seja por concursos ou por ações empreendedoras, como empresários. Portanto, manter o acompanhamento dos acadêmicos egressos da Unifebe se justifica primeiramente pela necessidade de oportunizar ações que contribuam com a missão da Instituição, visando a qualidade no ensino, quando se tem a oportunidade de buscar informações, de modo a confirmar ou corrigir dificuldades, alinhando-se às demandas e movimentos sociais. Assim, o

acompanhamento de egressos pode ser também entendido como um procedimento sistemático que possibilitará a avaliação e renovação/ inovação das ações da Unifebe. Por meio do acompanhamento do desempenho profissional e social do egresso temos a oportunidade de atraí-los oferecendo formação continuada e estimular a aproximação e o engajamento do egresso nas atividades da Unifebe, que assim oportunizarão aos gestores do ensino de graduação e pós-graduação informações para tomada de decisão e a atualização dos projetos pedagógicos dos cursos, visando garantir a qualidade no ensino, por meio das quatro aprendizagens fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

b) A flexibilização

Hoje a flexibilização é uma exigência devido à demanda da sociedade, ou seja, o processo de mundialização do capital vem determinando mudanças nas relações de produção e no processo de organização de trabalho que não pode ser ignorado pelas instituições de ensino superior. Diante deste cenário o nosso desafio é oportunizar a formação de profissionais críticos, no âmbito das quatro aprendizagens, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, para que possam compreender as novas relações de produção e de trabalho, e as exigências por elas apresentadas.

A Flexibilização Curricular amplia a organização dos conceitos estruturados em uma matriz curricular. Nesse sentido, exige mudanças na estrutura do currículo e na prática pedagógica em consonância com os princípios e diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e do Projeto Pedagógico do Curso. É uma ação estratégica na tentativa de garantir o diálogo permanente entre os cursos de formação e o mercado de trabalho, favorecendo, assim, a conexão com a realidade social na qual o aluno egresso será inserido.

Oferece ao acadêmico a possibilidade de construir o seu processo formativo e possibilita a interlocução entre os pares das diferentes áreas do conhecimento.

Trata-se de um espaço de construção da autonomia intelectual, tornando o aluno co-responsável por sua formação.

Na discussão do Projeto Pedagógico dos Cursos, a flexibilização curricular deve constituir-se em uma questão central, entendida não como uma mera modificação ou acréscimo de disciplinas na matriz curricular dos cursos, mas também, como elemento promotor de mudanças na estrutura do currículo, na prática pedagógica e na postura docente.

Ela deve ser entendida nos seus conteúdos científicos-culturais, nos seus modos/caminhos de concretização, nas subjetividades dos sujeitos que fazem parte dos processos pedagógicos nas mais diversas instâncias do currículo, e na sua perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Atividades acadêmico-científicas e culturais, disciplinas optativas, cursos seqüenciais são, entre outros, elementos da flexibilização curricular.

c) A regionalização

A regionalidade de atuação constitui-se em um eixo inerente ao processo de criação e de implantação da Unifebe. A Unifebe já nasceu regional, o Estatuto da FEBE (Mantenedora) em seu artigo 3º alíneas h e i e o Estatuto da Unifebe (Mantida) em seu artigo 9º incisos VI e VII evidenciam a regionalização da Unifebe. Essa característica tem oportunizado a Unifebe se demonstrar como um modelo exitoso de se fazer Ensino Superior, um modelo que pretende ser inovador em relação ao modelo tradicional.

A Unifebe foi concebida para atuar de forma participativa no processo de desenvolvimento humano e social de Brusque e região. A regionalização é um eixo constitutivo de sua identidade, sem o qual a Unifebe perde significado e razão de existir. Um dos efeitos da educação superior é a promoção da reflexividade social: nas ações dos diferentes atores sociais são incorporados os novos conhecimentos e perspectivas que a educação superior dissemina. Assim, a reflexividade social

própria dos conhecimentos aprendidos e produzidos na Unifebe, traduz o compromisso da instituição com os interesses coletivos voltados para a promoção da qualidade de vida em nossas comunidades.

d) O financiamento

O financiamento para a Unifebe se constitui em um dos seus desafios atuais, pois sua única fonte de recurso são as mensalidades provenientes dos cursos de graduação. Diante deste contexto atual busca-se pensar, outras fontes alternativas de recursos, que possam custear as suas despesas, almejando o seu crescimento.

Para tanto, investe-se em uma Gestão Participativa, buscando coletivamente alternativas para a resolução dos problemas postos pelo atual cenário da educação superior no Brasil. Em instituições públicas não-estatais (comunitárias) como é o caso da Unifebe, a quase total ausência de aporte de recursos públicos faz da questão do financiamento um dos grandes desafios a serem vencidos para a viabilização de uma educação superior com qualidade.

Pela Gestão Participativa buscamos um processo de mobilização, que co-responsabilize a comunidade interna e externa de Brusque e região, na busca criativa de novas fontes para o financiamento da educação superior promotora da equidade, da justiça e da paz social que queremos fazer na Unifebe.

O sentido de avançar com participação na Unifebe perpassa pela humanização dos processos ao compartilhar deveres e obrigações, evidenciando talentos baseando-se na equitativa convergência de interesses entre equipes técnicas administrativas e pedagógicas, professores, acadêmicos e sociedade.

Significa dizer que a participação ativa nos processos institucionais permite que as pessoas tenham a oportunidade de construir sua autonomia ao assumirem a responsabilidade pelo desempenho e auto-gestão de suas tarefas. Mediante a prática dessa participação, é possível superar o exercício do poder individual e promover a construção do poder da competência, centrado na instituição como um todo, contribuído enquanto instituição, para o desenvolvimento da região e

a melhoria da qualidade de vida das pessoas, cumprindo a nossa missão institucional.

4 A UNIFEBE E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A Fundação Educacional de Brusque - FEBE foi instituída pela Lei Municipal nº. 527, de 15 de janeiro de 1973, tendo como idealizador o Prof. Pe. Orlando Maria Murphy, que foi o seu primeiro presidente. Nesse mesmo ano foi criada a Escola Superior de Estudos Sociais – ESES, que passou a oferecer o Curso de Estudos Sociais, transformado em Curso de Filosofia, em 1987.

Em 1975 foi autorizada a oferta do Curso de Ciências – Licenciatura de 1º Grau, que em 1990 passou a ser oferecido em regime especial de funcionamento.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, o Curso de Ciências – Licenciatura de 1º Grau deixou de ser oferecido na Instituição. Em 1985, Pe. Pedro Canísio Rauber foi eleito Presidente da FEBE e Diretor da ESES, permanecendo na função que permaneceu até 1990. Em 1987, através de convênios firmados entre a FEBE a Universidade Regional de Blumenau, a Escola Superior de Estudos Sociais – ESES, passou a oferecer os cursos de Administração e Pedagogia.

Em 27 de outubro de 1990, foi eleito, para um mandato, o terceiro presidente da Fundação Educacional de Brusque – FEBE e diretor da Escola Superior de Estudos Sociais - ESES, Pe. João Hülse. Reeleito em 1994, Pe. João atuou até o ano de 1998. No início do primeiro mandato, dois novos cursos conveniados com a Universidade Regional de Blumenau foram implantados: Ciências Contábeis e Direito.

Em 06/07/1998, concluído o segundo mandato do professor Pe. João Hülse como presidente da mantenedora, FEBE, e diretor da mantida ESES, foi empossada a nova presidente, Profª Maria de Lourdes Busnardo Tridapalli, após ter ocorrido sua eleição no dia 29/06/1998 pelo Conselho Administrativo, com base no Estatuto da Fundação, que passou a atuar também como Diretora da ESES, que oferecia à

época, além dos quatro cursos conveniados com a Universidade Regional de Blumenau: Administração, Pedagogia, Direito e Ciências Contábeis, o cursos de Filosofia como curso próprio da Instituição.

Ao assumir, a diretora-presidente, usando da prerrogativa enunciada no Art. 86 da Lei Complementar Estadual 170/98, transformou em cursos da ESES, os 04 cursos conveniados.

Visando a adaptação da Instituição aos novos cursos e à sua nova realidade, em abril de 1999, a Escola Superior de Estudos Sociais – ESES foi extinta e foi proposta ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, a criação do Centro de Educação Superior de Brusque – CESBE, aprovado pelo Parecer nº. 75/99 do referido conselho. Para melhorar as condições físicas e estruturais, possibilitando atendimento mais adequado aos cursos, em março de 2001, o Centro de Educação Superior de Brusque – CESBE, inaugurou seu novo campus.

No Plano de Desenvolvimento Institucional, estava prevista a transformação do Centro de Educação Superior de Brusque em Centro Universitário, e para tanto, os trabalhos ganharam um ritmo mais acelerado. Os Conselhos à época, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, do CESBE e o Conselho Administrativo, da mantenedora, FEBE, passaram a se reunir, quase que semanalmente, buscando deliberar sobre as questões inerentes e obrigatórias para a instalação do Centro Universitário: desde os atos que regulam a vida acadêmica e didático-pedagógica, como sobre o Estatuto e Regimento constitutivos do novo ente jurídico-educacional. Assim, em 12 de agosto de 2003, em sessão plenária do Conselho Estadual de Educação, foi aprovada a criação do Centro Universitário de Brusque – Unifebe, credenciado pelo Decreto n. 647, do Governo do Estado de Santa Catarina, promulgado no Diário Oficial em 29/08/03.

Desde 1998, a Instituição havia iniciado um processo que ampliou significativamente a oferta de cursos e passaram a ser oferecidos os seguintes cursos de graduação: bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Design de Moda, Direito e Sistemas de Informação; licenciatura em Educação Física, Filosofia, História, Letras e Pedagogia; cursos tecnólogos, Tecnologia em Cerâmica,

Tecnologia em Gestão Empresarial, Tecnologia em Processos Industriais – Eletromecânica; Tecnologia Têxtil, Tecnologia em Turismo, Tecnologia em Gestão Comercial, Tecnologia em Negócios Imobiliários.

Atualmente novos Cursos estão sendo ofertados: Tecnologia em Logística Empresarial, Tecnologia em Comércio Exterior, Educação Física, com habilitação em licenciatura ou licenciatura e bacharelado.

Alguns cursos são oferecidos fora do *campus* Santa Terezinha; na sede do SENAI, na cidade de Tijucas é oferecido o curso de Tecnologia em Cerâmica; na sede do SENAI da cidade de Brusque são oferecidos os Cursos de Processos Industriais – Eletromecânica e Tecnologia Têxtil e na cidade de Nova Trento, no Centro de Encontros Imaculada Conceição – CEIC é oferecido o curso de Tecnologia em Gestão Empresarial.

5 INSERÇÃO REGIONAL

O caráter regional da Unifebe está evidenciado no Estatuto da FEBE – mantenedora em seu art. 3º alíneas h e i:

“Art. 3º A Fundação tem por finalidade promover o desenvolvimento de pesquisas e estudos em todos os ramos e níveis do saber, promovendo sua difusão através de cursos permanentes e ocasionais, objetivando a valorização e o bem-estar do homem. Cabe-lhe especificamente:

- h) estender à comunidade regional os benefícios de suas atividades e colaborar no estudo dos problemas que interessam ao bem comum;
- i) estimular a utilização dos recursos da comunidade, tanto humanos como materiais, para a integração comunitária na área de influência da Fundação.”

No Estatuto da Unifebe – mantida a regionalização da Unifebe também pode ser observada em seu art. 9º incisos VI e VII:

“Art. 9º Constituem objetivos específicos da Unifebe:

VI - estimular o conhecimento do mundo presente, privilegiando a realidade nacional e regional, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

6 A MISSÃO INSTITUCIONAL

A missão para a qual a Unifebe foi constituída tem a ver com a sua história, com a sua identidade e com os seus fins. Ou seja, a Unifebe é chamada a:

“Atuar no Ensino Superior articulado à Pesquisa e à Extensão, pautado em uma perspectiva humanista e comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida na sociedade”.

Essa missão baseia-se numa visão do ser humano como ser completo, nas suas dimensões biológica, psicológica, sócio-política, profissional e transcendente. Não entendendo o ser humano como ser compartimentado, pretende-se atuar no seu desenvolvimento pleno, integral.

6.1 A VISÃO

Planejar uma instituição de Ensino Superior é pensá-la para o futuro, mas sem perder de vista a sua história. História, presente e futuro são categorias indissociáveis e indispensáveis para se ter uma visão do que poderá ser a Unifebe daqui a cinco ou mais anos. Neste sentido, o Plano de Desenvolvimento Institucional tem a seguinte visão de futuro para a Unifebe:

“Ser referência em Educação Superior atuando como protagonista na produção do conhecimento voltado para o bem comum”.

6.2 OS PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS

A partir da missão, delineiam-se os princípios que regem a Unifebe, formando suas bases de atuação:

- a) formação plena do ser humano;
- b) promoção da cultura, do bem comum e do desenvolvimento social;
- c) construção e socialização do conhecimento;
- d) função social da educação;
- e) dignidade da pessoa humana;
- f) não discriminação;
- g) pluralismo de idéias e de concepções;
- h) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- i) razoabilidade e eqüidade;
- j) gestão democrática e unidade administrativa;
- k) dimensão comunitária;
- l) valorização profissional;
- m) qualidade do ensino.

6.3 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

Constituem diretrizes da Unifebe:

- atuar no ensino superior formando profissionais críticos, com conhecimentos e habilidades adequados ao exercício profissional e à capacidade de se manterem continuamente atualizados;

→ desenvolver as diferentes formas de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas à qualidade de vida na sociedade.

6.3.1 Diretrizes do Ensino de Graduação

Um ensino pautado em uma perspectiva humanista, comprometido com o desenvolvimento que promova a qualidade de vida, deve propiciar uma reforma intelectual e moral que supere o espírito de indiferença e que prepare para a vida numa sociedade democrática e pluralista. Neste sentido, a educação deve contribuir para a formação do ser humano em todos os seus aspectos.

O profissional, além da competência técnica para o exercício de suas funções, deve ser um cidadão em plenitude, que compreenda o contexto sóciopolítico e cultural em que está inserido, tendo condições de discuti-lo de forma participativa, ajudando a implementar as mudanças necessárias ao progresso da sociedade e ao bem estar de todos.

Os princípios que regem o ensino na Unifebe constituem o eixo do planejamento das atividades acadêmicas, articuladas à pesquisa e à extensão.

Pretende-se que esta organização do ensino venha consolidar e concretizar a Missão Institucional que está comprometida com as demandas da comunidade de Brusque e região.

A partir dessa perspectiva, o ensino será pautado por diretrizes específicas em consonância com as diretrizes nacionais:

- a) compromisso com uma educação humanística e crítica no desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes na formação integral do homem, com vistas ao exercício de sua cidadania;
- b) garantia da qualificação do ensino por meio da formação continuada e ampliação de sua inserção na comunidade;

- c) condições de trabalho aos cursos de graduação para o desenvolvimento de Projetos Pedagógicos coerentes com a missão, princípios, diretrizes, objetivos institucionais, bem como, com as diretrizes nacionais;
- d) compromisso com a avaliação permanente do ensino de graduação estimulando sua articulação com a avaliação da pós-graduação, da pesquisa, da extensão e gestão universitária;
- e) ampliação da política de expansão das vagas e dos cursos em atendimento às demandas sociais;
- f) desenvolvimento e implementação de atividades de ensino à distância (EAD);
- g) desenvolvimento de políticas de mudança na estruturação e nos procedimentos de gestão acadêmica;
- h) intensificação das ações que visem a qualidade de vida e a melhoria das condições de trabalho da comunidade acadêmica;
- i) fomentar os acadêmicos para serem protagonistas no seu processo de aprendizagem e parceiros dos docentes e demais acadêmicos na busca da formação humana e profissional que se deseja;
- j) compreensão do processo de aprendizagem como eixo fundante do ensino de graduação, objetivando a formação integral do educando, pautada nos quatro pilares do conhecimento;
- k) atuação do professor como mediador pedagógico junto aos acadêmicos, que passa a exigir mais do que apenas a reprodução das informações, por ele, fornecidas em sala de aula;
- l) promoção de ações pedagógicas que sejam mais eficientes e eficazes para colaborar com a aprendizagem de nossos acadêmicos e melhorar a qualidade do ensino de graduação;
- m) integração do processo de ensino e aprendizagem consolidados a partir da iniciação a pesquisa e aos trabalhos científicos acadêmicos;
- n) garantia na prestação de serviços à comunidade pela articulação do ensino com a pesquisa e a extensão.

Em síntese, ao acadêmico compete aprender a desenvolver competências e atitudes que lhes permitam analisar e discutir criticamente o conhecimento e propor soluções para os problemas que hoje se apresentam pela humanidade e o seu entorno, como também tomar decisões com responsabilidade, ética profissional e competência.

6.3.2 Diretrizes do Ensino de Pós-Graduação

As atividades realizadas na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (Proppex) da Unifebe buscam o desenvolvimento de estratégias que propiciem melhores condições de atuação profissional. Para que isso se concretize, as diretrizes pedagógicas dos cursos de pós-graduação oferecidos pela instituição permitem que os profissionais nela especializados sejam capazes de compreender a importância dos fatores de qualidade em sua vida profissional e pessoal, assim como, no contexto social em que se integram.

Nesse movimento qualitativo, as ações da pós-graduação constituem uma base de sustentação que se alicerça no ensino de graduação. A parceria solidária entre as modalidades de ensino garante estratégias de desenvolvimento técnico e científico à medida que, permite uma atuação acadêmica e de continuidade dos estudos, articulando seu diálogo com a pesquisa e a extensão, favorecendo a tríplice função universitária.

São diretrizes da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:

- a) o desenvolvimento do conhecimento científico que esteja relacionado ao exercício profissional;
- b) a busca da excelência e a aproximação da instituição com a comunidade, na oferta de cursos de especialização ou extensão, nos projetos e estudos que identifiquem necessidades regionais, sempre respeitando os princípios da ciência e os avanços da tecnologia;

- c) o engendramento do ensino de forma sistematizada, em níveis diversos, promovendo a criação de grupos de pesquisa;
- d) a valorização da formação acadêmica de seus docentes, entendendo-os como os agentes de auxílio e consolidação da pesquisa, enquanto fator de qualidade e diferencial das instituições de ensino.

6.3.3 Diretrizes da Pesquisa

Compreendemos a pesquisa como o principal instrumento de produção do conhecimento científico. Diante desta perspectiva, a Unifebe vem desencadeando um processo de discussão no sentido de implementar um programa permanente de pesquisa, privilegiando a sala de aula como espaço de questionamentos que podem ser transformados em questões de investigação científica. A relação entre teoria e prática também se constitui em um pressuposto que dá significado à concepção da pesquisa na instituição, pois a relevância do conhecimento está relacionada com seu potencial de transformação e de ação humana.

A pesquisa na Unifebe compreende as seguintes diretrizes:

- a) capacitação e aperfeiçoamento de docentes;
- b) incentivo e orientação para o desenvolvimento da iniciação científica, na forma de engajamento dos discentes em pesquisas;
- c) estimulação para criação de pesquisas produtivas e núcleos institucionais de investigação que visem o atendimento das necessidades regionais;
- d) projetos de pesquisa desenvolvidos a partir da problematização diagnosticada em Brusque e região, nas várias áreas do conhecimento, por professores, acadêmicos e também por outras instituições, em parcerias.

6.3.4 Diretrizes da Extensão

Compreender a extensão universitária como um fenômeno de atendimento às demandas da sociedade, local e regional, vem ao encontro da missão proposta pela instituição.

Dessa forma, o complexo desafio de atuação da extensão universitária, resulta em um exercício prático e social de qualificação, da aliança entre a instituição e os setores envolvidos nas dinâmicas de humanização, aperfeiçoamento e sustentabilidade da sociedade.

Nesse sentido são diretrizes da extensão:

- a) beneficiar a sociedade externa com a produção e a divulgação do conhecimento priorizando a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- b) realizar projetos e atividades com o apoio dos cursos de graduação possibilitando a participação da comunidade interna e externa;
- c) promover ações integradas que garantam a troca de saberes e envolvimento dos acadêmicos com a sociedade na qual se inserem;
- d) disponibilizar um espaço de vivência, oportunizando a realização de experiências que integrem aspectos educativos, sociais, culturais e artísticos, transcendendo a formação dos acadêmicos na Unifebe.

6.3.5 Diretrizes Administrativas

Acompanhando a missão institucional, as diretrizes da Administração da Unifebe pautam-se:

- a) na aplicação racional e eficiente dos recursos disponibilizados pela Mantenedora e alocados para o atendimento das atividades de ensino, da pesquisa concebida como iniciação científica e da extensão universitária voltada à comunidade;

- b) no controle do índice de inadimplência pelo pagamento de seus serviços, atuando para manter o equilíbrio necessário entre receita e despesa;
- c) na manutenção das atividades institucionais em pleno e regular funcionamento, buscando atender suas atribuições e competências estatutárias com a alocação dos recursos orçamentários disponíveis;
- d) na execução planejada do orçamento da instituição, objetivando o atendimento das diretrizes administrativas para cada exercício financeiro.

6.3.6 Diretrizes da Educação à Distância

Visando oferecer opções diferenciadas de modalidades de ensino que se ajustem às necessidades dos alunos e usufruindo dos avanços das tecnologias digitais da informação e comunicação os melhores benefícios pedagógicos para o processo de ensino-aprendizagem a Unifebe propõe:

- a) oferecer a modalidade de Educação a Distância dentro dos princípios da legalidade, da seriedade profissional e da modernidade pedagógica apoiadas numa visão humanista;
- b) implantar a cultura da Educação a Distância dentro de um processo gradual e de respeito aos docentes e alunos da instituição;
- c) possibilitar a implantação da modalidade de Educação a Distância nos diversos níveis de ensino oferecidos pela Unifebe desde as oficinas pedagógicas, cursos de extensões, disciplinas semi-presenciais até curso de graduação e especialização;
- d) criar condições de formação continuada aos docentes da Unifebe nas diversas áreas e aspectos inerentes a Educação a Distância como: planejamento, organização, domínio das tecnologias de apoio, de suporte e de produção de material didático, autoria, tutoria, e avaliação;
- e) montar gradualmente espaços pedagógicos com suporte tecnológicos e metodológicos para desenvolvimento de atividades de produção, de capacitação,

de interação, e de participação relacionados à modalidade de Educação a Distância na Unifebe;

- f) estabelecer parcerias e convênios, se necessário for, com outras instituições educacionais que desenvolvam atividades na área de Educação a Distância e que atendam aos princípios e aos critérios de qualidade educacional da Unifebe.

7 O PERFIL DOCENTE

A formação do corpo docente constitui fator decisivo na excelência de suas atividades, no compromisso com o desenvolvimento e ampliações das ações, que são realizadas no contexto do curso.

O ingresso no quadro de carreira se dá de forma transparente e tem por objetivo selecionar os profissionais mais adequados para o exercício do magistério superior. Ocorre, portanto, através de Processo Seletivo composto de análise de titulação, aderência à disciplina e prova didática, sendo o candidato argüido por banca examinadora exclusivamente destinada para esta finalidade.

São requisitos para o exercício do magistério superior, na Unifebe, ser o docente portador de diploma de graduação correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, a disciplina indicada ou afim àquela a ser lecionada, além de, possuir, no mínimo, título de especialista, apto ao magistério superior, na área de conhecimento ou afim.

É importante salientar que a Unifebe conta com uma política de incentivo à formação continuada de seus professores, seja em cursos de *Stricto Sensu* (Mestrado ou Doutorado), seja em cursos de *Lato Sensu* (Especialização). Ainda dentro dessa política de Formação Continuada, também existe a prática de fomento à participação de docentes em eventos de natureza científica.

O quadro docente compõe-se de especialistas, mestres e doutores, formados e qualificados em Instituições de Ensino reconhecidas por sua produção acadêmica e autorizadas a funcionar por órgãos competentes do governo federal. Também contamos com professores que atuam no mercado de trabalho,

possibilitando uma integração mais rápida entre a academia e a realidade do mercado.

O perfil do corpo docente da Unifebe reflete a correta aderência da área de atuação com sua formação em níveis gerais, tendo em vista a melhoria na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

8 PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

8.1 A CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CURRÍCULO

Segundo Veiga (1997, p. 26), o currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. O currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que tem um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive.

Na dimensão político-pedagógica, a organização curricular está alicerçada em três eixos essenciais. Isto significa dizer que a organização curricular busca a consonância com os seguintes aspectos:

- a) na fundamentação das ações pautadas na perspectiva dos Quatro Pilares da Educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a conviver e Aprender a Ser;
- b) na articulação com as habilidades e competências que os acadêmicos deverão desenvolver de forma processual e apresentar ao final do curso e ter como paralelo, as necessidades oriundas do mercado de trabalho.

O perfil profissiográfico desenvolvido pelos cursos e suas competências devem estar em consonância com as exigências do atual contexto sócio-econômico e do mercado de trabalho. Assim, deve ser observado na organização curricular a

integração do gestor nas dimensões social e humana, na dimensão holística, na formação técnica e o caráter empreendedor que se deseja no curso.

Cabe salientar que não são apenas essas dimensões que definem a estruturação curricular, mas também, princípios como: flexibilização, transdisciplinaridade e contextualização.

8.2 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO: INSTRUMENTO DE GESTÃO

Projetar, como ensina a raiz latina da palavra, significa “lançar-se para a frente”, orientar, dar direção a uma idéia, a um processo pedagógico intencional alicerçado nas reflexões e ações do presente. Nesta perspectiva, este documento tem a dupla dimensão de ser orientador e condutor do presente e do futuro, porque todo Projeto Pedagógico é voltado para uma ação transformadora, quando entendido que a própria ação pedagógica é uma ação política.

A LDB (Lei 9394/96) institui o Projeto Pedagógico como obrigatoriedade, mas não implantado de forma burocrática e fragmentada, mas sim, como um projeto elaborado de forma participativa e colaborativa, originado no seio da coletividade docente, discente e administrativa que dá uma identidade ao curso. "É a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa" (VEIGA, 2000, p.187).

Essa elaboração exige uma reflexão acerca da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão aprofundada sobre o tipo de indivíduo que queremos formar e de mundo que queremos construir com nossa contribuição.

O processo de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) da Unifebe foi desenvolvido através da tentativa de responder a várias questões:

- Qual é a concepção de homem e mundo?
- Qual a concepção de sociedade?
- Qual a concepção de educação?

Projeto Pedagógico Institucional - PPI

- Qual a concepção de universidade?
- Qual a concepção de cidadão?
- Qual a concepção de profissional?
- Qual a concepção de conhecimento?
- Qual a concepção de currículo?
- Qual é a relação teoria e prática?

Estes questionamentos e suas respectivas reflexões são compreendidos como processo, estão em contínua construção, avaliação, re-elaboração. Portanto, ao constituir em processo democrático de decisões, o Projeto Pedagógico nos cursos de graduação da Unifebe representa a possibilidade organizada de explicitar os anseios da comunidade acadêmica na busca de alternativas viáveis, por meio do encadeamento de ações educativas e a organização do trabalho pedagógico. Este processo ocorre mediante a análise da dinâmica de cada curso.

Ao buscar um rumo, uma direção, o Projeto Pedagógico na sua globalidade tem explicitado um compromisso coletivo, filtrando e unindo, os interesses particulares e coletivos da comunidade acadêmica.

Cabe considerar ainda que esse movimento coletivo é expresso cotidianamente nas práticas, nas relações dos sujeitos no ambiente institucional. Este contempla a diversidade de valores culturais, sociais, políticos e econômicos. Esta diversidade de valores é diagnosticada no interior de nossa instituição por meio da Avaliação Institucional, das reuniões de colegiado, da Formação Continuada, entre outros, permitindo-nos, assim, a reflexão sobre este contexto, o resgate destas experiências e a identificação de novos caminhos alternativos.

O Projeto Pedagógico de Curso é mais do que a necessidade de responder a uma solicitação formal. É a reflexão e a contínua expressão de nossas idéias sobre a educação superior, sobre a universidade e sua função social, sobre o curso, sobre o ensino, sobre a pesquisa e sua relação com o ensino, sobre a extensão e sua relação com o currículo, sobre a relação teoria e prática.

Assim, o Projeto Pedagógico é construído no contexto de uma realidade complexa e sua estruturação revela as características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos, no sistema educacional superior e no contexto social do qual faz parte. As possibilidades e os limites do Projeto Pedagógico passam por questões do contexto externo e da natureza interna da instituição.

Como forma de melhorar este diálogo nos diferentes cursos de graduação da Unifebe, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, em parceria com a Assessoria de Desenvolvimento e com a Assessoria de Educação a Distância construiu uma sistemática de acesso da comunidade acadêmica tendo como ferramenta de gerenciamento a Plataforma Claroline, ou seja, o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Esse trabalho possibilitará a todos coordenadores, docentes, acadêmicos e equipes de assessoria, além da troca de experiências e comunicação intra-curso, a atualização desse projeto que é dinâmico, processual.

O roteiro para implementação do Projeto Pedagógico do Curso 2006-2007 encontra-se no anexo C.

8.3 PERFIL DO EGRESSO

Na formação dos graduandos do Centro Universitário de Brusque, consideramos fundamental que a estrutura curricular possa assegurar o conteúdo específico mínimo de habilidades e competências que caracteriza um profissional da área, através de disciplinas e outras atividades curriculares formais. De acordo com a missão da instituição o objetivo não é somente se restringir a isto, mas sim oportunizar aos graduandos um processo constante de aprimoramento formativo de verdadeiros cidadãos, capazes de responder aos constantes desafios impostos pela sociedade contemporânea, em consonância com as Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo MEC.

Até o presente momento, a Unifebe tem realizado algumas tentativas voltadas ao trabalho com egressos. Algumas iniciativas foram empreendidas, mas devido ao pouco retorno dos questionários de pesquisa, não geraram informações

relevantes para uma avaliação do perfil do egresso. Tais informações são de extrema relevância para que a instituição possa avaliar o impacto do seu trabalho formativo na formação humana e profissional dos seus acadêmicos, bem como para saber até que ponto está, realmente, colaborando no desenvolvimento regional através de uma formação de qualidade.

Conscientes dessa necessidade e da pouca ênfase dada até aqui a esse item, a Unifebe pretende desenvolver uma política permanente de acompanhamento do seu egresso, visando não só à avaliação da qualidade de sua formação, mas ao suprimento de suas necessidades de formação continuada.

Abaixo, relacionamos algumas das ações a serem propostas na busca de viabilizar a construção do perfil do egresso do Centro Universitário de Brusque:

- a) encaminhar via e-mail um questionário para todos os egressos, numa pesquisa acerca da sua atividade profissional, da importância da sua formação acadêmica para o seu desempenho profissional e das necessidades de formação continuada;
- b) a partir das respostas, organizar atividades de integração e formação por área, visando trazer o egresso de volta à instituição e manter um contato constante com o mesmo;
- c) convidar oficialmente a todos para participarem das semanas de cursos, como forma de formação continuada;
- d) organizar anualmente eventos de integração e formação continuada, em que alguns egressos sejam convidados a dar depoimento sobre sua experiência formativa e profissional;
- e) organizar cursos de pós-graduação que visem à satisfação das necessidades formativas levantadas na pesquisa;
- f) fazer do acompanhamento do egresso um item permanente da política de avaliação e desenvolvimento institucional;
- g) editar semestralmente um periódico de distribuição gratuita ("Jornal do Egresso"), relatando e apresentando histórias e experiências dos egressos da instituição.

8.4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

As profundas transformações no mundo do trabalho e o intenso desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas vêm provocando novas demandas para a produção e gestão do conhecimento e para o exercício das profissões, desafiando as IES a repensarem o seu processo formador. Neste sentido o estágio é compreendido como atividade essencialmente pedagógica, capaz de estimular o conhecimento crítico e criativo da realidade social, e a sensibilização dos estudantes para o atendimento das necessidades sociais a partir do respeito aos valores éticos que devem orientar a prática profissional.

A Unifebe entende o Estágio como as atividades programadas, orientadas e avaliadas que proporcionam ao acadêmico, aprendizagem social, profissional ou cultural, através da sua participação em atividades de trabalho em seu meio, vinculadas à sua área de formação acadêmico-profissional. Os objetivos dos Estágios Curriculares da Unifebe são:

- compreender conceitualmente o estágio curricular como experiência intensa de inserção no campo profissional, mediante a articulação dos saberes teóricos e práticos;
- vivenciar o processo numa perspectiva interdisciplinar, como importante ação articuladora entre ensino, pesquisa e extensão;
- desenvolver as competências, habilidades e atitudes em situações de aprendizagem, mediadas entre a Instituição de Ensino e o campo de estágio;
- garantir a vinculação orgânica entre a Instituição Formadora e os demais campos, assegurando a participação de todos e resguardando nesta relação, a autonomia de cada partícipe;
- servir de apoio pedagógico para o questionamento, reavaliação e reestruturação curricular dos cursos mediante a relação teoria e prática.

Os Estágios Curriculares classificam-se em:

- obrigatórios;
- não-obrigatórios.

O Estágio Curricular obrigatório se vincula diretamente à disciplina ou disciplinas do currículo pleno do respectivo curso de graduação.

O Estágio Curricular não-obrigatório se constitui em atividade complementar à formação acadêmico-profissional do aluno, realizada por livre escolha do mesmo, com o acompanhamento da Unifebe.

Os Estágios Curriculares Obrigatórios serão normatizados por regulamento próprio, elaborado pelo colegiado do curso, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino e em consonância com as normas estabelecidas no regulamento geral do Centro Universitário de Brusque. Os regulamentos elaborados no âmbito de cada curso tratarão exclusivamente do Estágio Curricular obrigatório.

8.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

No Regulamento Geral da Unifebe sobre a disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso – TCC” é compreendida como atividade curricular obrigatória nos Cursos de Graduação do Centro Universitário de Brusque - Unifebe. A disciplina TCC consiste na elaboração de trabalho final de graduação, abordando temas relacionados às disciplinas profissionalizantes do Curso, a ser elaborado pelo acadêmico em forma de monografia, sob a orientação de um professor e aprovado por uma Banca Examinadora. Atendidas as diretrizes deste Regulamento, cada Curso, se preferir, poderá elaborar o seu próprio regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso em função de suas características e especificidades próprias. Em cada semestre em que a disciplina TCC for oferecida, o acadêmico será avaliado e receberá uma nota, observadas as normas da Instituição quanto à nota mínima para aprovação.

O TCC além da finalidade regimental de integralizar o currículo pleno do Curso, tem como objetivos gerais:

- dinamizar as atividades acadêmicas;
- estimular a iniciação científica;
- desenvolver atividades de pesquisa e extensão;
- demonstrar a habilidade adquirida durante o curso;
- aprimorar a capacidade de interpretação e crítica bibliográfica.

É pré-requisito para matrícula no TCC estar o acadêmico aprovado na disciplina Metodologia do Trabalho Acadêmico ou outra equivalente.

Durante o período de freqüência à disciplina TCC, o acadêmico deverá atender ao seguinte:

- comparecer às reuniões convocadas pelo coordenador e/ou pelo professor orientador do TCC;
- manter contato com o professor orientador de acordo com o estabelecido através de cronograma ajustado previamente;
- justificar eventuais faltas;
- entregar relatório mensal de atividades ao Coordenador do TCC;
- proceder, quando exigido, à defesa pública do seu trabalho monográfico, perante Banca Examinadora, conforme calendário fixado pelo Coordenador do TCC.

As atividades do TCC serão coordenadas, preferencialmente, por um professor do respectivo Curso, portador do título de, no mínimo especialista.

8.6 PLANO DE ENSINO

A instrução normativa nº 01/05 estabelece normas para elaboração dos Planos de Ensino. O Plano de Ensino constitui-se no documento que contempla a

organização da ação docente frente ao planejamento no Projeto Pedagógico do curso e legitima o compromisso docente com o processo de aprendizagem dos acadêmicos. Aos docentes compete elaborar os Planos de Ensino das disciplinas dos Cursos de Graduação e Seqüenciais mediante a avaliação dos respectivos coordenadores de curso. No plano de ensino deverão constar os dados de identificação do curso, missão institucional, missão do curso, perfil profissiográfico, ementa, objetivos gerais e específicos, conteúdo, metodologia, instrumentos e critérios de avaliação, referências básicas e complementares, conforme modelo em vigência, adotado pela Instituição.

A nomenclatura das disciplinas, sua carga horária e ementas estão disponibilizadas na home page, na Graduação. Cabe ao professor digitar e incluir seu Plano de Ensino na Central do Professor, utilizando a senha fornecida pela Secretaria Acadêmica, sendo responsabilidade do coordenador de curso avaliar e posteriormente autorizar a publicação do documento na Central do Professor para consulta dos acadêmicos através da Central do Aluno.

O plano de ensino deverá estar disponibilizado na Central do Aluno no primeiro dia de aula da respectiva disciplina. O professor deverá entregar até o primeiro dia de aula de cada disciplina uma cópia do Plano de Ensino na Secretaria Acadêmica.

8.7 MODALIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Na Unifebe o ensino de graduação vem sendo organizado na modalidade presencial, no entanto, alguns professores já vêm colocando em prática a modalidade não-presencial. A modalidade presencial caracteriza-se pela frequência mínima de 75% das aulas. Por semi-presencial, entende-se a modalidade presencial que permite a organização de até 20% do currículo sendo ministrado a distância⁶.

A Unifebe vem discutindo junto aos docentes, pró-reitores, reitoria e demais setores a necessidade da modalidade a distância que segue a política de EAD, cujas

⁶ Portaria nº 4059/2004 do Ministério da Educação e Cultura.

diretrizes definem um percentual de 20% das disciplinas de um curso na modalidade semi-presencial.

Para por esta modalidade em prática necessariamente utiliza-se de um ambiente virtual de aprendizagem, que atualmente é a Plataforma Claroline, tendo como objetivo criar uma cultura de utilização das tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem.

8.8 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais são consideradas atividades complementares, executadas durante o curso, com enfoque científico-cultural. São consideradas atividades AACC:

- participação em eventos Científicos, como Congressos, Jornadas, Encontros, cabendo apresentar certificado comprobatório;
- participação em eventos Culturais, cabendo apresentar certificado comprobatório;
- cursos em Semanas Acadêmicas e todos Cursos de extensão, cabendo apresentar certificado comprobatório;
- arbitragem em competições, cabendo apresentar certificado comprobatório.

Os acadêmicos recebem certificados para a comprovação das atividades AACC devidamente preenchidos conforme o regulamento. Desta forma, deverão cumprir ao final do Curso um total de 200 horas/aula, de cursos e eventos considerados científicos e/ou culturais, também são válidos Eventos e/ou Cursos realizados num período até 5 anos retroativo a entrada do Acadêmico no Curso da Unifebe. Todo acadêmico que tiver efetuado AACC antes de entrar no Curso poderá abater até 50% das horas totais exigidas, ou seja, 100 horas, devendo cumprir às 100 horas restantes no decorrer de sua formação específica.

8.9 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Prática como Componente Curricular constitui espaço significativo para que acadêmicos e docentes vivenciem de forma indissociada, atividades teórico práticas, na medida em que articulam conceitos com a realidade dos diferentes espaços educativos que compõem o sistema educacional local e global. Nesta perspectiva, desenvolver a prática como componente curricular não implica necessariamente a inserção física dos acadêmicos e docentes no campo de trabalho. A inserção acontece à medida que se explora a complexidade que envolve os cotidianos escolares, desde os materiais didáticos até as políticas públicas que regem a educação básica, por exemplo. É uma dinâmica em que alunos e professores partem das vivências para a teorização e da teorização para as vivências.

A reflexão sobre os contextos escolares promove ao licenciado, olhares sobre políticas e práticas pedagógicas concretas. Desta forma, a PCC traz em sua essência o vínculo com a educação básica, também desafia e possibilita o docente a rever a forma de organizar a própria disciplina enfocando prioritariamente a aprendizagem, considerando que os acadêmicos são sujeitos aprendentes.

Problematizar e analisar contextos no campo de atuação exige dos professores, além do domínio conceitual específico, diálogo constante com outros campos do conhecimento que constituem a matriz curricular do curso, possibilitando ações interdisciplinares, assim como uma proximidade com estudos que giram em torno da formação dos professores.

Com relação ao plano de ensino, a PCC não será tratada como uma unidade distinta. Ela aparecerá inserida nas próprias unidades já elencadas, porque ela é elemento constitutivo da abordagem dos conceitos.

São horas extra-curriculares, incluídas na carga horária da disciplina, porém, específicas para aplicação prática do conteúdo desenvolvimento na disciplina.

Será considerada como atividade de PCC a participação em *eventos escola/comunidade*. Se o aluno não participar desta atividade que será coordenada

pelos professores do curso, terá que participar de outras atividades de prática como componente curricular, devidamente comprovada, as quais podem ser:

- análise de livros e de propostas curriculares;
- estudo do meio;
- levantamento de situações problemas;
- participação de atividades nas escolas tais como conselhos de classe, reuniões pedagógicas, reuniões de agremiações estudantis;
- pesquisa que identifique como a disciplina é ministrada na educação infantil, no ensino fundamental e médio;
- coleta e análise de documentos escolares;
- elaboração de materiais que possam subsidiar a prática dos professores.

Será necessário um total de 400 horas de atividades práticas como componente curricular, cada curso organizará a disposição destas horas em seu regulamento próprio.

Na elaboração do Projeto e Relatório da PCC necessariamente deve conter: planejamento, execução, avaliação, análise e reflexão. Todo acadêmico deverá, obrigatoriamente, participar da PCC, cabendo a avaliação e aprovação destas horas conforme estabelecido em regulamento próprio.

8.10 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINAR E DE APRENDER

Na implementação da prática pedagógica atual, temos como pressuposto de que a Avaliação do Desempenho deva funcionar de modo que possibilite ao acadêmico acompanhar seu processo de aprendizagem, percebendo com clareza onde está progredindo e em quais aspectos encontram-se estacionado, sobretudo, evidenciando em que direção pode, e deve avançar.

Isso significa que o aluno se torne mais consciente do processo de aprendizagem e de como controlá-lo, avaliando e reconhecendo suas possibilidades

e dificuldades na resolução de um problema. A efetivação desse modo de agir, caminha em direção a avaliação formativa.

Nessa lógica, a avaliação constitui-se como um processo contínuo que é realizado a cada uma das atividades acadêmicas a partir das características concretas que cada uma possui; de cada situação; de cada proposta.

No processo avaliativo formativo, desde o início da aprendizagem o professor observará e registrará as suas impressões, orientando e indicando ajustes e possibilidades de melhoria do trabalho que os alunos desenvolvem, mas não realiza um registro de notas. É difícil estabelecer uma média de aprendizagem e verificar com certeza que habilidades e domínios de aprendizagem foram empregados pelos alunos. A avaliação, nesse caso, é determinada pelo conjunto do trabalho e não pela soma das partes (ROMANOWSKI, *et all*, 2003, p.127).

Portanto, para que a avaliação seja formativa de fato, deve favorecer ao acadêmico ter uma consciência clara de si mesmo frente ao seu processo de aprendizagem. É necessário que o aluno, com a ajuda do professor ao avaliá-lo, tenha clareza de suas próprias dificuldades e de seus recursos, ou seja, que possa conhecer-se.

Outro aspecto relevante é que numa concepção formativa da avaliação não se trata apenas de avaliar o nível de aprendizagem dos acadêmicos. O professor deve avaliar, também, o próprio processo de ensino e a atividade de que realiza em aula. A partir desse novo paradigma de avaliação, novas ações metodológicas passam a ser empreendidas na prática pedagógica e, conseqüentemente, no processo avaliativo. Desse modo, faz-se necessário ter clareza quanto às concepções e práticas avaliativas presentes no contexto pedagógico dos cursos, ou seja:

- a) o que significa avaliar?
- b) o que avaliar?
- c) como avaliar?
- d) que instrumentos e critérios de avaliação selecionar?

No ano de 2003, a transformação de Centro de Ensino Superior para Centro Universitário exigiu a construção coletiva de um novo Regimento e Estatuto para a Instituição, adequado à legislação no que se refere ao Centro Universitário. A partir desse momento, a Unifebe sofreu alterações significativas em seu contexto político, administrativo e pedagógico.

Essas transformações estão fundamentadas na concepção da Avaliação Formativa cujas diretrizes encontram-se presentes no Regimento da Unifebe.

Alicerçado na legislação nacional (LDB 9394/93) e institucional (Regimento), cada colegiado de curso construiu o seu Contrato Didático.

Esse documento tem por objetivo orientar o processo avaliativo do curso, no qual constam os aspectos essenciais para a realização de um processo avaliativo justo e coerente pautado nas tendências e abordagens teóricas atuais sobre a avaliação da aprendizagem, bem como na Missão Institucional.

8.10.1 O contrato didático do curso

O contrato didático estabelece e explicita a proposta pedagógica, principalmente quanto ao ensino e avaliação. Portanto, objetiva consensuar e esclarecer como se darão as regras do “jogo”, buscando a transparência da prática docente no processo de ensino - aprendizagem.

Nesse sentido, o colegiado do curso, resolve explicitar suas ações quanto a avaliação no seguinte tocante:

a) Quanto aos procedimentos de avaliação:

- cabe ao docente, a partir da observação sistemática do educando e da aplicação de instrumentos avaliativos adequados, a atribuição de notas;
- a avaliação do acadêmico será expresso numa escala de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com uma casa decimal, e deverá ser registrado no diário de classe e entregue a coordenação de curso ao final da disciplina;

- a nota final, resultante da média dos diferentes instrumentos de avaliação, deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis);
- os procedimentos de avaliação devem estar coerentes com a missão, perfil e objetivos pretendidos na formação do acadêmico;
- a avaliação do processo ensino-aprendizagem deve permitir o uso de diferentes instrumentos de avaliação, ficando a critério do professor eleger o instrumento que melhor se aplique a avaliação.

b) Quanto aos instrumentos de avaliação usados pelo curso:

O ser humano na sua busca pelo aprender, se utiliza de meios próprios de percepção, que poderiam ser a capacidade de abstração, memória, imaginação, sentimento, percepção sensorial e categorial, e outros. Assim sendo, os professores devem também se utilizar de instrumentos variados que possibilitem despertar no aluno seus meios de percepção. Abaixo relaciona-se alguns instrumentos de avaliação que podem ser utilizados.

- estudo de caso;
- prova operatória;
- relatório;
- seminário;
- implementação computacional.

c) Quanto aos critérios de avaliação:

Os critérios de avaliação deverão estar claros no plano de ensino, como também estarem em sintonia com os objetivos da aprendizagem de cada conteúdo programático da disciplina. Descreve-se abaixo alguns critérios utilizados:

- frequência e / ou participação;
- domínio do conhecimento prático/teórico;
- raciocínio lógico;
- habilidade de negociação;
- uso de conceitos teóricos na solução de problemas;
- habilidade de relacionamento interpessoal.

d) Quanto à devolutiva do resultado da avaliação:

O resultado da avaliação deverá ser socializado com os acadêmicos num prazo máximo de 15 (quinze) dias após a aplicação do instrumento de avaliação. Pondera-se aqui a importância deste momento para reflexão dos resultados obtidos, tanto pelo aluno, quanto também pelo professor.

Entende-se que este documento deva sempre expressar a realidade do presente momento, devendo sempre estar em discussão pelo corpo docente, promovida pelo coordenador do curso, para que este retrate a realidade da prática de ensino aprendizagem do curso.

8.11 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é compreendido como um documento oficial e neste sentido precisa ser avaliado constantemente. É um documento norteador das concepções e ações do curso, e implica numa sistemática de atualização e avaliação a fim de observar se os objetivos e ações planejadas estão de fato acontecendo no dia a dia do curso.

Neste viés criou-se um documento com o objetivo de realizar a avaliação qualitativa do Projeto Pedagógico de Curso, fundamentado nas dimensões e categorias de análise exigidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Superior/INEP. Este documento tem como propósito contribuir para a reformulação e

o enriquecimento do projeto pedagógico inicial, mediante a utilização da avaliação como uma prática contínua e permanente, contribuindo assim para a melhoria da qualidade dos cursos e da instituição.

A avaliação qualitativa do Projeto Pedagógico de Curso, visa analisar a consistência e coerência das práticas descritas em relação à missão, os princípios e as diretrizes da Unifebe e do respectivo Curso. Sua elaboração e utilização têm o propósito de favorecer a identificação dos aspectos que reforçam o Curso e aqueles que concorrem para a identidade do Curso e constituem seu diferencial, assim como busca apontar os aspectos que, em razão de insuficiências constatadas, merecerão atenção na reconstrução do Projeto Pedagógico de Curso a cada ano.

8.12 SECRETARIA ACADÊMICA

A Secretaria Acadêmica tem por objetivo planejar, organizar, supervisionar e controlar a vida acadêmica de todos os alunos dos cursos de graduação. Seu horário de funcionamento é de 2ª a 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h às 22h.

É um órgão diretamente subordinado a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e é dirigida por uma Secretária Acadêmica.

São responsabilidades da Secretaria Acadêmica: organizar, coordenar e controlar as atividades relativas ao registro do corpo discente, compreendendo reserva de vaga, matrículas, controles acadêmicos, transferências, notas, requerimentos, documentos solicitados pelos alunos, protocolo, processo de registro de diplomas e certificados, entre outros.

8.13 SECRETARIA DAS COORDENAÇÕES

A Secretaria das Coordenações destina-se a assessoria e ao apoio às coordenações de curso e, supletivamente, à Pró-Reitoria de Graduação.

Compete a Secretaria das Coordenações:

- a) auxiliar administrativamente os coordenadores dos cursos de graduação;
- b) organizar e manter os murais e os arquivos de documentos referentes ao setor;
- c) fazer comunicações aos acadêmicos por solicitação dos coordenadores;
- d) digitar e expedir correspondências dos setor;
- e) auxiliar o coordenador na elaboração do horário dos cursos;
- f) receber e efetuar chamadas telefônicas, requisitar material de escritório e fazer registro e distribuição de expedientes e outras tarefas correlatas;
- g) organizar materiais e espaços necessários para as reuniões com professores, Bancas de TCC e Seminários de Estágios;
- h) reproduzir materiais para os professores dos cursos, por solicitação e orientação dos coordenadores;
- i) executar outros trabalhos afins necessários ao setor e à Instituição.

9 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, em consonância com a missão institucional da Unifebe, compromete-se com a construção da cidadania, reafirmando o compromisso com a inserção de ações que promovam a qualidade de vida na sociedade.

A Unifebe busca constantemente ampliar suas atividades de Pesquisa e Extensão, assumindo como princípio a articulação entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão coordena, acompanha e avalia as atividades relativas às políticas de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, implementadas com o compromisso de contribuir para a produção, sistematização e disseminação do conhecimento, de forma ativa e integrada com a sociedade.

9.1 PÓS-GRADUAÇÃO

9.1.1 Concepção

Em tempos de rápidas transformações tecnológicas, bem como evidentes mutações de valores éticos e morais, torna-se cada vez mais relevante o investimento profissional da formação especializada, seja em nível de formação para o Mercado de Trabalho ou de formação para o Magistério Superior.

As atividades realizadas no setor de Pós-Graduação da Unifebe buscam, prioritariamente, a oferta de Cursos de Especialização (Lato Sensu) que agreguem estratégias e políticas, capazes de propiciar melhores condições de formação e atuação profissionais em diferentes setores da sociedade. Assim, as diretrizes pedagógicas dos cursos oferecidos permitem, que os profissionais nela especializados, sejam capazes de compreender a importância dos fatores de qualidade, em sua vida profissional e pessoal, assim como no contexto sócio-político em que se integram e conseqüentemente, nele intervêm.

As ações dos Cursos de Pós-Graduação da Unifebe constituem uma base de sustentação que é alicerçada no Ensino de Graduação, à medida que permitem a verificação da demanda a ser especializada e uma atuação acadêmica de continuidade nos estudos, articulando este diálogo com a pesquisa e a extensão, pois se norteiam pela missão institucional e favorecem a noção da indissociabilidade.

Em consonância com o enorme desafio de se fazer cumprir a missão da Unifebe, de buscar a continuada excelência e qualidade na oferta do Ensino Superior, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, integrada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação vem implementando uma cultura de incentivo à formação em nível de especialização. Esta atividade efetiva possibilita um intenso movimento, partindo da idéia de que, iniciar-se no universo da especialidade profissional é preparar-se para conhecer as diferentes condições no universo do trabalho, possibilitando conhecimentos inerentes aos problemas cotidianos.

Tal incentivo à formação em nível de especialização compreende ainda a construção da cidadania, como forma de expressão e via essencial para emancipação humana e responsabilidade social. Essencialmente, o compromisso das Instituições de Ensino Superior é se alicerçar na promoção de um ensino de qualidade ou ainda, funcionar como uma ponte, capaz de auxiliar a promoção da melhoria de vida das populações, resultando na construção de um novo projeto de nação.

Na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, em especial nas atividades atinentes à oferta de cursos em nível de Pós-Graduação, este compromisso é prioritário. Além disso, é embasado nos pilares de capacitação de docentes, de formação profissional para melhor atender o mercado de trabalho, da institucionalização da cultura da pesquisa mediante a sua prática, como condições indispensáveis e necessárias para que se possa atuar como sujeito ativo na sociedade em que são vivenciadas aceleradas mudanças e transformações.

A relevância dada à dimensão de educar em níveis especializados propõe a criação da cultura de que a Pós-Graduação é uma forma de continuidade do Ensino de Graduação. Procura-se assim, validar a reconstrução dos processos, procedimentos e projetos recriados do contexto Unifebe, para que os que nela se formem profissionais, sejam capazes de conhecer sua realidade, apreendendo-a e compreendendo-a. Estima-se que a melhor forma de garantir tal movimento é trabalhar na conscientização dos acadêmicos concluintes para que não se evadam da Unifebe, por falta de intervenções e ofertas desta ordem.

9.1.2 Principais diretrizes

A palavra diretriz provoca o sentido de um caminho, uma linha a ser seguida, que organiza um conjunto de instruções e indicações para se tratar um plano de ações, que conseqüentemente, indicam as políticas a serem seguidas. Nessas condições elencamos como diretrizes da pós-graduação:

- a) desenvolvimento do conhecimento científico que esteja relacionado ao exercício profissional;
- b) busca da excelência e aproximação da instituição com a comunidade, na oferta de cursos de especialização ou formação, projetos e estudos que identifiquem necessidades regionais, respeitando os princípios da ciência, os avanços da tecnologia e da inovação;
- c) engendramento do ensino de forma sistematizada, em níveis diversos, incentivando a comunidade acadêmica para a criação de grupos de pesquisa;
- d) valorização da formação acadêmica de seus docentes, entendendo-os como agentes de auxílio e consolidação da pesquisa, enquanto um fator de qualidade e diferencial.

9.1.3 Estrutura da pós-graduação

Contribuir para a realização da missão Unifebe constitui a justificativa que embasa um dos importantes trabalhos desencadeados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, na oferta de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, única modalidade de pós-graduação até o presente momento. Tal condição se justifica em função dos elevados investimentos necessários à oferta e credenciamento de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Atualmente os cursos de especialização *lato sensu* oferecidos pela Unifebe estruturaram-se de forma a atender:

- a) a legislação vigente, em especial, às normas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação;
- b) a dinâmica social;
- c) ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e à inovação;
- d) as demandas do ensino de graduação;
- e) ao desenvolvimento regional;
- f) a missão institucional.

9.1.4 Procedimentos institucionais dos cursos de pós-graduação

Atualmente o formato dos projetos dos cursos de Especialização *lato sensu* respeita os modelos propostos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), onde são cadastrados. Nesse sentido deverão conter, no mínimo, os seguintes itens:

- nome do curso;
- nome e titulação do coordenador do curso;
- carga horária;
- número de vagas e número mínimo de alunos para sua viabilização;
- público alvo;
- objetivos do curso;
- justificativa e relevância social e institucional do curso;
- pré-requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos;
- condições de seleção e aprovação dos candidatos;
- disciplinas oferecidas, com a respectiva carga horária, créditos, ementa e bibliografia básica;
- cronograma de atividades, incluindo a data prevista para o início e o término do curso;
- organização e normas de funcionamento do curso;
- metodologia de avaliação;
- quadro docente acompanhado do *curriculum vitae* documentado dos professores que não pertencerem ao quadro da Unifebe, obedecendo à ficha cadastral fornecida pelo Setor de Administração de Pessoal;
- previsão orçamentária, discriminando receitas e despesas.

Os projetos dos cursos de Pós-Graduação encaminhados à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão observam: a formatação definida, a titulação mínima de mestre para o coordenador, a coordenação exercida por professor da

Unifebe. Além disso, os projetos devem observar a legislação vigente e o Regulamento da Unifebe, e devem ser encaminhados à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão pelo menos 90 (noventa) dias antes do seu início programado.

O projeto que tiver sido apreciado por um Colegiado de curso de graduação deve conter, em anexo, a respectiva ata de aprovação. Cabe à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão providenciar junto à Pró-Reitoria de Administração a elaboração dos orçamentos de receitas e despesas dos projetos.

As propostas de cursos a serem oferecidas são apresentadas, devem ser discutidas com a Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão antes da elaboração do projeto propriamente dito, para análise dos critérios acima mencionados. A partir da submissão das propostas (projetos) de cursos, estas são apresentadas ao Conselho Universitário (Consuni) e ao Conselho de Administração da Mantenedora para apreciação.

Após as propostas serem aprovadas pelos Conselhos estas retornam à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão para que se iniciem os procedimentos de encaminhamentos para divulgação, documentos instrucionais, inscrições e matrículas. Cabe destacar que os cursos que forem oferecidos em convênio com outras Instituições de Ensino devem ter aprovação prévia do Conselho de Administração da Mantenedora.

O encaminhamento de projetos para apreciação dos Conselhos é de competência da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e a reedição de um curso ou o seu funcionamento permanente depende de aprovação específica.

Os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* oferecidos exclusivamente na modalidade Mercado de Trabalho tem carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas/aula, integralmente cumpridas em até 30 (trinta) meses consecutivos. Por outro lado, os cursos oferecidos exclusivamente na modalidade Formação para o Magistério Superior têm carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas/aula, integralmente cumpridas, em até 30 (trinta) meses

consecutivos e incluídas, as 90 (noventa) horas/aula dedicadas à formação didático-pedagógica e metodológica, bem como à elaboração e apreciação da monografia.

Concomitantemente oferecidos, os cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, nas modalidades Mercado de Trabalho e Formação para o Magistério Superior tem no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas/aula de atividades dedicadas ao conteúdo específico da área temática, acrescidas de, especificamente para a segunda modalidade, no mínimo, 90 (noventa) horas/aula dedicadas à formação didático-pedagógica e metodológica, além da elaboração de monografia. A monografia de conclusão do curso é obrigatória em todos os cursos que habilitem ao magistério superior.

9.1.5 Sobre a coordenação dos cursos de pós-graduação

A coordenação dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* cabe aos professores do quadro da Unifebe, cuja titulação acadêmica mínima seja de Mestre, comprovada formação e experiência didático-científica na área de conhecimento do curso. Nos casos em que o coordenador não atenda tais exigências, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão poderá submeter à indicação de seu nome à deliberação do Consuni.

Vale destacar nesta oportunidade, que um mesmo professor pode coordenar, simultaneamente, no máximo 02 (dois) cursos e que os mesmos não têm competência para autorizar despesas em nome da instituição, uma vez que sua atividade é de cunho acadêmico e não administrativo, ainda que assuma atividades de gerenciamento dos cursos. As atividades de ordem administrativas ou afins são de competência da Pró-Reitoria Administrativa. Ao final das atividades pedagógicas o coordenador tem um prazo de até 03 (três) meses para efetuar a entrega do relatório final do curso à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

Os coordenadores que atuam nos cursos de Pós-Graduação têm um importante papel no desenvolvimento de todo o processo, pois colaboram para que

as atividades aconteçam de modo organizado e zelando pelo seu bom andamento.

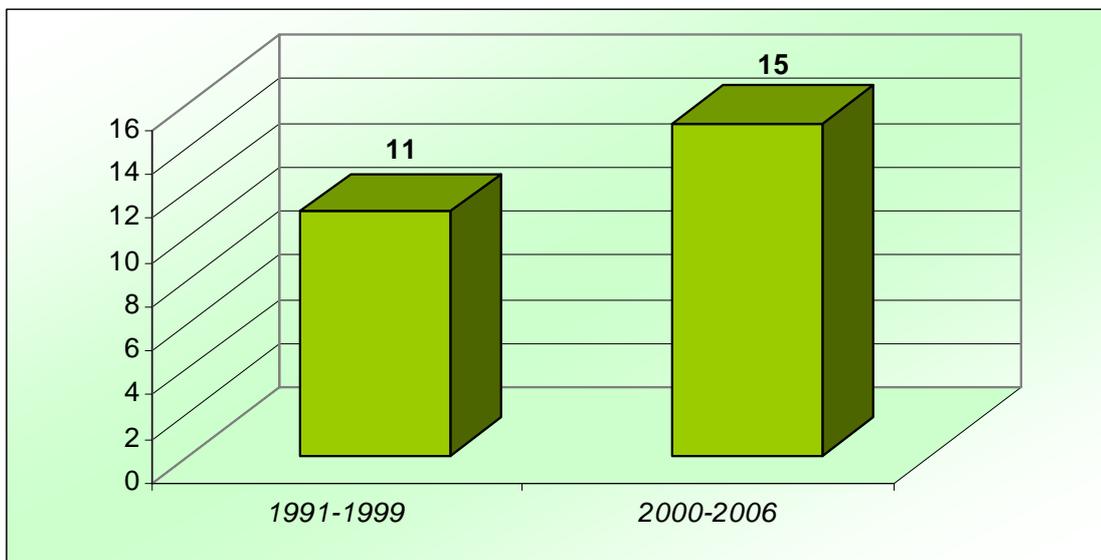
Os coordenadores têm como principais atribuições:

- elaborar e apresentar a proposta de curso de pós-graduação à Pró-Reitoria de Pós-graduação Pesquisa e Extensão;
- organizar e presidir a seleção dos candidatos às vagas;
- fazer a apresentação dos professores das disciplinas aos alunos;
- controlar e acompanhar a vida acadêmica dos alunos, bem como a entrega dos diários preenchidos, no prazo de até 30 (trinta) dias do término das disciplinas;
- informar os alunos sobre as normas da pós-graduação, bem como sobre o funcionamento do curso;
- acompanhar o compromisso financeiro firmado pelos alunos do curso junto à Tesouraria, zelando pela adimplência;
- viabilizar o material didático e os equipamentos necessários ao curso;
- realizar junto aos alunos do curso, ao término de cada disciplina, uma avaliação global da disciplina e do professor, encaminhando-a à Pró-Reitoria da Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
- organizar o Relatório Final do curso em tempo hábil, conforme previsto neste Regulamento;
- estimular a produção docente e discente no curso, bem como sua divulgação.

9.1.6 Estatísticas da pós-graduação

O a seguir reflete o quadro evolutivo na oferta de cursos de Pós-Graduação - Especialização *lato sensu* no Centro Universitário de Brusque, no período 1991-2006.

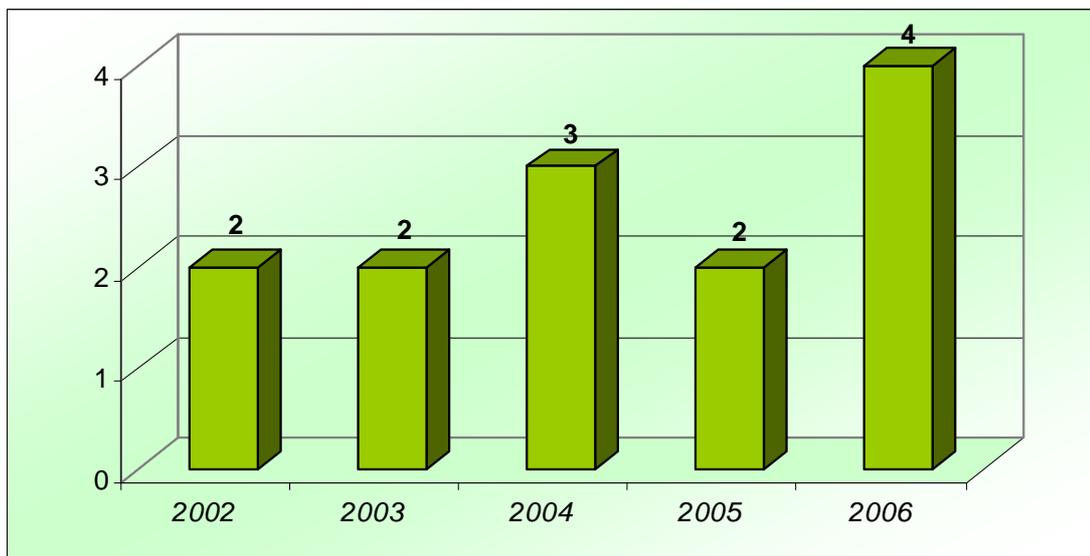
EVOLUÇÃO DA OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIFEBE



FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006).

O abaixo reflete a manutenção de uma oferta constante de cursos de Pós-Graduação - Especialização *lato sensu* no Centro Universitário de Brusque, nos últimos cinco anos.

OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIFEBE ENTRE 2002-2006



FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006).

No ano de 2006 foram oferecidos 4 novos cursos de Pós-Graduação, *Lato Sensu*:

- Formação para o Magistério Superior;
- Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental;
- Gestão Contábil e Tributária;
- Direito Constitucional.

O quadro a seguir, apresenta um resumo dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, no período 2002-2006.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIFEBE ENTRE 2002-2006

Curso	H/A	Coordenador	Início dos Créditos	Final dos Créditos	Nº. Inicial de alunos	Nº. Final de alunos
Gestão Estratégica de Organizações	450	João Batista Adami	Maio/2002	Julho/2003	34	27
Direito Processual Civil	450	Rodrigo José Leal	Setembro/2002	Novembro/2003	26	17
Gestão Estratégica de Empresas I	450	João Batista Adami	Abril/2003	Julho/2004	31	27
Engenharia de Processos Industriais I	360	André Luiz A. Bastos	Agosto/2003	Setembro/2004	45	44
Formação para o Magistério Superior	90	André Luiz A. Bastos	Outubro/2004	Dezembro/2004	22	22
História – Um Tema Contemporâneo, A Intolerância na Sociedade Latino Americana	450	Marlus Niebuhr	Abril/2004	Julho/2005	33	30
Engenharia de Processos Industriais II	360	André Luiz A. Bastos	Setembro/2004	Setembro/2004	20	18
Controladoria	360	Tarcisio P. da Silva	Março/2005	Junho/2006	32	29
Gestão Estratégica de Empresas II	450	João Batista Adami	Abril/2005	Junho/2006	32	30
Direito Constitucional	360	Rodrigo José Leal	Março/2006	Junho/2007	36	25 (set/2006)

Curso	H/A	Coordenador	Início dos Créditos	Final dos Créditos	Nº. Inicial de alunos	Nº. Final de alunos
Teorias e Práticas Pedagógicas em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental	450	João Derli de Souza Santos	Abril/2006	Março/2007	37	28 (set/2006)
Gestão Contábil e Tributária	360	Alessandro Fazzino	Setembro/2006	Outubro/2007	27	27 (set/2006)
Formação para o Magistério Superior	90 + Monografia	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	Setembro/2006	Maior/2007	37	37 (set/2006)

FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006).

9.2 PESQUISA

9.2.1 Uma introdução

A ação de pesquisar na Unifebe é assumida como um desafio necessário à construção de uma proposta metodológica que vem se consolidando em dois grandes paradigmas: o educativo e o científico. O educativo, norteado pelo princípio da emancipação que busca estimular um cidadão crítico, envolvendo ensino e pesquisa. O científico relacionado ao ato de desafiar o conhecimento atual, apresentando-se como uma instrumentação metodológica, a partir da iniciação científica.

A iniciação científica é segundo definição do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) um instrumento de formação que permite introduzir na pesquisa científica, estudantes de graduação. Trata-se de uma oportunidade de aprendizado sob orientação de pesquisadores mais experientes. A iniciação introduz o aluno no mundo da pesquisa científica; estimula o pesquisador-orientador a formar equipes e propicia à instituição um instrumento de formulação de políticas de pesquisa.

Com base nesse pressuposto defende-se um trabalho pedagógico onde se concebe o ensino, não meramente como sendo a transmissão do conhecimento

acumulado, mas sim, como um importante agente de promoção das capacidades criativa e inventiva, provocadoras do conhecimento. Desta forma, assume-se a pesquisa como sendo uma ação fundamental à revitalização do ensino, configurando-se como uma atividade de aprendizagem e (des)cobrimento.

Nesse sentido, podemos dizer que pesquisar é uma atividade que leva ao desvelamento de um objeto, fato ou fenômeno. Contudo, para que se chegue a tal condição ou estado, não há uma receita pronta, que seja capaz de garantir um profundo estudo sobre um único objeto que cause interesse, uma vez que existem diversos caminhos sistematizados e ordenados (metodologias) que favorecem esta condição.

9.2.2 Histórico e trajetória

Fazer pesquisa não é algo fácil, nem tão pouco, uma atividade que se concretize em curto prazo. A pesquisa envolve uma grande mobilidade de recursos financeiros, humanos e políticas institucionais. Cientes dessa questão, e de um modo bastante tímido, foi se delineando uma condição de valorização da pesquisa de iniciação científica na forma de fazermos ensino, uma vez que a geração de conhecimento e inovação, faz com que se mantenham vivos os debates sobre o as relações da produção da ciência e o papel social do centro universitário, atrelando-os à prática pedagógica dos docentes.

Para tanto, pensou-se o espaço de sala de aula, como um espaço de produção de iniciação à pesquisa, voltando-se para os interesses da sociedade, suas carências e problemas, e então, se estimula a extensão. Daí vem se buscando cumprir o movimento de articulação do ensino, pesquisa e extensão previsto na missão da Unifebe.

No ano de 1999 a atual Unifebe, possuía o *status* de Centro de Educação Superior, mas, embora não possuísse a obrigação de fazer pesquisa, nesta época, se iniciava uma nova consciência crítica, em função da adaptação de uma nova realidade conquistada. A partir de então a Unifebe iniciou um trabalho de base,

construído pela mão e contribuição, de muitos pesquisadores que atuaram a frente da produção do conhecimento.

A partir do ano de 2003, após a transformação da instituição em Centro Universitário o compromisso com a pesquisa de iniciação científica se efetivou em um novo formato. Ao se consolidar como um agente difusor de apoio à produção e transformação de conhecimento, as ações buscaram maior envolvimento de docentes e discentes em atividades voltadas à elaboração de procedimentos de pesquisa.

Dentre as ações de pesquisa na Unifebe pode-se destacar:

- estímulo à publicação de chamadas para submissão de propostas de investigação, por meio de editais públicos;
- gerenciamento busca e repasse de informações sobre as possibilidades de captação de recursos financeiros em agências de fomento;
- elaboração de modelos de documentos acadêmicos e administrativos; acompanhamento e orientação à pesquisadores e estudantes envolvidos com iniciação científica;
- divulgação dos resultados de pesquisas em evento científico próprio (Jornada Científica);
- incentivo à participação de acadêmicos e docentes em eventos científicos regionais;
- repasse de recursos governamentais para acadêmicos e docentes;
- organização e publicação da Revista Unifebe, publicação científica qualificada pela CAPES.

9.2.3 Diretrizes e objetivos

A concepção da pesquisa na Unifebe é de promover a Iniciação Científica na forma de engajamento discente e docente em espaços de construção coletiva. As diretrizes de desenvolvimento e incentivo à pesquisa na Unifebe se voltam para a

promoção e construção do conhecimento, no âmbito do Ensino de Graduação, do engajamento de professores e acadêmicos em atividades de iniciação à pesquisa científica. Contudo, as ações permanentes são vinculadas à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que no desempenho de suas funções é auxiliada pela Coordenação de Pesquisa.

Os objetivos da pesquisa na Unifebe se pautam principalmente em:

- incentivar a formação profissional voltada à pesquisa nas áreas do conhecimento em que a Instituição oferece cursos de graduação, possibilitando o desenvolvimento de estudos e pesquisas, na modalidade iniciação científica;
- qualificar, atualizar e estimular a produção científica na Unifebe, visando a socialização do conhecimento através de publicações e de relatos científicos multidisciplinares, interagindo com a sociedade na busca de melhorias na qualidade de vida;
- sistematizar, aperfeiçoar e incentivar a participação da comunidade acadêmica em eventos e publicações científicas de caráter permanente, como a Jornada de Iniciação Científica e a Revista da Unifebe.

9.2.4 Funcionamento e atividades

As atividades de pesquisa desencadeados na instituição contemplam preferencialmente, ações integradoras dos cursos de graduação, dos setores produtivos da região, de entidades educacionais e científicas, constituídas sob as leis brasileiras, interessados no engajamento e na capacitação tecnológica e de recursos humanos necessários às atividades, em consonância com a missão da Unifebe.

No que se refere aos projetos de pesquisa, os mesmos deverão respeitar o formato metodológico correspondente às exigências da entidade conveniada, concedente do fomento. Ou seja, a formatação gráfica sugerida ou contemplada em

editais de fomento à pesquisa ou na chamada para rodadas de projetos, próprios ou de outras instituições que deverá ser acatada.

Quanto aos projetos de pesquisa na modalidade iniciação científica, desenvolvidos internamente deverão se estruturar no formato metodológico aprovado pela Unifebe. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão pode estabelecer normas complementares às mencionadas.

Destaca-se que os projetos desencadeados são aprovados pelo Conselho Universitário – Consuni e, ainda pelo Conselho Administrativo da Mantenedora, quando envolver a alocação de recursos financeiros da Instituição. As propostas de pesquisa ou iniciação científicas, em âmbito externo, devem ser elaboradas pelo pesquisador (beneficiário), apreciadas tecnicamente pela Coordenação de Pesquisa e encaminhadas à Contabilidade para elaboração de planilha financeira.

O edital na íntegra e a súmula, instrumento que contem as informações necessárias à elaboração dos projetos de pesquisa ou iniciação científica são divulgados no Portal da Unifebe, disponível no endereço eletrônico www.unifebe.edu.br, no mural físico e na secretaria, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e na sala dos professores.

9.2.4.1 Procedimentos internos

Para o desenvolvimento dos projetos de pesquisa na Unifebe, aqui entendidos como propostas são procedimentos obrigatórios:

- captação da informação, leitura e análise prévia do documento (edital) no âmbito da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
- encaminhamento do edital à Assessoria Jurídica, para análise e elaboração de parecer circunstanciado, com vista ao esclarecimento das dúvidas e levantamento dos principais critérios de participação;

- retorno do parecer elaborado pela Assessoria Jurídica à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, pontuando as implicações atinentes à participação da Instituição Mantenedora;
- sistematização, pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, de uma súmula, contendo as principais informações retiradas do edital e necessárias para o conhecimento dos interessados em submissão de propostas;
- avaliação da súmula no âmbito da Pró-Reitoria de Administração, para verificação da participação da Instituição, do ponto de vista administrativo-financeiro;
- aprovação interna da súmula pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e Pró-Reitoria de Administração, para deliberação dos encaminhamentos de publicação da matéria da súmula nos veículos de comunicação institucionais.

9.2.5 Projetos de pesquisa

Os projetos de pesquisa são desenvolvidos preferencialmente a partir das demandas diagnosticadas em Brusque e região, nas áreas do conhecimento em que a Unifebe atua, por professores e acadêmicos. Os projetos devem atender à evolução da Ciência, da Tecnologia e da Inovação buscando se articular com a Missão da Instituição, articulando Ensino, Pesquisa e Extensão.

Para garantia de fluxo de informações atinentes ao auxílio financeiro (fomento) destinado a execução de projetos de pesquisa, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão divulga para a comunidade acadêmica as possibilidades de captação e repasse de recursos destinados à execução de projetos. Destaca-se a divulgação de iniciação científica do Artigo 170, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e projetos de pesquisa externos, em que a instituição estabelece convênios com instituições de auxílio à pesquisa, como a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa

Catarina – FAPESC e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Entre os anos de 2002 a 2006 (em fase de execução) a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, acompanhou a realização de um número significativo de projetos de pesquisa, que indicam uma intenção de maior envolvimento da comunidade acadêmica em tais atividades, conforme são descritos nos quadros a seguir.

PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – EDITAL ARTIGO 170 (REFERÊNCIA 2002 A 2006)

Ano / Nº	Título do Projeto	Orientador	Orientando
2002/1	A Participação da Criança Com Síndrome de Down no Instituto de Educação Santa Inês: Inclusão ou Exclusão?	Maria Lúcia Lorenzetti	Marisete Looz
2002/2	Margens da História	Eleudemar Ferreira Rodrigues	Leanara Popenga
2002/3	O Conceito de Ser Humano Em Karl Marx: Sua Relevância Na Contemporaneidade	Nivaldo Alves de Souza	Marcos Antônio Beal
2002/4	Patrimônio Arquitetônico Religioso da Cidade de Nova Trento (Santa Catarina/Brasil)	Marlus Niebuhr	Renata Montagnoli
2002/5	Centenário de Brusque – 1860 A 1960 A História Que A História Não Contou	Marlus Niebuhr	Karina Santos Vieira
2002/6	Uma Investigação Sobre O Ensino Da Metalinguagem: A Ortografia	Otília L. de O. Martins Heinig	Kelli C. Amorim Polati Guedert
2002/7	Modelo Para Avaliação Do Grau De Otimização De Processos Produtivos Baseado Na Análise Do Valor	André Luis Almeida Bastos	Marcelo Bayer Valle
2002/8	Diagnóstico Histórico Dos Problemas Ambientais No Rio Itajaí-Mirim, Município De Brusque	Eleudemar Ferreira Rodrigues	Lenara Popenga
2003/9	Criatividade: Percepções Dos Estudantes Do Curso De Pedagogia	Darirlei Garcia Buemo	Diana Bepler
2003/10	Status Quo Da Gestão Ambiental Nas 100 Maiores Empresas De Santa Catarina	André Luis de Almeida Bastos	Rafael Pereira
2003/11	Estudo Comparativo Da Localização Espacial Da Atividade Industrial Em Brusque Por Unidades De Planejamento E Gênero Industrial: Análise Para os Anos de 1999 A 2003	Jorge Luis Bonamente	Bianca Falcão
2003/12	Estudo da Influência dos Programas De Qualidade E Produtividade No Desempenho Operacional Das 100 Maiores Empresas De Santa Catarina	André Luis de Almeida Bastos	Valdinei de Souza

Ano / Nº	Título do Projeto	Orientador	Orientando
2003/13	Projeto: Uma das Maneiras Possíveis de Organizar O Trabalho Pedagógico Nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental – A Formação de Professores	Eliani Aparecida Busnardo Buemo	Sidirene dos Santos
2003/14	Avaliação da Implementação da Gestão Democrática Na Escola Sócio-Cultural	João Derli de Souza Santos	Nilmar Deucher
2003/15	Considerações Sobre O Pragmatismo Em Charles Sanders Pierce E William James	José Francisco dos Santos	Reginaldo Pereira
2003/16	O Espectro da Modernidade: A Ferrovia Que Não Foi	Marlus Niebuhr	Robson Gallasini
2003/17	Educação Física	Luciana Maria Gamba	Elizângela de Azevedo
2003/18	Brusquenses Na Segunda Guerra Mundial: A História de Quem Não Foi	Francisco Alfredo Braun Neto	Marcos Giani Lima
2003/19	A Inserção de São João Batista No Padrão de Roteiro Turístico Brusque/Nova Trento	Aldonei da Silva Lopes	Marilda Puel
2003/20	Manchas Solares E Interferência Nos Processos de Telecomunicações	Aldonei da Silva Lopes	Moisés Luiz Niels
2003/21	Diagnóstico: Controle do Processo Cerâmico (Cerâmica Estrutural)	Homero Gustavo Calatzis da Silva	Deise Thomas
2003/22	Estudo Da Atuação Dos Íons De Cálcio, Magnésio, Enxofre E Sódio Na Deflocação De Esmaltes Cerâmicos	Geraldo Jorge Mayer Martins	Thiago Nunes
2003/23	A Formação De Índices De Cesta Básica Familiar E De Custo De Vida Do Município De Brusque	Edegar Becker	Nádia Apolinário
2004/24	União Homoafetiva: Alguns Aspectos Éticos Em Evidência	Edson Ristow	Edina Mara Mensor Bento Antonello
2004/25	Estudo Da Gestão Ambiental Das Empresas Do Município De Brusque Sc	Edegar Becker	Pâmela Jordan
2004/26	Análise Organizacional Das Empresas Brusquenses	Edegar Becker	Everton Luis Ruzinsky
2004/27	Levantamento Da Qualificação Docente Nas Escolas Públicas Estaduais De Brusque	Eliani Aparecida Busnardo Buemo	Sandra Both
2004/28	Contribuições Da Iniciação Científica À Pesquisa Na Formação Integral Do Acadêmico De Graduação	Rita Buzzi Rausch	Glória Floriani
2004/29	Matemática Na Educação Infantil	Luciana Baron Gamba	Jane Maria de S. e Silva
2004/30	Status Quo Do Sistema De Gestão Integrado- Qualidade, Segurança, Meio Ambiente E Responsabilidade Social Nas 100 Maiores Empresas De Santa Catarina	André Luis Almeida Bastos	Daniel Merízio
2004/31	Avaliação Do Tempo De Acionamento De Atuadores De Sistema Pneumáticos E Hidráulicos	José Alexandre Borges Valle	Jefferson Adriano Dadam

Ano / Nº	Título do Projeto	Orientador	Orientando
2004/32	Interfaces Da Inclusão Na Escola Sócio-Cultural	João Derli de Souza Santos	Alessandra Moresco Vequi
2004/33	Avaliação E Proposta De Reconstituição Dos Resíduos Sólidos Em Nível Do Roteiro Turístico Religioso Brusque Nova Trento	Aldonei da Silva Lopes	Márcio Lopes
2004/34	Expansão Urbana Em Santa Terezinha: A Contribuição Do Campus Da Unifebe	Marlus Nieburh	Paulo César Sedrez
2004/35	Avaliação Dos Efeitos Das Manchas Solares E De Sua Interferência No Processo De Telecomunicações	Aldonei da Silva Lopes	Moisés Luiz Niels
2004/36	Gerenciamento Dos Orçamentos Nas Médias Empresas De Brusque	Tarcísio Pedro da Silva	
2004/37	Custos De Produção: Seu Gerenciamento Nas Pequenas Empresas De Brusque Sc	Tarcísio Pedro da Silva	
2004/38	Influência Dos Compostos De Nacl, Koh, Bacl2, Naoh, Na2co3 E Nhcl Nas Características Reológicas De Esmaltes	Geraldo Jorge Mayer Martins	Thiago Nunes
2005/39	Grid Computing: Computação Em Grade	Damaris Fanderuff	Robson Siegel
2005/40	A Moda Contemporânea: Um Estudo Sobre O Piercing	Heloisa Helena Leal Gonçalves	Neide Pacheco
2005/41	A Humanização Das Relações De Trabalho: As Contribuições Da Doutrina Social Da Igreja Para O Direito Do Trabalho	Ricardo José Engel	Talita Mafeçolli
2005/42	O Olhar Dos Acadêmicos Sobre A Nova Proposta De Avaliação Nos Cursos De Graduação Do Centro Universitário De Brusque: Unifebe	Clarice Pires	Luciana Rech
2005/43	Grafias Da Luz: A Construção Da Imagem De Blumenau Através Das Fotografias Veiculadas Na Revista Blumenau Em Cadernos	Carla Fernanda da Silva	Cristiano Polheim
2005/44	Gestão Ambiental: Compromisso Das Empresas Com O Meio Ambiente – O Caso Do Município De Brusque	Denize Demarche Minatti Ferreira	Mayko Cristian Josino
2005/45	Elaboração De Um Plano De Desenvolvimento Do Turismo Sustentável Para O Município De Brusque-Sc	Denize Demarche Minatti Ferreira	Larrysa Grotti
2005/46	O Problema Da Fundamentação Da Moral	Márcio Renato Bartel	Joilson Rodrigues Vieira
2005/47	O Embrião E O Feto Diante Da Bioética Atual: Aborto E Pesquisas Com Células Tronco Embrionárias	Márcio Renato Bartel	Odair José Pozenatto
2005/48	Indicadores Do Turismo Sustentável Em Botuverá Sc – Um Estudo Para Adaptabilidade Do Turismo Rural Ao Turismo Natural	Aldonei da Silva Lopes	Mariléia Dognini

Ano / Nº	Título do Projeto	Orientador	Orientando
2005/49	Transformações Histórico Culturais Alemãs E O Turismo Sustentável Em Brusque	Aldonei da Silva Lopes	Paulo César Sedrez
2005/50	A Disciplina Escolar Sob A Ótica De Educadores E Educandos	Clara Maria Furtado	Cátia Helena Soares
2005/51	História Do Curso De Filosofia Na Unifebe: Elementos Epistemológicos	Carlos Eduardo Sell	Márcio Martins Rosa
2005/52	Percepção De Sustentabilidade Ambiental Das Empresas Catarinenses	Edegar Becker	Elisa Cristina Maes
2005/53	O Licenciamento Do Software Livre: Um Estudo Legal	Damaris Fanderuff	Irma Ribeiro Reis
2005/54	Educação Física E Diversidade: Considerações Sobre A Prática Pedagógica Na Escola Pública	João Derli de Souza Santos	Simone de Souza
2005/55	Custos De Produção: Seu Gerenciamento Nas Médias Empresas De Brusque – Sc	Tarcísio Pedro da Silva	Jucilene Dell Antônia
2005/56	Reminiscências: Memórias Do Cinema No Vale	Marlus Niebuhr	Adriana Cristina de Oliveira Andrades
2005/57	Cinema E Música: Memórias De Amores Impossíveis	André Marcos Vieira Soltau	Bruno Fauth Bertoluci
2005/58	Cinema E Comportamento: Muito Além Do Bem E Do Mau	André Marcos Vieira Soltau	Sandra Mara Garcia Vieira
2005/59	Estudo Sobre A Concepção Da Inovação Nas Principais Empresas De Brusque – Sc	Heloisa Helena Leal Gonçalves	Fábio Moccelim Araújo
2005/60	Gerenciamento Dos Orçamentos Nas Grandes Empresas De Brusque	Tarcísio Pedro da Silva	Sheila Fantoni
2005/61	Avaliação Institucional: Conceitos E Saberes	Cíntia Metzner	Gláucia Grignani
2005/62	A Indissociabilidade Ensino, Pesquisa E Extensão Na Graduação: Pensamento E Ações Dos Professores Da Unifebe	Rita Buzzi Rausch	Rafaela Chierici
2005/63	Direito A Cidadania Das Pessoas Portadoras De Necessidades Especiais No Município De Brusque	Neumar Antônio Trajano de Souza	Cíntia Cristina Reinert
2006/64	Perfil Nutricional Associado À Prática De Atividades Físicas Na Terceira Idade	Luciane Ângela Nottar Nesello	Marcelo Moreira Azambuja
2006/65	Projeto Piloto Para Recuperação De Vegetação Ciliar Em Área Próxima Ao Campus Do Centro Universitário De Brusque – Unifebe	Denize Demarche Minatti Ferreira	Dayana da Silva
2006/66	Aposentadoria Por Idade: Alguns Aspectos Legais Em Evidência	Ricardo José Engel	Lucimara Rosa Jimenes
2006/67	Plano De Gerenciamento De Resíduos Sólidos Recicláveis Para O Campus Do Centro Universitário De Brusque - Unifebe	Denize Demarche Minatti Ferreira	Franciele Viviane dos Santos

Ano / Nº	Título do Projeto	Orientador	Orientando
2006/68	A História Do Biquíni E O Estudo Das Tendências Na Moda Praia Feminina Para O Verão 2008	Heloisa Helena Leal Gonçalves	Simone Cadore
2006/69	Sistema De Informações Gerenciais Nos Escritórios De Contabilidade	Tarcísio Pedro da Silva	Inivalda Paixer
2006/70	Ensino Fundamental De Nove Anos: O Que Pensam As Professoras Da Pré-Escola E Da 1ª Série Da Rede Pública Estadual De Brusque	Eliani Aparecida Busnardo Buemo	Aleandra Carla Bechtold
2006/71	Levantamento Junto Aos Acadêmicos Do Curso De Educação Física Da Unifebe: Quais As Áreas De Interesse Para Cursarem Uma Especialização?	Darirlei Garcia Buemo	Luciano Moser
2006/72	Relação Entre A Prática De Atividades Físicas E O Estado Nutricional De Escolas No Município De Brusque – Sc	Luciane Ângela Nottar Nesello	Guilherme André Sedrez
2006/73	Terrorismo, Segurança E Direito Internacional: Perspectivas Para O Comércio Exterior Brasileiro	Joana Stelzer	Márcia Berbereia Basile
2006/74	Fatores Motivacionais Para Os Profissionais De Costura Do Cluster Têxtil Da Região De Brusque	Marcelo Recktenvald	Gisela Cristina Münch
2006/75	As Normas Da Unctad E O Comércio Exterior Brasileiro: Alternativas Para Inserção Comercial Internacional	Joana Stelzer	André Nivaldo da Cunha
2006/76	Educação Física: A Prática Pedagógica Na Educação De Jovens E Adultos	João Derli de Souza Santos	Joseane dos Santos
2006/77	Saberes Conceituais E Integradores Sobre Produção Textual: A Formação Inicial Dos Professores De Língua Portuguesa Para O Ensino Do Texto	Jeanete Terezinha de Souza	Jerry Andriani Laurindo
2006/78	Portal Informativo De Produtividade Em Pesquisa Interdisciplinar Na Unifebe: Uma Proposta Para Banco De Dados Em Ambiente Windows Demonstrável Através De Home Page	Aldonei da Silva Lopes	Raquel de Oliveira Day
2006/79	Agregados De Informações Turísticas Regionais: Uma Proposta De Dinamização Do Turismo Histórico-Cultural Brusquense	Aldonei da Silva Lopes	Tatiane Mafessoli
2006/80	Estudo Sobre O Peso Das Mochilas De Escolares Da Rede Pública Municipal E Estadual De São João Batista/Sc	Adonis Marcos Lisboa	Gislaine Laurindo
2006/81	Competências Profissionais Esperadas Dos Profissionais De Costura No Cluster Têxtil De Brusque E Região	Marcelo Recktenvald	Jean Renato Popper

FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006)

PROJETOS DE PESQUISA – FAPESC (REFERÊNCIA 2002 A 2006)

Ano/Nº	Título do Projeto	Coordenador
2002/1	Acervo Digital: Patrimônio Cultural e Histórico do Vale do Itajaí-Mirim e Região	Marlus Niebuhr
2002/2	Informatização Da Biblioteca Acadêmica Da Fundação Educacional De Brusque/Febe	Deisi Martignago
2002/3	Cursos A Distância Em Ambientes Virtuais De Ensino	Jeanete Terezinha de Souza
2002/4	Leitura Nos Bairros: Contação de Histórias Para Crianças	Eliani Aparecida Busnardo Buemo
2002/5	Levantamento Qualitativo d Quantitativo dos Aspectos Ambientais Em Processos de Tinturaria de Tecidos De Malha.	André Luís Almeida Bastos
2002/6	Sistema de Informação Legislativa da Cidade de Brusque	Ricardo José Engel
2002/7	Sistema de Informação (<i>Web-Rádio E Web-Tv</i>) - Cidadania Em Ação	Alejandro Knaesel Arrabal
2003/8	Luz, Câmera, Cidadão: O Cinema Como Uma Via Possível Para A Inclusão Social.	André Marcos Vieira Soltau
2003/9	Construção de Indicadores Ambientais Para Avaliação do Desenvolvimento Local: O Caso de Brusque (Sc)	Jorge Luis Bonamente
2003/10	Plataforma de Pesquisa Temática	Marlus Niebuhr
2003/11	Produção de Material Didático-Pedagógico Para O Ensino de Língua Portuguesa No Ensino Fundamental	Otilia Lizete de Oliveira Martins Heinig
2003/12	Exercício Social: Manual Com Orientações Sobre A Higiene E Segurança no Trabalho	Heloisa Maria Wichern Zunino
2006/13	Os Brinquedos Cantados no Contexto Pedagógico das Aulas de Educação Física das Séries Iniciais do Ensino Fundamental	Adonis Marcos Lisboa
2006/14	Estudo da Lei da Inovação: Comentários Iniciais Para Apropriação Social	Heloisa Helena Leal Gonçalves
2006/15	Perfil do Desenvolvimento Motor: Crescimento e Estado Nutricional de Portadores De Síndrome de Down	André Luiz de Oliveira Braz
2006/16	Biblioteca Infantil da Unifebe: Um Espaço Para a Contação de Histórias E Práticas de Leitura	Eliani Aparecida Busnardo Buemo
2006/17	Integração dos Currículos dos Professores das Unidades da Sdr Nº 16	Damaris Fanderuff
2006/18	Cinema e Educação: Diálogos Possíveis	André Marcos Vieira Soltau
2006/19	Morfossintaxe Textual e Funcional	Luiz Roberto Pell Furtado de Oliveira

FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006)

NOTA: EM 2006 FORAM SUBMETIDOS 7 PROJETOS DE PESQUISA – EDITAL UNIVERSAL DA FAPESC, COM PREVISÃO DE RESULTADO PARA SETEMBRO/2006.

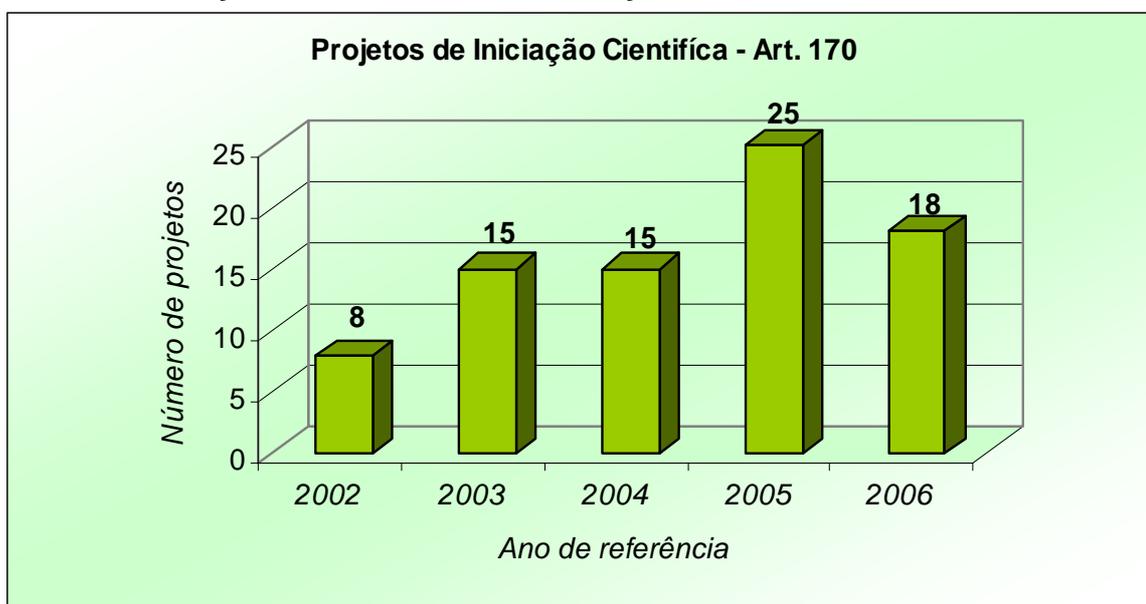
PROJETOS DE PESQUISA – CNPQ 2005

Ano	Título do Projeto	Coordenador	Edital
2005/1	Núcleo de pesquisa e, turismo regional	Aldonei da Silva Lopes	CNPq 32/2004
2005/2	Home page das manchas solares	Heloisa Helena Leal Gonçalves	CNPq 14/2004

FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006).

O gráfico a seguir demonstra a evolução dos Projetos de Iniciação Científica, do Artigo 170.

EVOLUÇÃO DOS PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO ARTIGO 170

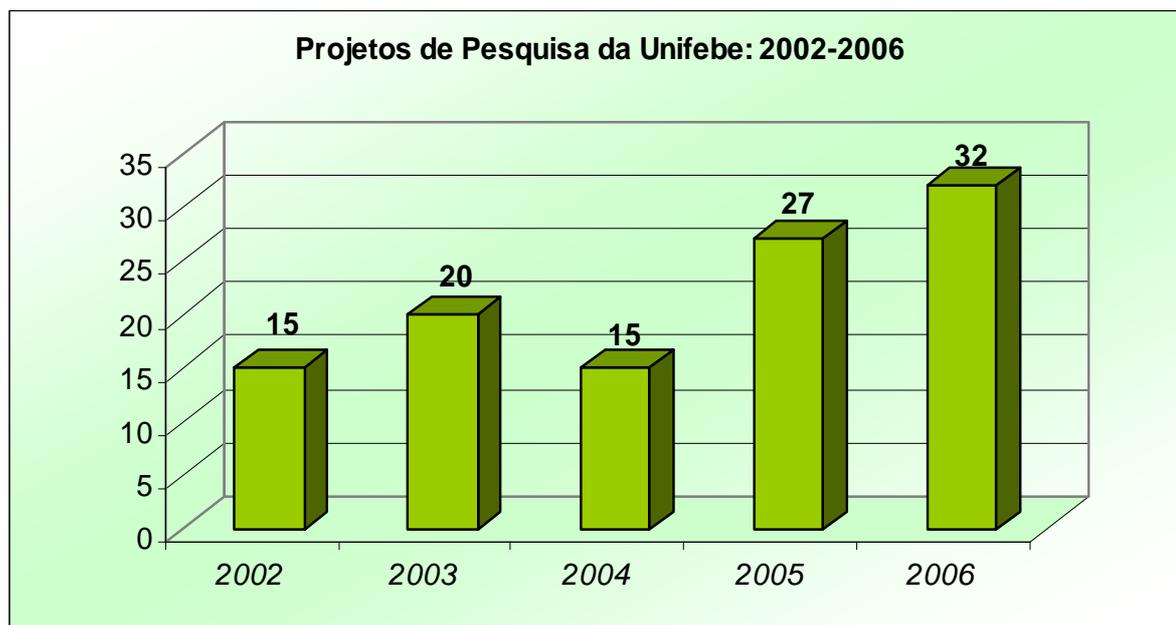


FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006).

A redução do número de projetos de pesquisa fomentados no ano de 2006 observada no gráfico anterior ocorreu em função da alteração da Lei Complementar nº 296 do Artigo 170, que fixa o valor da Bolsa de Iniciação Científica em R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme a tabela de bolsas do CNPq. A partir do ano de 2005 a Bolsa de Orientação dos Projetos de Iniciação Científica ficou fixada em 1H/A semanal, por orientação e em consonância com a qualificação acadêmica (titulação) do professor orientador.

A previsão do número (total) de Projetos de Iniciação Científica da Unifebe para o ano de 2006, demonstrada no gráfico a seguir, está estimada em um número total de 32 (trinta e dois), visto que, foram submetidos para a FAPESC, um número de 7 (sete) propostas que estão aguardando os resultados da chamada, com divulgação dos resultados prevista para outubro/2006.

TOTAL DE PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIFEBE – 2002-2006



FORNE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006).

NOTA: EM 2006 FORAM SUBMETIDOS 7 PROJETOS DE PESQUISA – EDITAL UNIVERSAL DA FAPESC, COM PREVISÃO DE RESULTADO PARA OUTUBRO/2006.

9.2.6 Publicações Científicas: Revista da Unifebe

A Revista da Unifebe é uma publicação do Centro Universitário de Brusque. A Revista tem como objetivo divulgar de forma regular, o resultado de estudos e pesquisas desenvolvidos pelos docentes e discentes da Instituição, bem como de colaboradores externos.

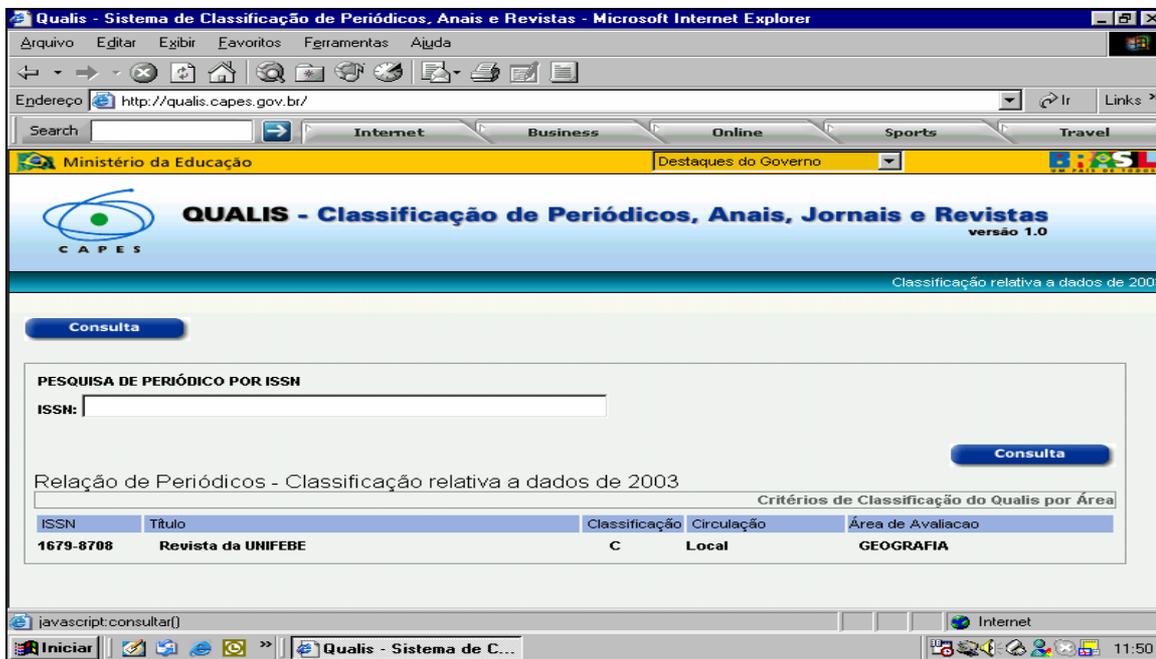
São objetivos da Revista da Unifebe: divulgar, para a sociedade em geral e para a comunidade acadêmica em especial, os resultados da produção científica da

Unifebe e de outras instituições; constituir um espaço de discussão científica que fomenta novas pesquisas e viabilizar a permuta de publicações com outras instituições.

A redação dos artigos científicos propostos para inserção e publicação na Revista é analisada pelo Conselho Editorial, que pode solicitar modificações tanto em seu conteúdo quanto em sua forma. No ano de 2003 elaboramos a proposta de qualificação do periódico para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e obteve-se o conceito C, pelo Qualis CAPES.

A seguir apresentamos o recorte do Portal CAPES (capturado em 2003) que legitima a qualificação da Revista Científica da Unifebe em seu processo inicial. Contudo, destacamos que atualmente, neste ano de 2006, a Revista da Unifebe, está qualificada em quatro comitês do Qualis Capes Referência, sendo: Multidisciplinar, Educação, Filosofia/Teologia e Geografia, passando a lograr o caráter de referência em sua classificação com conceito C e âmbito Local.

PORTAL QUALIS CAPES



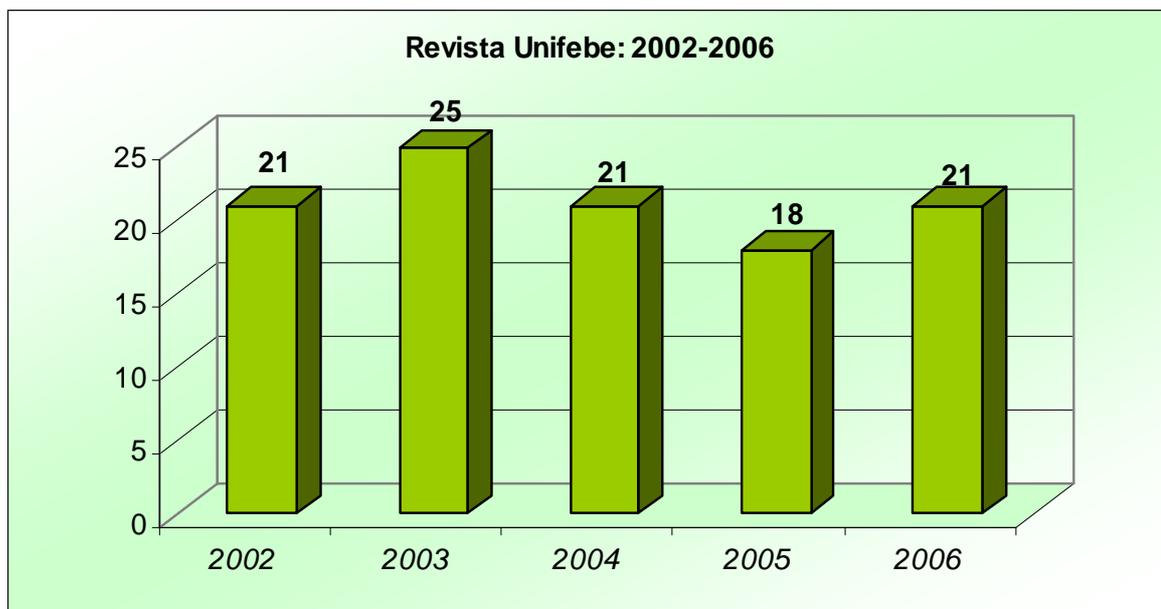
The screenshot shows the Qualis CAPES portal interface. At the top, there is a search bar and navigation tabs for 'Internet', 'Business', 'Online', 'Sports', and 'Travel'. Below this is a banner for 'QUALIS - Classificação de Periódicos, Anais, Jornais e Revistas versão 1.0'. The main content area features a search form with the label 'PESQUISA DE PERIÓDICO POR ISSN' and an input field for the ISSN. Below the search form, there is a table titled 'Relação de Periódicos - Classificação relativa a dados de 2003'. The table has columns for 'ISSN', 'Título', 'Classificação', 'Circulação', and 'Área de Avaliação'. The first row of data shows the ISSN '1679-8708', the title 'Revista da UNIFEBE', the classification 'C', the circulation 'Local', and the evaluation area 'GEOGRAFIA'. The portal also includes a 'Consulta' button and a footer with the text 'javascript.consultar()' and 'Internet'.

ISSN	Título	Classificação	Circulação	Área de Avaliação
1679-8708	Revista da UNIFEBE	C	Local	GEOGRAFIA

FONTE: PORTAL CAPES, DISPONÍVEL EM: WWW.CAPES.GOV.BR , ACESSO EM: 2003

Os dados destacados no gráfico a seguir, demonstram o número de publicações, sempre primando pela melhoria da qualidade dos artigos selecionados.

PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA UNIFEBE



FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006).

Além da Revista Unifebe podemos destacar outras produções resultantes das ações articuladas entre o ensino, a pesquisa e a extensão:

- Anais da Jornada de Iniciação Científica da Unifebe;
- Palavra Nômade: O Cinema Nacional em Pauta;
- Exercício Social: Manual de Higiene e Segurança do Trabalho;
- Memórias de Porto Franco: Botuverá a sua história.

9.2.7 Eventos de Iniciação Científica

A Unifebe incentiva a participação de acadêmicos e professores na produção de trabalhos e projetos de iniciação científica, tanto em eventos internos quanto nos externos. Destacam-se os eventos: Jornada de Iniciação Científica, Congresso Integrado de Iniciação Científica e o Seminário de Grupos Pesquisa e de

Iniciação Científica da Acafe. A Unifebe promove um evento anual denominado de Jornada de Iniciação Científica e mantém convênio de colaboração recíproca com a UNIDAVI e a UNERJ para realização do Congresso Integrado de Iniciação Científica.

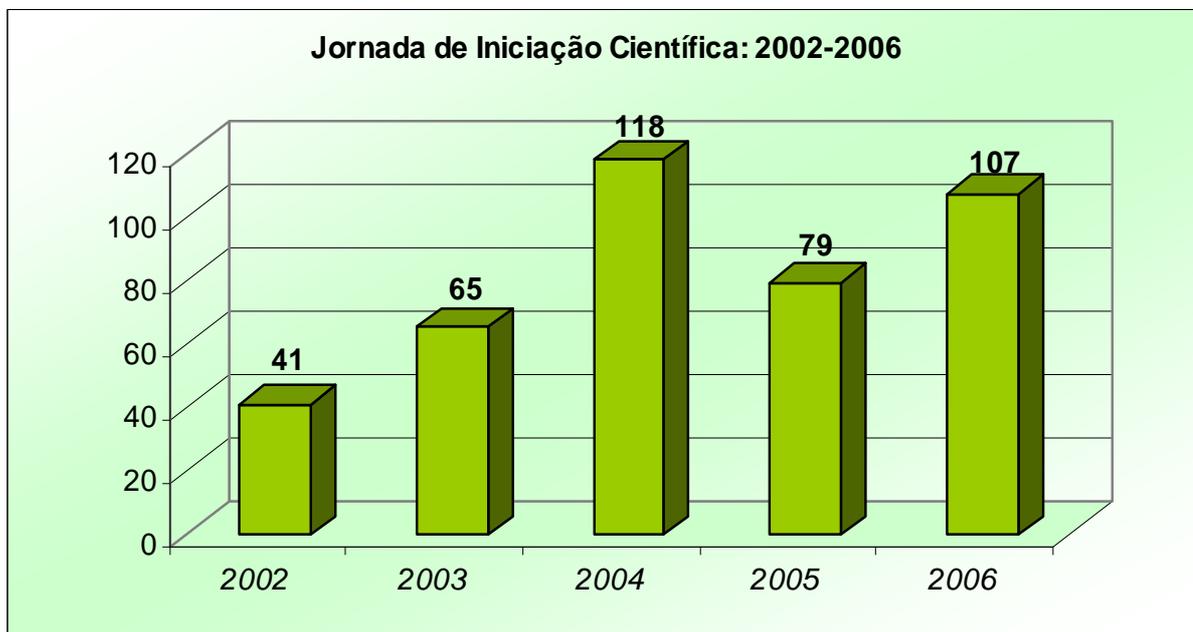
A atividade permanente que sensibiliza a participação acadêmica na socialização de seus estudos na Unifebe é denominada de **Jornada de Iniciação Científica**. Trata-se de um evento anual que tem como principal intenção incentivar a cultura de pesquisar no exercício pedagógico de ensinar e aprender, delineando a condição de valorização da pesquisa de iniciação científica, no Ensino de Graduação.

Os objetivos do evento são:

- promover a integração da Unifebe com as diversas instituições ou entidades pertencentes ao setor produtivo e demais universidades do Sistema ACADE, por meio da Iniciação Científica, criando um espaço de socialização e debates sobre a produção acadêmica;
- refletir sobre a importância da Iniciação Científica na formação do pesquisador;
- concretizar ações de integração, envolvendo as comunidades acadêmicas, parceiras com entidades de pesquisa e outras instituições;
- provocar uma discussão acerca da pesquisa na universidade como um instrumento de inovação e desenvolvimento da comunidade regional;
- gerar benefícios às atividades de ensino das instituições envolvidas e à comunidade regional em geral, por meio da socialização de procedimentos e resultados das atividades de Iniciação Científica desenvolvidas pelas IES participantes, em consonância aos propósitos do CNPq.

O Gráfico a seguir apresenta a evolução do número de trabalhos apresentados na **Jornada de Iniciação Científica da Unifebe**. Percebe-se no Gráfico 6, um aumento significativo de submissão de trabalhos, entre 2002 e 2006 o aumento foi de 161%.

TRABALHOS NA JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIFEBE



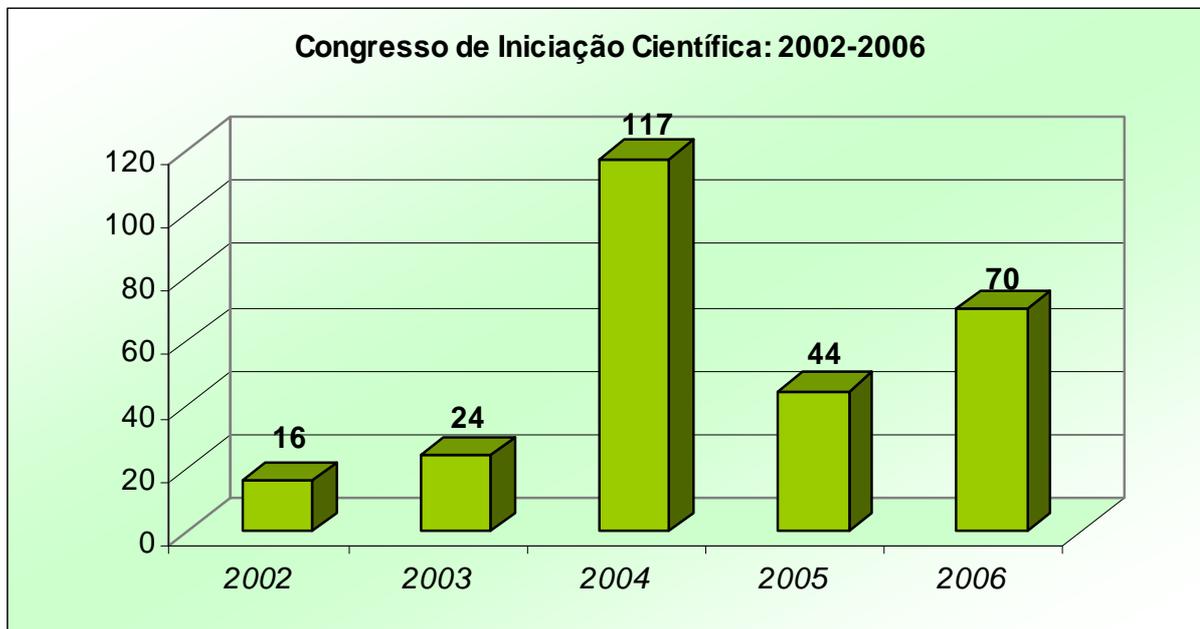
FONTE: PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (2006).

NOTA: NO ANO DE 2004 ESTÃO INCLUSOS OS TRABALHOS APRESENTADOS PELA UNIFEBE/UNIDAVI/UNERJ (CONGRESSO INTEGRADO SEDIADO PELA UNIFEBE).

Salientamos que o aumento significativo de número de trabalhos apresentados na III Jornada de Iniciação Científica (ano 2004) ocorreu em função da integração do evento permanente, Congresso Integrado de Iniciação Científica Unifebe/UNERJ/UNIDAVI, que foi sediado na Unifebe.

No **Congresso Integrado de Iniciação Científica** que reúne três IES: Unifebe, Unidavi e Unerj podemos também verificar um aumento no número de apresentação de trabalhos. Podemos verificar no gráfico abaixo que entre 2002 e 2006, houve um aumento de 338%, passando de 16 trabalhos apresentados para 70 trabalhos submetidos.

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS NO CONGRESSO INTEGRADO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
UNIFEBE/UNIDAVI/UNERJ



NOTA: EM 2004 INCLUI TRABALHOS APRESENTADOS PELA UNIFEBE/UNIDAVI/UNERJ (CONGRESSO INTEGRADO SEDIADO PELA UNIFEBE)

No ano de 2006 a Unifebe também participou do **IV Seminário de Grupos Pesquisa e II Seminário de Iniciação Científica da Acafe**, submetendo 23 trabalhos de iniciação científica.

9.3 EXTENSÃO

9.3.1 Uma introdução

As ações da Coordenação de Extensão, vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, estão pautadas na perspectiva de que a Extensão Universitária é uma via de mão dupla onde as ações, estratégias e políticas institucionais são aspectos presentes no constante diálogo com o contexto comunitário onde está inserida. Nesse sentido, a política de Extensão leva os saberes produzidos na IES à comunidade e essa o trabalha, analisa criticamente e devolve ao apontar novas demandas e novos saberes.

Há uma grande necessidade de tornar a extensão indissociável do ensino e pesquisa. Mas consideramos importante iniciar estabelecendo uma questão fundamental para abrir um diálogo sobre a função social da extensão. O compromisso e função social da IES estão em todas as atividades da instituição e não apenas se restringir à extensão.

Na medida em que a IES promove um ensino deslocado de seu tempo ou o conhecimento produzido em suas pesquisas não são acessíveis à comunidade, quais sentidos esses possuem? A extensão é, portanto, um espaço de troca onde a IES intervêm e é redimensionada pelas questões que as comunidades levantam. A extensão não é concebida como a finalidade social da IES e sim a condição *sine qua non* para que a IES desenvolva a sua função social gerando outros problemas para a pesquisa e redimensionado o ensino ministrado.

A IES é assim, a mediadora entre a produção científica e a comunidade. Sendo assim, a extensão atua como uma política que deve adotar como prática a postura reflexiva diante das atividades que a instituição desenvolve. A produção científica na IES deve estar próxima das comunidades e cabe à política de extensão da instituição criar condições de ações que visem a integração entre a produção científica e as comunidades. A relação deve ser entre sujeitos, deixando-se assim de tratar os contextos sociais como objetos de estudo.

Outra questão a considerar diante dessa análise da função social da extensão está na própria formação dos alunos de graduação envolvidos em práticas sociais nas comunidades. A prática de envolver os acadêmicos em atividades está pautada no envolvimento com a realidade social, política e cultural de sua comunidade. Há uma necessidade de assumir uma postura ética diante das questões sociais em detrimento de posturas passivas e descomprometidas, bem como, não reduzir o ensino a exposições teóricas muito bem organizadas, mas incapazes de estabelecer princípios humanos que respeitem os direitos fundamentais da população. Essa postura exige que a IES esteja profundamente vinculada aos projetos da comunidade onde está inserida, dialogando permanentemente com as associações de moradores, organizações empresariais e

comunitárias, organizações não governamentais, clubes de serviço e outras instâncias representativas.

As atividades de extensão, além dos argumentos acima, também são dinamizadoras da cultura regional. Atividades em grupos que vivenciam momentos de ampliação de interesses discutem questões contemporâneas, opinam e criam movimentos diversos com temáticas também diversas estão deslocando-se de sua cotidianidade, estão criticando “verdades” cristalizadas e constituindo outras nuances ao senso comum. Enfim, os movimentos em práticas de extensão dinamizam culturalmente os acadêmicos e professores universitários bem como os membros das comunidades.

Sendo assim, a extensão não deve limitar-se a oferecer cursos, palestras ou exposições e sim como uma postura política da IES que deixe visível as diretrizes adotadas. Diretrizes essas que discutam os problemas da região e proponha soluções em espaços de diálogos onde universidade e comunidades escolham caminhos.

9.3.2 Breve histórico da extensão

A palavra extensão aparece em um documento oficial na década de 1930. O Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto nº. 19, 851, de 11/04/1931) mencionava a Extensão como realização de cursos e conferências que objetivavam a difusão de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, à apresentação de soluções para os compromissos sociais e à propagação de idéias e princípios de interesse nacional. Nesse contexto, a extensão resumia-se a debates eventuais sobre temas políticos, sociais e econômicos.

Esse aparecimento da extensão nos discursos de intelectuais da época que tratavam do ensino superior teve a influência do *Manifesto dos Pioneiros da Educação*. Na metade dessa década, mais precisamente em 1934, a Universidade de São Paulo – surgida em 1912 sob inspiração do movimento positivista e organizadora de cursos de pequena duração (talvez uma das primeiras experiências

com extensão universitária). Definia a extensão como instrumento de difusão de conhecimentos úteis à vida individual e coletiva, de popularização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos reduzidos, palestras, radiodifusão, filmes científicos e congêneres, não dirigidos à totalidade da sociedade. Nas décadas de 1940 e 1950, prevalece ainda essa concepção político-acadêmica que concebe a extensão como “se estender”, em levar algo a algum lugar, ou até alguém.

A década de 1960 é marcada sobretudo pela mobilização popular como o movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) cria o Centro Popular de Cultura (CPC) que se caracteriza pelo encontro entre universitários e intelectuais vinculados aos movimentos sociais. Essa dinâmica social, aproxima a universidade dos segmentos sociais por meio do cinema, música, teatro, literatura dentre outras formas de expressão cultural.

Nesse contexto, a Universidade Federal de Pernambuco destaca-se ao desenvolver o Serviço de Extensão Cultural sob a coordenação de Paulo Freire. Trabalho esse que passa a ser reconhecido, sobretudo pelo movimento de alfabetização de jovens e adultos.

É nessa década que muda o caráter da extensão universitária visto que emerge um movimento que critica o modelo de desenvolvimento do país que, sob a ditadura dos militares após 1964, procurou desarticular os movimentos sociais, estudantis e universitários. É com esse intuito que o governo militar cria programas que deslocam universitários dos grandes centros urbanos e os colocavam em projetos distantes dos grandes centros e em áreas rurais.

O Projeto Rondon é um exemplo desses interesses cuja primeira operação foi realizada em 1967. As universidades são estimuladas pelo governo, via Ministérios da Educação por meio do Plano Setorial de Educação, a institucionalizar integração com as comunidades e empresas. Projetos como o *Rondon* e o *MOBRAL* (Movimento Brasileiro de Alfabetização) objetivaram o controle político dos movimentos sociais e a integração nacional.

É nesse contexto que o caráter da extensão transita do enfoque de difusão do conhecimento tendo como argumento a popularização da ciência para um outro

enfoque que procura inserir a universidade na realidade sócio –econômica, política e cultural do país contribuindo para a transformação social em uma constante interação com a sociedade.

É em 1968 que as experiências apontadas acima que articulavam os trabalhos da universidade com as comunidades são barradas na reforma universitária. Na reforma, a extensão passa a ter um caráter de manter a segurança nacional. A hegemonia política do governo militar submete as IES a um processo de coerção e persuasão voltado para o desenvolvimento do país atrelado aos interesses do capital externo. Por sua vez, as Universidades tornaram-se um espaço de resistência ao regime militar ao longo de toda a década de 1970. Com isso, a extensão se transformou num instrumento significativo de reflexão, vinculada às demandas apontadas pelos segmentos sociais excluídos.

È nesse agenciamento de forças que se desencadeia no interior das universidades um debate em relação à extensão. Por um lado, há um fortalecimento dos movimentos sociais e populares, buscando desvendar as contradições geradoras das questões estruturais da sociedade, e por outro, a análise da sociedade com um caráter assistencialista onde a extensão é compreendida como prestação de serviços.

No final da década de 1970, a sociedade brasileira começa a delinear um outro cenário político onde as universidades e movimentos sociais são chamados a constituir alianças diante dos compromissos na relação das universidades com a sociedade nos programas de extensão. O momento é marcado pelo processo de discussão inicial da redemocratização do país – que se efetivará apenas em 1984 com a campanha das *Diretas Já*.

É ainda nesse final de década que os Programas de Extensão das universidades são estruturados. O Ministério da Educação legitima a Extensão como função específica das universidades brasileiras e estimula a superação do caráter circunstancial. Ou seja, a extensão não estaria mais vinculada a eventos seminários e cursos.

Ao lado das discussões, os programas e projetos de extensão, com características de atividades permanentes, vão dando feição às várias frentes de atuação da extensão com compromisso social, tais como: direitos humanos, educação, saúde, habitação, educação na terceira idade, assessoria aos movimentos populares em várias dimensões político-culturais e sociais. Nesse contexto de ações, as universidades começam a organizar departamentos como pró-reitorias, vice-reitorias de extensão e/ou de assuntos comunitários.

Esse é o movimento que resultas na Constituição Brasileira, em vigor desde 1988, que afirma em seu artigo 207 que *“as universidades obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*. Assim, temos uma outra concepção onde o ensino, pesquisa e extensão são as três funções básicas da universidade e, as parcerias dessa com a sociedade é fundamental para ampliarmos o conceito de sala de aula. O compromisso social é o fluxo catalisador onde a universidade influencia e é influenciada pelas comunidades no seu entorno.

As discussões contemporâneas sobre a extensão universitária estão dentro de argumentos que colocam as ações extensivas como uma via de mão dupla onde as universidades são redimensionadas mediante as demandas sociais apontadas nas comunidades. O processo é dialógico e exige que cada instituição saiba quais diretrizes e pressupostos serão seguidos para saber quais ações são prioritárias nas comunidades do seu entorno.

No Centro Universitário de Brusque – Unifebe o caráter primordial da extensão é caracterizado em sua missão. Ou seja, desejamos estimular e intensificar o contato de nossa IES com a comunidade, acreditando que somente assim, é possível contribuirmos para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

9.3.3 Princípios, diretrizes e objetivos da extensão

A política de Extensão da Unifebe é regida pelos seguintes princípios:

- produção e socialização do conhecimento: possibilitar que os conhecimentos produzidos tornem-se acessíveis a todos os segmentos da sociedade;
- vínculo com o ensino e pesquisa;
- ações pautadas no desenvolvimento regional;
- definição e desenvolvimento de prioridades de forma coletiva, articulando reitoria, os cursos de graduação, pró-reitorias, e comunidades;
- garantia da expressão de diferentes e diversas posições culturais, teóricas, de raça, gênero e sexo;
- desenvolvimento de atividades de extensão com caráter permanente, garantindo o aprofundamento de ações e a transposição do imediatismo;
- prioridade a programas e ações que envolvam diversos cursos e sub áreas de conhecimento, estabelecendo um caráter interdisciplinar à extensão universitária;
- estabelecer como meta fundamental, o desenvolvimento de soluções quer com recursos externos como geração de recursos próprios, tendo em vista a auto-sustentação dos programas.

O desenvolvimento da extensão na Unifebe seguirá as principais diretrizes:

- desenvolvimento social e cultural da região possibilitando o acesso e a troca de conhecimentos aos segmentos sociais até então excluídos. Consideramos que, assim, o ensino superior extrapola os limites da comunidade acadêmica e dá a sua contribuição social para a inserção desses segmentos no processo de desenvolvimento de sua região bem como ampliar as suas possibilidades de inserção no mundo do trabalho. Estaremos contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região construindo outras perspectivas de vida e de trabalho;

- socialização aos diversos segmentos sociais, os resultados das pesquisas produzidas pela comunidade acadêmica assim como possibilitar que a comunidade acadêmica tenha conhecimento de inovações na área social, econômica, cultural, ambiental, tecnológica produzidas em outras instituições de ensino superior;
- possibilitar que a comunidade acadêmica, em sua formação, tenha um contato com a realidade social de sua região e estimular ações diante dessa realidade com suas demandas; O diálogo com diversos segmentos sociais permite que acadêmicos e professores estejam imersos nas questões sociais contemporâneas. A Unifebe estará constantemente atualizando suas ações diante das demandas sociais o que permitirá um redimensionamento dos currículos de seus cursos e focos de pesquisa. A extensão universitária caracteriza-se assim como uma política fundamental na formação acadêmica, no redimensionamento na prática docente e no diálogo constante com a comunidade;
- estabelecer um vínculo entre os grupos de pesquisa e os programas e atividades de extensão; temos aqui uma parte do caráter indissociável onde a extensão aponta demandas sociais, quebrando o caráter alienante na relação universidade /comunidade, que estimulam os problemas da pesquisa, geram novos questionamentos que irão gerar outros conhecimentos com sua relevância social mais ampla e significativa.

A extensão na Unifebe tem como objetivos:

- garantir que a política de extensão seja desenvolvida como um processo educativo, cultural, filosófico e científico indissociável do ensino e da pesquisa;
- viabilizar que a Unifebe concretize a sua função social concebida enquanto produção e socialização do conhecimento atendendo as demandas das comunidades;

- estimular programas que estabeleçam convênios, participem de editais em agências de fomento, governamentais, não governamentais e de iniciativa privada bem como estabeleçam parcerias com a comunidade regional;
- viabilizar que os diversos segmentos sociais tenham acesso aos conhecimentos produzidos na comunidade acadêmica possibilitando que o processo dialógico entre ensino superior e comunidades sejam uma constante;
- contribuir para o desenvolvimento da região de abrangência da Unifebe por meio de parcerias com diversos segmentos sociais;
- contribuir para a formação de acadêmicos comprometidos com as demandas sociais da comunidade regional mediante atividades de extensão que oportunizem a ação social destes em diferentes realidades;
- participar na elaboração de políticas públicas que atendam a maioria da população bem como se envolver no acompanhamento e avaliação das mesmas;
- tornar permanente a avaliação das atividades de extensão universitárias como um dos parâmetros para a avaliação institucional;
- garantir que os programas e projetos de extensão tenham um caráter permanente ultrapassando o imediatismo e ampliando o caráter das ações com resultados mais eficientes;
- possibilitar, sempre que possível o caráter interdisciplinar das ações na política de extensão;
- promover o respeito aos diferentes segmentos culturais bem como a diferentes posições teóricas, filosóficas e culturais.

9.3.4 Funcionamento e atividades

9.3.4.1 Áreas temáticas das ações da extensão

A opção pela área temática baseia-se no argumento de que a Unifebe tem como princípio a relação com a comunidade procurando contribuir com a

modificação das atuais condições de desigualdade e exclusão social. Observar a área temática é dar um enfoque às ações de extensão e maximizá-las.

As áreas temáticas a seguir, indicam aquelas que são prioritárias na política de Extensão da Unifebe⁷:

Área Temática
Comunicação
Cultura
Direitos Humanos
Educação
Meio Ambiente
Saúde
Trabalho

9.3.4.2 Ações e atividades de extensão: caracterização

Levando em consideração a proposta no Plano Nacional de Extensão, as propostas de ações e atividades na política de extensão da Unifebe serão colocados na seguinte caracterização:

- *Programas Contínuos*: projetos e/ou ações de caráter permanente, com clareza de diretrizes, definição teórico-metodológica, plano de ação e avaliação processual;
- *Projetos de Extensão*: conjunto de ações processuais, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, desenvolvidas dentro de prazos pré-determinados; Podem estar dentro de um Programa permanente. Apresenta objetivos pontuais que podem estar oferecendo possíveis respostas às

⁷ Tomamos como base o documento *Sistema de Dados e Informações das Extensões Universitárias* a nível nacional. Nos anexos, temos a especificação da abrangência de todas as áreas.

demandas sociais. Conforme a avaliação poderá se transformar em um programa permanente;

→ *Cursos de Extensão*: conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou a distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária nunca inferior a 16 (dezesesseis) horas/aula, que se destinem à comunidade interna e/ou externa; Terá definido em seu projeto, a avaliação com caráter formal.

Os cursos podem ser classificados como:

- a) *Cursos de Aperfeiçoamento Profissional*: voltados ao desenvolvimento e aperfeiçoamento específico ou complementar de profissionais que atuam no mercado de trabalho;
 - b) *Cursos de Atualização Científica*: centrados na socialização e debate de novos conhecimentos desenvolvidos ou questões levantadas em múltiplas áreas do conhecimento. Objetivam a atualização em relação a temas recentes;
 - c) *Curso de Extensão Universitária*: possibilitar a complementação de formação aos acadêmicos de graduação e pós-graduação em relação a assuntos que não compõem o currículo de seus cursos;
 - d) *Cursos de Extensão Universitária para Cumprimento de Estágio Curricular*: proporcionar a qualificação de acadêmicos em atividades de estágio curricular na Unifebe;
- *Eventos*: ações de interesse científico, social, técnico, desportivo ou artístico como ciclos de estudos ou de palestras, colóquios, concertos, conferências, congressos, debates, encontros, espetáculos, exposições públicas, exposições, feiras, festivais, fóruns, jornadas, lançamentos de publicações ou produtos, mesas redondas, mostras, olimpíadas, recitais, reuniões, semanas de estudos, seminários, *shows*, simpósios, torneios e outros;

- *Prestação de Serviços*: realização de trabalhos, de caráter permanente ou eventual, oferecidos gratuitamente ou contratados por terceiros (comunidades, empresas, entidades). A prestação de serviços pode ser caracterizada como:
 - *assessorias*: oferta de subsídios por meio de um processo de acompanhamento de tomada de decisão na realização de trabalhos, intervenções, etc.;
 - *consultorias ou cooperação interinstitucional*: opinar ou emitir parecer sobre assunto, problema, projeto, tema, atividade, etc. sem envolvimento com a execução ou acompanhamento do trabalho relacionado ao parecer e mesmo da própria utilização do parecer;
 - *assistência e serviços técnicos*: realização de atividades técnicas de apoios, acompanhamento e execução a instituições, empresas e grupos sociais, visando suporte técnico-científico aos mesmos.

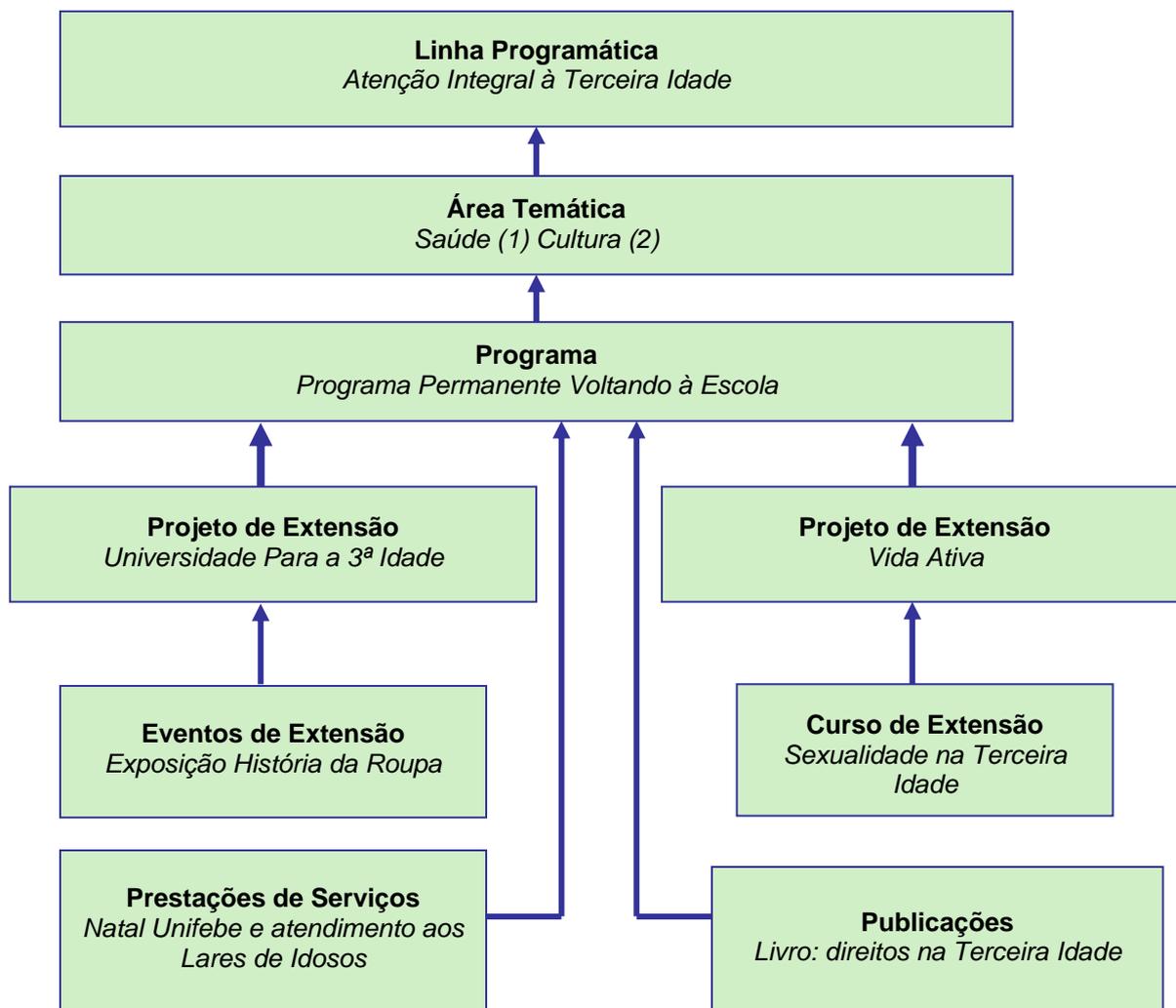
- *Produtos e Publicações*: elaboração de produtos acadêmicos ou publicações que sejam resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como cartilhas, vídeos, filmes, softwares, CDs, cassetes, exposições, ambientes virtuais de ensino, dentre outros.

9.3.4.3 Estrutura de articulação das ações/atividades de extensão

Ao fazer uma proposta de atividade de Extensão, é fundamental que exista uma articulação com outras propostas e/ou programas permanentes que a instituição já possui. Portanto, é necessário definir a **linha programática** que, no âmbito nacional, define e orienta as ações da extensão.

E também necessário considerar a **área temática** a qual a proposta de ação está vinculada. Nesse campo, pode estar relacionada a mais de uma área e convém especificar a área prioritária (nº 1) e a área complementar (nº2). Nessa forma de organização pretende-se que todas as atividades de extensão – projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produção e publicação - estejam

vinculadas a um programa determinado que comporte um ou mais projetos associados à mesma linha programática. A seguir, podemos visualizar um exemplo:



A seguir detalhamos o funcionamento do Programa Contínuo de Extensão - Soae (Serviço de Orientação e Atendimento ao Estudante).

9.3.5 Serviço de Orientação e Atendimento ao Estudante - Soae

9.3.5.1 Uma introdução

Considerando-se que a interação social dos indivíduos ocorre nos diversos domínios da sociedade (família, cultura, religião, tecnologia, outras organizações sociais), consideramos que o campo da educação ocupa um lugar fundamental neste processo. Contudo, nem sempre é possível realizar o sonho de cursar o ensino superior. Embora existam universidades públicas, sabemos que na maioria das vezes essas vagas são preenchidas por pessoas que tiveram um melhor acesso à educação na sua formação básica, que puderam se preparar para a feroz concorrência na disputa por uma vaga em universidade pública.

Entretanto, há um sem número de pessoas que, não tendo acesso a um curso superior em uma universidade pública, opta por realizar sua formação em uma IES particular ou comunitária. Atualmente estas IES oferecem excelentes cursos superiores, diferenciando-se da universidade pública apenas no quesito mensalidade.

Porém, para boa parcela da população brasileira além de não conseguir uma colocação na universidade pública, enfrenta a falta de recursos para arcar com as mensalidades, sendo este um dos principais impedimentos para se cursar o ensino superior. Uma solução para esse dilema é recorrer às bolsas de estudos ou financiamentos.

As atividades realizadas pelo Soae visam auxiliar o estudante, nas mais diversas situações, com o intuito de facilitar sua permanência na Unifebe. Além do componente financeiro e a oportunidade de viabilizar o aperfeiçoamento acadêmico, a bolsa de estudo engloba programas focados na integração com a comunidade, na troca de saberes, buscando oferecer um desenvolvimento profissional e pessoal nas pessoas selecionadas durante a vida acadêmica.

Sendo assim, as ações do Soae contemplam a missão da Unifebe uma vez que promovem a integração acadêmica e social, incentivando o exercício da

cidadania, aproximando o acadêmico da realidade em que vive, fazendo-o interagir e participar desse movimento. Ou seja, ensino superior articulado a extensão e pautado na perspectiva humanista, proposta e objetivo da Unifebe.

9.3.5.2 Concepção, histórico e trajetória

Visando honrar sua missão, a Unifebe criou em 1999 o Soae – Serviço de Orientação e Atendimento ao Estudante, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Um programa de extensão que surgiu com o principal objetivo de operacionalizar o processo de seleção para bolsas de estudo do Artigo 170, na época, regulamentado pela Lei Complementar Estadual 180 de 16 de julho de 1999. Observando a importância de deixar o acadêmico sempre informado, procurou-se centralizar no Soae, as orientações sobre o funcionamento institucional, empregos, estágios, bolsas de estudo e financiamento.

Inicialmente o Soae funcionava apenas oito horas durante a semana. A partir de 2001, quando o Soae ficou responsável por gerenciar o FIES – Financiamento Estudantil, com o aumento da procura pelos serviços do Soae, ele passou a funcionar dezesseis horas semanais. Com a transformação de Centro de Educação Superior para Centro Universitário, a criação de novos cursos, a ampliação do espaço físico, percebeu-se a necessidade de ampliar também a carga horária do programa, que a partir de 2005 contratou uma Assistente Social e atualmente conta com cinquenta e seis horas semanais para atendimento ao acadêmico.

9.3.5.3 Diretrizes e objetivos

O Soae visa prestar atendimento ao acadêmico buscando sua integração acadêmica e sua permanência na Unifebe, para isso tem como principais diretrizes:

- a) orientar o acadêmico ou pessoa interessada, sobre os procedimentos para requerer Bolsas de Estudo e Financiamento Estudantil;

- b) divulgar e operacionalizar Programas e Projetos Sociais e de Extensão voltados para a permanência do acadêmico no Ensino Superior;
- c) manter atualizado um Banco de Dados com oportunidades de emprego e estágio, internos, ou seja, da própria instituição e, externo, quando encaminhado por empresa ou agência de emprego da região;
- d) manter atualizado um Banco de Dados com os currículos dos acadêmicos interessados em receber permanentemente as propostas de emprego e estágio que são divulgados via Soae;
- e) oferecer ao acadêmico um espaço (Classificados) onde ele possa divulgar sua oferta, serviço, troca e venda, transportes, dentre outros.
- f) guardar, por um período de três meses, o material que o acadêmico, professor ou funcionários esquecer nas dependências da Instituição;

9.3.5.4 Procedimentos institucionais do Soae

O Soae operacionaliza o processo do FIES, das Bolsas de Estudo originadas pelo Artigo 170 da Constituição Estadual, dentre outros serviços a seguir detalhados.

→ *FIES*

O Soae é o responsável por gerenciar o FIES – Financiamento Estudantil, operacionalizando o processo seletivo, aditamento, suspensão, encerramento, e todas as demais atividades correlatas e necessárias.

O FIES é um sistema de financiamento das mensalidades instituído pelo Governo Federal. O contrato financeiro é assinado com a Caixa Econômica Federal que estabelece taxas de juros fixas e exige fiadores como garantia. O financiamento varia de 30% a 70% do valor das mensalidades. O acadêmico deverá dar início ao pagamento do financiamento após a conclusão do curso. As instruções para candidatar-se são divulgadas pelo MEC a cada processo de inscrição.

O financiamento é concedido aos candidatos selecionados mediante contrato de abertura de crédito e cobre até 70% da mensalidade, de acordo com o percentual escolhido pelo estudante no momento da inscrição. A parcela da mensalidade não financiada pelo FIES deve ser paga normalmente pelo acadêmico diretamente à instituição em que estuda.

O prazo máximo de utilização do financiamento, contado a partir do ingresso do acadêmico no FIES, é igual ao período remanescente para a conclusão do curso, definido pela instituição de ensino no momento da adesão. A taxa de juros do FIES é determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e, tem sido até o momento, de 9% ao ano, permanecendo fixa por todo o período de vigência do contrato.

Os prazos para inscrições são determinados pelo Governo Federal e, nos últimos anos, as inscrições têm acontecido somente no segundo semestre de cada ano. As inscrições devem ser feitas por meio da internet pelo acadêmico interessado.

Após concluir a inscrição via internet, o acadêmico deve entregar o protocolo de inscrição junto ao Soae, no prazo estabelecido. Parte-se então para o processo seletivo, que tem com base os critérios estabelecidos pelo MEC. Tendo sido selecionado nesta fase, o acadêmico será chamado para uma entrevista, etapa na qual ele deverá comprovar os dados incluídos na ficha de inscrição junto a Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento da Unifebe.

O acadêmico selecionado não precisará participar do processo seletivo todo ano, contudo, terá que fazer semestralmente, o aditamento que nada mais é do que uma renovação semestral do contrato de financiamento.

O aditamento pode ser simplificado ou não, de acordo com a situação do contrato do acadêmico. O estudante, se desejar, pode também fazer, uma única vez, a suspensão temporária, pelo prazo máximo de um ano, ou seja, dois semestres consecutivos.

Além disso, o FIES permite que o acadêmico financiado mude de curso uma única vez, por solicitação do acadêmico à instituição de origem, desde que o período

entre as datas de início da utilização do financiamento no curso de origem e no curso de destino seja inferior a 18 meses corridos.

O curso de destino deve estar credenciado no FIES, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. O acadêmico também pode mudar de instituição e permanecer sendo financiado, bastando requisitar sua transferência à instituição de ensino em que se encontra matriculado. O encerramento do contrato pode ser feito a pedido do próprio acadêmico, por conclusão do curso ou por situação que impeça sua manutenção.

→ *Bolsas de Estudo – Artigo 170*

O Soae também operacionaliza todo o processo seletivo para Bolsa de Estudo do Artigo 170. A bolsa de estudos do Artigo 170 é um recurso financeiro concedido aos acadêmicos considerados economicamente carentes. É regulamentada pela Lei Complementar Estadual 281/05, alterada pela Lei Complementar Estadual 296/05 da Constituição Estadual de Santa Catarina. O Governo do Estado destina recursos para manutenção e desenvolvimento do Ensino Superior.

O processo seletivo ocorre a cada início de semestre letivo, sendo as datas estipuladas por cada instituição. O Edital que regulamenta o processo é publicado a cada início de semestre letivo no site da Unifebe. Para participar do processo seletivo, o acadêmico deverá ler atentamente o Edital e preencher um cadastro via internet. Assim que o cadastro for concluído e o número de inscrição for gerado, o acadêmico deverá anotar e entregar esse número de inscrição, junto com a documentação exigida no Soae.

Dentro de um prazo estabelecido pelo Edital, o Soae ficará responsável, junto com a Comissão Técnica e Comissão de Fiscalização do Artigo 170, pela conferência do cadastro e da documentação de todos os acadêmicos inscritos no processo seletivo daquele semestre. Para uma melhor fiscalização, bem como para melhor conhecer a realidade do acadêmico da Unifebe, o candidato poderá ser

visitado pela Assistente Social para que se confirmem os dados declarados no cadastro.

Estando tudo em ordem, será calculado mediante uma fórmula matemática, um índice de carência para os acadêmicos inscritos. O acadêmico passará a ter direito a bolsa de estudo de acordo com seu índice de carência, ou seja, do menor índice para o maior índice. Tendo sido contemplado, o acadêmico receberá conforme Convênio, parcelas de 30%, 50%, 60% ou 70% no valor de sua mensalidade (conforme índice de carência).

O número de acadêmicos contemplados será de acordo com o recurso repassado pelo Governo Estadual. O acadêmico contemplado com a Bolsa de Estudo do Artigo 170 deverá participar de Programas e Projetos Sociais (Extensão) vinculados à Unifebe, somando um total de 20 horas semestrais. Atualmente o Soae oferece 10 Projetos Sociais, com caráter educativo para que os bolsistas possam desenvolver suas atividades. São eles:

- a) Unifebe em Sábados de Lazer: tem como objetivo promover uma maior interação entre a Unifebe e a comunidade, proporcionando aos participantes, atividades de lazer, práticas desportivas a fim de enfatizar a importância do lazer, esporte e dos cuidados com a saúde;
- b) operação Alerta Vermelho: objetiva possibilitar através de ações voluntárias a prevenção e orientação a comunidade Brusquense dos riscos de incêndio existentes nas residências, prevenindo danos ao patrimônio e principalmente à vida humana;
- c) comunidade Segura: o objetivo é possibilitar através de ações voluntárias a prevenção e orientação à comunidade de Brusque dos riscos de desmoronamento, enchentes, prevenindo danos ao patrimônio e principalmente salvaguardando a vida humana;
- d) banco de Dados Sociais: promove o mapeamento social de Brusque e região, bem como criando um banco de dados de indicadores sociais de Brusque e região. Desenvolve pesquisas na comunidade de Brusque e região. Divulga os

- relatórios à comunidade fomentando o debate das políticas públicas mediante as demandas apresentadas. Coleta, digita e analisa dados em parcerias com os acadêmicos promovendo o olhar investigativo e crítico à realidade social;
- e) Escola Aberta à Cultura e Cidadania: o objetivo é possibilitar que a escola se constitua, também nos finais de semana, em espaço de cultura, lazer, esporte e cidadania, para a comunidade interna e externa. São desenvolvidas atividades de educação, esportes, cultura (música, teatro, coral, etc), saúde, educação ambiental, trabalho, artesanato, etc.;
 - f) Escolas Ativas e Bem Informadas: o objetivo é informar os alunos do Ensino Médio (quando a Escola oferecer Ensino Médio), sobre Bolsas de Estudo Artigo 170 e Financiamento Estudantil, que auxiliam no pagamento das mensalidades. Para completar as 20 horas exigidas, os alunos desempenham atividades das quais sejam necessárias para a Escola, bem como atividades das quais o aluno se sinta capacitado para realizar. Ex.: aulas de reforço, atividades em biblioteca, secretaria, trabalhos eletrônicos, etc.;
 - g) Universidade, Pluralismo e Religião: Contribui junto às diversas Entidades Religiosas, com atividades negociadas entre responsável e aluno. Serão aceitas atividades de catequese, trabalho em festas comemorativas, participação em atividades de ação social;
 - h) a Universidade e a Terceira Idade Compartilhando Saberes: busca amenizar os problemas da terceira idade através da promoção de momentos de lazer, descontração, integração e informação, buscando integrar o idoso ao meio social. As atividades podem ser sugeridas pelos alunos, bem como solicitadas pelo grupo a ser trabalhado. Podem ser desenvolvidas em Grupo de Idosos (geralmente coordenado por Associação de Moradores), Casas Asilares e de Repouso;
 - i) a Solidariedade está no Sangue: Os alunos que aderirem a esse projeto terão que participar obrigatoriamente da Palestra que será realizada no Auditório da Unifebe, em dia e horário a ser divulgado. Somente os alunos que tiverem

Projeto Pedagógico Institucional - PPI

participado da Palestra poderão participar deste projeto, contemplando as 20 horas de atividade com 3 doações de sangue, feitas dentro do semestre;

- j) Pedágio Parceria – A Unifebe com Você: Contribuir com ações voltadas ao desenvolvimento social da comunidade local e regional. As atividades não são apenas de pedágio, mas diversas outras atividades solicitadas pela instituição.

Estes 10 (dez) projetos compõem o Programa Permanente Cidadania: Pratique essa idéia, que visa propor ações educativas aos acadêmicos da graduação e beneficiados com a bolsa de estudo do Artigo170, bem como oferecer, enquanto Instituição de ensino Superior, projetos de ação social visando o desenvolvimento regional. Para que o acadêmico beneficiado com a bolsa de estudo receba suas parcelas, o Soae estabeleceu alguns procedimentos para um controle mais efetivo e organizado das atividades em que os acadêmicos contemplados realizam, são eles:

- a) para retirar a *1ª parcela*: o acadêmico precisa pegar uma autorização junto ao Soae, que será fornecida mediante a adesão a um dos projetos apresentados e, a apresentação do Termo de Adesão assinado pelo responsável da Instituição onde o aluno optou realizar as 20 horas de atividade;
- b) para retirar a *2ª parcela*: o acadêmico precisa pegar uma autorização junto ao Soae, que será fornecida mediante entrega da Declaração da Instituição, comprovando 10 horas de atividade já realizadas;
- c) para retirar a *3ª parcela*: o acadêmico precisa pegar uma autorização junto ao Soae, que será fornecida mediante entrega de outra Declaração da Instituição, comprovando as 10 horas de atividade restantes;
- d) para retirar a *4ª parcela*: o acadêmico precisa pegar uma autorização junto ao Soae.

Em todas as parcelas, após retirar a autorização junto ao Soae, o acadêmico deverá dirigir-se a Tesouraria da Unifebe para assinar o recibo. Somente mediante a

assinatura do recibo que o aluno poderá contar efetivamente com o recurso para pagar suas mensalidades.

O Soae também presta orientações quanto a Bolsa de Pesquisa do Artigo 170, embora o Edital e o processo seletivo seja operacionalizado pela Coordenação de Pesquisa, o Soae orienta os acadêmicos interessados sobre os procedimentos necessários para participar deste processo seletivo.

Os acadêmicos que estiverem entre a terceira e antipenúltima fase do curso, e que tenha o intuito de desenvolver pesquisas que visem o atendimento das necessidades regionais, devem entrar em contato com a Coordenação de Pesquisa e preencher os formulários necessários.

É necessário que o aluno tenha sido classificado por meio do processo seletivo para o Artigo 170, que tenha média global igual ou superior a 7,0 e disponha de 20 horas semestrais para se dedicar a pesquisa. O processo seletivo para Bolsa de Pesquisa do Artigo 170, acontece uma vez por ano, sempre no primeiro semestre de cada ano.

→ *Bolsa Atleta*

Orientações relacionadas à Bolsa Atleta, também são oferecidas pelo Soae. A Bolsa Atleta será concedida aos acadêmicos com aptidão e dedicação ao esporte. O acadêmico só será beneficiado se não possuir nenhum patrocínio, não receber salário de entidade de prática desportiva. Procura-se garantir uma manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento, que não possuem patrocínio, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e participação em competições visando o desenvolvimento pleno de sua carreira esportiva. Os atletas interessados em participar devem verificar se atendem a todos os pré-requisitos determinados na Lei 10.891/04, para a sua categoria de Bolsa-Atleta.

As Categorias da Bolsa Atleta são: I - Bolsa-Atleta Categoria Estudantil; II - Bolsa-Atleta Categoria Nacional; III - Bolsa-Atleta Categoria Internacional; IV - Bolsa-Atleta Categoria Olímpica e Paraolímpica.

A Inscrição deve ser feita online, no site: www.esporte.gov.br. Após a inscrição, o acadêmico precisa imprimir o formulário, devidamente chancelado pelo sistema e enviá-lo ao Ministério do Esporte acompanhado da documentação exigida para o endereço: Ministério do Esporte. Programa Bolsa-Atleta. Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar. CEP 70.054-900 - Brasília, DF.

O prazo para inscrição e o envio dos documentos é até 31 de março de cada ano. Se não forem atendidos todos os requisitos exigidos pela legislação vigente, o atleta será notificado pelo Ministério do Esporte para, no prazo de 30 dias, complementar a documentação ou as informações, sob pena de indeferimento do pleito.

O Ministério do Esporte comunicará o resultado do pedido da bolsa para o endereço postal ou eletrônico do atleta, informado no formulário de inscrição. O atleta terá o prazo de 30 dias, após notificação, para assinatura do Termo de Adesão, sob pena de perda do direito ao benefício. É previsto que o primeiro pagamento ocorra no mês subsequente ao da assinatura do Termo de Adesão;

A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo entre os atletas beneficiados e a administração pública federal. O Benefício será cancelado:

- a) quando o atleta deixar de satisfazer quaisquer dos requisitos exigidos para sua concessão;
- b) diante de condenação do atleta por uso de doping;
- c) quando comprovada a utilização de documentos ou declaração falsos para obtenção do benefício;
- d) deixar de treinar ou faltar às competições oficiais de que deva participar, sem justa causa;
- e) não estar regularmente matriculado em instituição de ensino, para a categoria Bolsa-Atleta Estudantil.

O atleta bolsista deverá apresentar ao Ministério do Esporte prestação de contas, até trinta dias após o recebimento da última parcela, contendo:

- a) declaração própria, ou do responsável se menor de dezoito anos, de que os recursos recebidos a título de Bolsa-Atleta foram utilizados para custear as despesas de manutenção pessoal e esportiva do atleta beneficiado;
- b) declaração da respectiva entidade desportiva, ou da instituição de ensino no caso da categoria estudantil, atestando estar o atleta beneficiado em plena atividade esportiva;
- c) declaração do estabelecimento de ensino atestando a matrícula do atleta beneficiado, para a categoria estudantil e regular aproveitamento escolar.

Caso a prestação de contas não seja apresentada no prazo estabelecido ou, apresentada, não seja aprovada, o benefício não será renovado até que seja regularizada a pendência. A prestação de contas não sendo aprovada o atleta ou seu responsável deverá restituir os valores recebidos indevidamente;

→ *Coro Unifebe*

O Coro da Unifebe é outra categoria, que embora não se caracterize como bolsa de estudo, auxilia o acadêmico em suas mensalidades. Sendo assim, o Soae oferece as informações necessárias para participar do Coro da Unifebe. O Coro é composto por até 30 membros dentre alunos, ex-alunos, funcionários e professores. Os alunos regularmente matriculados que participam têm, a título de estímulo, um desconto equivalente a 6 (seis) créditos/mês na mensalidade de seus respectivos cursos, desde que estejam em dia com a tesouraria. Algumas informações:

- a) a cada três faltas o aluno 'não recebe uma bolsa' e faltas não justificadas podem acarretar no afastamento do coro;
- b) alunos não regulares, ex-alunos, funcionários e professores, não recebem bolsa.

→ *Bolsa de Trabalho*

A Bolsa de trabalho visa proporcionar aos acadêmicos de graduação da Unifebe um primeiro contato com o mundo do trabalho, bem como uma complementação financeira para o pagamento de suas mensalidades. A carga horária é de 20 horas semanais e por meio desta bolsa os alunos desenvolvem, na Unifebe ou em outras Instituições/Empresas, atividades técnicas ou administrativas preferencialmente relacionadas a sua área de formação. As vagas são divulgadas nos murais do Soae e pro meio do e-mail dos alunos cadastrados no Bando de Dados de Currículos do Soae.

→ *Bolsa de Estudo da Lei Orgânica da Prefeitura Municipal de Brusque*

Não compete ao Soae operacionalizar o processo para Bolsa de Estudo da Lei Orgânica da Prefeitura Municipal de Brusque. Contudo, o Soae fica encarregado de orientar os acadêmicos sobre a existência dessa modalidade de bolsa de estudo. Estas, são Bolsas de Estudos oferecidas pela Prefeitura Municipal de Brusque, com percentuais que variam de 30% a 50% do valor da mensalidade. Para participar da seleção, o aluno deverá preencher uma ficha de inscrição disponível na Prefeitura, através da qual será analisada a questão sócio-econômica do candidato.

→ *Bolsa de Estudo Empresas*

O mesmo acontece com relação à Bolsa de Estudo concedida pelas Empresas, embora o Soae não seja responsável pelo processo seletivo, é responsável por informar aos acadêmicos sempre que souber de empresas que estão oferecendo tal benefício. Estas Bolsas de Estudo concedidas por algumas empresas aos alunos que nela trabalham. O benefício poderá ser descontado no IR – Imposto de Renda, a pagar por parte da empresa. Os critérios para receber a bolsa, bem como os percentuais, são estabelecidos pela própria empresa.

→ *Banco de Dados Emprego e Estágio*

O Soae também é responsável por monitorar um Banco de Dados de Emprego e Estágios. Esse é um espaço para divulgação de Estágio Curricular não obrigatório e Emprego, que além de contribuir no orçamento, possibilita ao acadêmico relacionar teoria e prática, ampliando seus conhecimentos acerca de sua área de atuação, bem como sua inclusão no mercado de trabalho.

Os empregos e estágios divulgados pelo Soae, são internos, ou seja, da própria instituição e, externos, quando solicitados por alguma empresa ou agência de empregos da cidade ou da região. Os dados apresentados na Tabela que segue, estão separados apenas por emprego e estágio.

EMPREGOS E ESTÁGIO DIVULGADOS NA UNIFEBE

Ano / Semestre	Nº Oferta de Empregos	Nº Oferta de Estágios	Total
2005.1	12	53	65
2005.2	31	41	72
2006.1	50	60	110

FONTE: SOAE (1º SEM/2006).

→ *Bando de Dados de Currículos*

Outro Banco de Dados da qual o Soae é responsável por monitorar é o Banco de Dados de Currículos. Para os acadêmicos que estiverem interessados em receber, por meio de seu e-mail, todas as oportunidades de emprego e estágio que são divulgados via Soae e, indicados às vagas de emprego e estágio não curricular quando alguma empresa solicitar, podem enviar seu currículo para o e-mail: curriculo@unifebe.edu.br. Esse trabalho começou a ser desenvolvido no segundo semestre de 2005 e atualmente o Banco de Dados conta com 75 currículos, conforme Tabela a seguir.

CURRÍCULOS CADASTRADOS NO BANCO DE DADOS DA UNIFEBE

Cursos	Nº de currículos
Administração	21
Ciências Contábeis	9
Design de Moda	6
Direito	16
Educação Física	3
Filosofia	1
Letras	4
Pedagogia	5
Sistemas de Informação	3
Tec. Turismo	1
Tec. Gestão Empresarial	2
TPI - Eletromecânica	2
Alunos de Ensino Médio	3
Total	75

FONTE: SOAE (1º SEM/2006).

→ *Outros serviços coordenados pelo Soae*

- a) Classificados – é um espaço para o acadêmico divulgar suas ofertas: serviços, moradias, venda, troca, transportes, etc. E-mail: classificados@unifebe.edu.br.
- b) Achados e Perdidos – Todo material esquecido na sala de aula, é entregue no Soae. O acadêmico, professor ou funcionário técnico-administrativo que perder algum material deverá se dirigir ao Soae.

10 ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Assessoria de Desenvolvimento é um órgão *staff* da Reitoria responsável pelo suporte e mediação dos trabalhos junto às Pró-Reitorias na sistematização e implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

É responsável direta pela supervisão e orientação de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), dos processos de autorização dos novos cursos e reconhecimento de cursos vigentes.

É função dessa assessoria, a sistematização e elaboração dos Projetos Institucionais, o desenvolvimento da Avaliação Institucional, da Formação Continuada e da Política de Estágios Curriculares Obrigatórios e Não-Obrigatórios da Unifebe.

A Assessoria de Desenvolvimento, incorporando o trabalho da Avaliação Institucional, inclusive junto à comunidade regional, se constitui em um suporte para a tomada de decisões acadêmicas, caracterizando-se como um processo coletivo e formativo, proporcionando a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão.

10.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIFEBE: UM PROCESSO COLETIVO E FORMATIVO

A avaliação é compreendida como um instrumento de gestão e consolidação do projeto educativo institucional, e a partir do redimensionamento da atual política pública, se consolida como um dos mecanismos relevantes para a sustentação da qualidade do sistema da Educação Superior. Os processos avaliativos internos e externos são concebidos como subsídios fundamentais para que se conheça a política institucional e suas práticas educacionais.

Nessa direção, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, ao instituir o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), permite não só a ampliação desse olhar interno, mas também externo, com finalidade de qualificar a

educação superior, orientando sua expansão no que diz respeito à oferta, fomento, eficácia e efetividade acadêmica e social.

O Centro Universitário de Brusque – Unifebe, inserido neste contexto de reforma, tem caminhado nessa direção.

10.1.1 Avaliação Institucional

Em sua política de Avaliação Institucional, o Centro Universitário de Brusque – Unifebe vem desde 1999 desenvolvendo um processo de auto-avaliação que se apóia na concepção de avaliação como uma prática contínua de aperfeiçoamento do desempenho institucional e de prestação de contas à sociedade, constituindo-se este processo integrado ao planejamento da gestão acadêmica, necessidades e expectativas da comunidade local.

O seu objetivo maior consiste em, através de um diagnóstico geral e sistemático, aprimorar a qualidade de ensino na formação profissional oferecida na instituição.

Enquanto instituição comprometida com o desenvolvimento regional e estadual, a Unifebe tem clareza que tem uma importante função social a desempenhar.

Para que essa meta se efetive, no seu dia a dia, a instituição vem desenvolvendo ações articuladas com o intuito de desempenhar bem e cumprir suas funções. Neste sentido, a Avaliação Institucional consiste numa dessas ações promotoras.

Na Unifebe as diretrizes que permeiam a avaliação apóiam-se no processo de regulação, que visa a melhoria da qualidade das ações individuais e coletivas. Desta forma, compreende o processo de avaliação pautado nas ações de diagnóstico dos focos de interesse, visando a análise e o planejamento de ações.

Nessa direção, a Assessoria de Desenvolvimento por meio da Avaliação Institucional desenvolve algumas modalidades de avaliação a fim de completar as diversas dimensões do contexto institucional.

Assim, dentre as modalidades podemos sinalizar:

DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Dimensões	Objetivos	
<i>Diagnóstico Geral</i>	Construir um diagnóstico geral da instituição em termos quantitativos e qualitativos. Organização de instrumento, com itens objetivos e dissertativos visando detectar os problemas, as necessidades e sugestões mais urgentes para melhoria da instituição.	
<i>Avaliação de Cursos</i>	<i>Desempenho Docente</i>	Objetiva dimensionar a qualidade da ação docente no desempenho das atividades do ensino.
	<i>Auto-Avaliação docente</i>	Visa oportunizar a manifestação dos limites e possibilidades da própria ação docente.
	<i>Desempenho Discente</i>	Identificar o desempenho da turma no processo de aprendizagem, delineando o nível de envolvimento do acadêmico da graduação.
	<i>Auto-Avaliação discente</i>	Indica o desempenho dos estudantes e a atuação deles em sala de aula.
	<i>Avaliação da Coordenação</i>	Objetiva dimensionar a qualidade do docente, no desempenho das atividades de coordenação dos cursos.
	<i>Avaliação da Infra-Estrutura</i>	Avaliam-se as condições oferecidas pelo curso para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem;
	<i>Avaliação dos Estágios</i>	Reivindicação dos coordenadores, dos docentes e acadêmicos devido à especificidade dos estágios
<i>Perfil sócio-cultural dos docentes</i>	Conhecer o perfil sócio-cultural dos docentes da Unifebe, auxiliando o planejamento e a tomada de decisão nos aspectos do ensino, estrutura e funcionamento da Unifebe.	
<i>Perfil sócio-econômico e cultural dos discentes</i>	Conhecer as características dos acadêmicos, auxiliando o planejamento e a tomada de decisão nos aspectos do ensino, estrutura e funcionamento da Unifebe.	
<i>Avaliação dos funcionários</i>	Conhecer as características dos funcionários - técnico-administrativo e serviços gerais – auxiliando o planejamento e a tomada de decisão.	
<i>Perfil dos egressos</i>	Investigar se a formação do acadêmico egresso da Unifebe, nos diferentes cursos de graduação, supre as atuais exigências e necessidades do mercado e da sociedade.	
<i>Pesquisa/avaliação das Demandas Sociais</i>	<i>Pesquisa pretensões do ensino médio</i>	Pesquisar as pretensões acadêmicas dos alunos do ensino médio e de cursos supletivos secundários de Brusque e região.
<i>Avaliação da Formação continuada</i>	Acompanhar o desempenho dos formadores e conhecer a opinião dos participantes da formação continuada.	
<i>Avaliação das semanas dos cursos</i>	Acompanhar o desempenho dos formadores e conhecer a opinião dos participantes.	
<i>Avaliação dos Projetos de Extensão</i>		
<i>Avaliação do Estágio Curricular não obrigatório</i>	Acompanhar e supervisionar o estágio curricular não obrigatório dos acadêmicos da Unifebe.	

10.1.1.1 Objetivos da Avaliação Institucional

O Programa de Avaliação Institucional da Unifebe tem por objetivos:

- a) implementar os procedimentos de avaliação institucional, com a finalidade de torná-los instrumentos que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino, pesquisa e da extensão, na gestão e no cumprimento de sua pertinência e responsabilidade social;
- b) sensibilizar a comunidade universitária para o significado e relevância da Avaliação Institucional, tornando-a um processo participativo permanente;
- c) alinhar as ações da Avaliação, à missão, aos princípios e valores e objetivos institucionais da Unifebe;
- d) integrar os dados da avaliação da Unifebe, para análise e compreensão de como se realizam e inter-relacionam atividades acadêmicas em todas as suas dimensões;
- e) elaborar relatórios com os dados da avaliação que documentem o processo avaliativo, os resultados da avaliação, bem como sugestão de melhorias nas políticas e práticas institucionais;
- f) divulgar e discutir os relatórios de avaliação institucional com o grupo gestor e toda a comunidade acadêmica.

10.1.1.2 Etapas da avaliação institucional

A Avaliação Institucional tem sido realizada em etapas:

- 1º Momento: perfil geral da Instituição (infra-estrutura física e organizacional da Fundação Educacional de Brusque);
- 2º Momento: avaliação do desempenho docente e discente (dimensionar a qualidade da ação docente, no desempenho das atividades de ensino, bem como, identificar o desempenho dos acadêmicos no processo de ensinar e de aprender).

10.1.2 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Assim, constitui o SINAES a avaliação da instituição, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Nessa direção, o SINAES avaliará o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos acadêmicos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Também compõem o SINAES instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, Enade, Condições de Ensino e instrumentos de informação.

As informações obtidas com o SINAES serão utilizadas para:

- a) Unifebe: para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- b) órgãos governamentais: para orientar políticas públicas;
- c) comunidade: para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

10.1.3 Comissão Própria de Avaliação – CPA

O SINAES orienta que instituição de ensino superior constitua sua Comissão Própria de Avaliação – CPA.

A CPA deve contar com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada. Porém, fica a critério dos órgãos colegiados superiores a definição quanto ao seu modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento.

A CPA é responsável pela “condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”.

O papel da CPA está vinculado a elaboração e desenvolvimento da proposta de Auto-avaliação da Unifebe e é coordenada pela representante do corpo docente Prof^a. Fabiani Cristini Cervi Colombi.

Seguem os demais representantes da CPA:

Coordenadora da CPA	Fabiani Cristini Cervi Colombi
Corpo docente	Ivanete Lago Groh, Marcilene Pöpper Gomes, Fabiani Cristini Cervi Colombi
Corpo técnico-administrativo	Schirlei Nisch, Juliana Peixer e Roseli A. da Silva Lopes
Corpo discente	Marcolan Batista, Eder Antônio Cavalca e Cristiane Such
Sociedade civil organizada	Salette Maria da Silva, Alexandre Oriques e Altamir Antônio Schaad

10.1.4 Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE

O ENADE, Exame Nacional de Avaliação de Desempenhos dos Estudantes, é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme o art. 5º, da Lei nº 10.861, de 14/4/2004, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela efetiva participação.

O ENADE verificará o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos, habilidade e competências previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação.

10.2 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO

Com base nas diretrizes curriculares e nos princípios estabelecidos na Lei nº 6.494/77 e regulamentada pelo Decreto nº 87.497/82, a Unifebe considera Estágios Curriculares as atividades programadas, orientadas e avaliadas que proporcionam, ao acadêmico, aprendizagem social, profissional ou cultural, através da sua participação em atividades de trabalho em seu meio, vinculado à sua área de formação acadêmico-profissional. Pressupõe planejamento, acompanhamento, supervisão, avaliação e validação por parte da Instituição e unidades concedentes.

Os Estágios Curriculares classificam-se em obrigatórios e não-obrigatórios, sendo estes últimos uma demanda do mercado de trabalho, e os primeiros uma demanda da Instituição, que deles necessita para integralizar o currículo de seus acadêmicos.

No intuito de adequar a atividade de estágio curricular obrigatório e não obrigatório e o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC às Diretrizes Nacionais, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, juntamente com os colegiados de curso a Assessoria de Desenvolvimento e a Assessoria Jurídica, vêm trabalhando na atualização e elaboração desses documentos. Os mesmos contemplarão as grandes diretrizes da Unifebe e servirão de base para o desenvolvimento desta atividade em cada curso de graduação, respeitadas as suas especificidades e regulamentos próprios.

10.2.1 Estágio Curricular Não-Obrigatório

Conforme estabelece o Decreto 87.497/82, a finalidade essencial do estágio é propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem devidamente planejados, executados, acompanhados e avaliados, conforme os currículos, programas e calendários escolares.

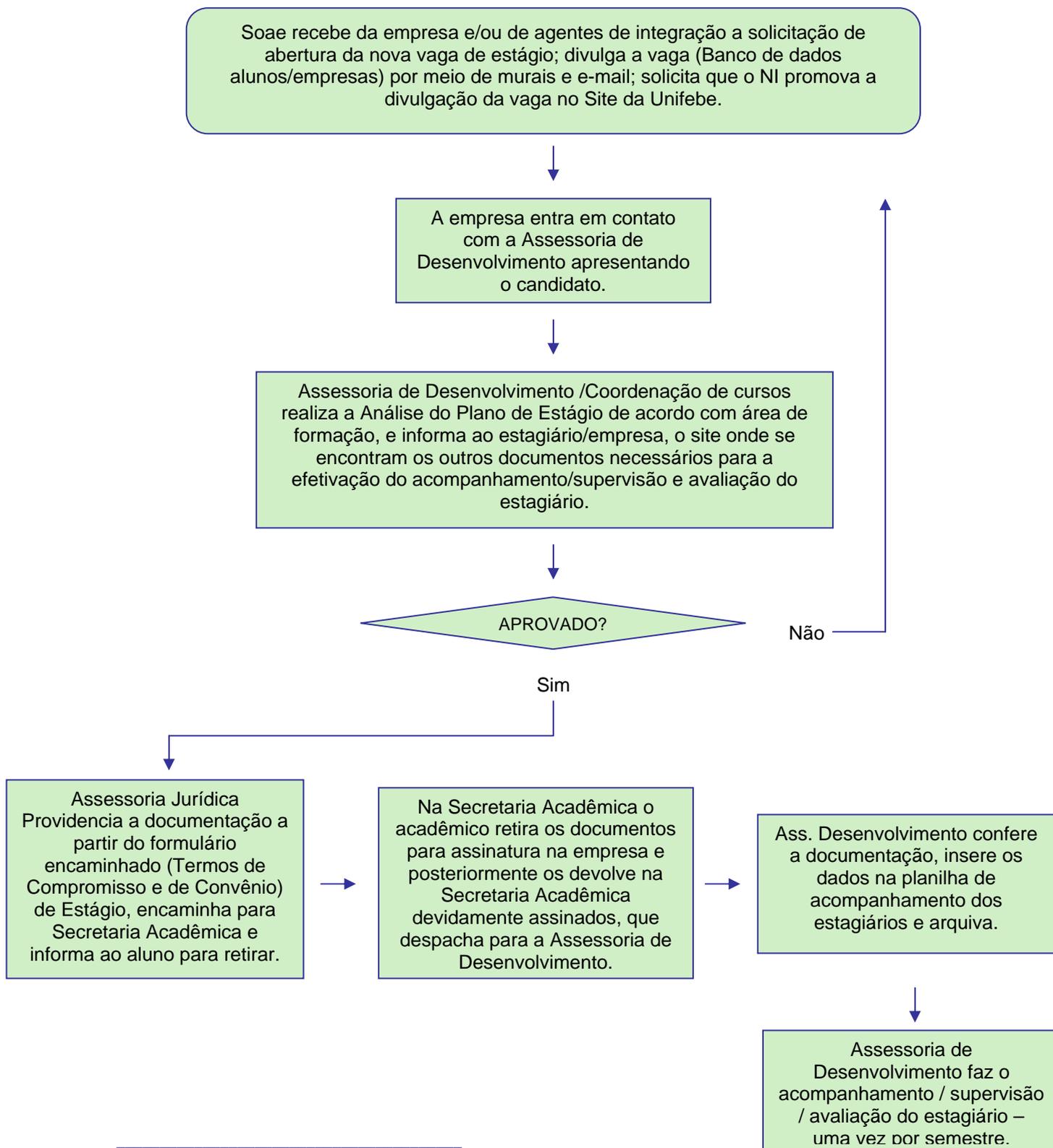
Neste sentido, a Unifebe passou a incluir o estágio curricular não obrigatório nos Projetos Pedagógicos de Cursos, bem como a instituição vem organizando uma

sistemática de acompanhamento e avaliação deste processo. Nos termos do artigo 3º do Decreto 87.497/82, “o estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino a quem cabe a decisão sobre a matéria, e dele participam pessoas jurídicas de direito público ou privado, oferecendo oportunidades e campos de estágio, outras formas de ajuda e colaborando no processo educativo”.

Diante disto, a Unifebe somente formalizará convênio e termo de compromisso de estágio quando a entidade concedente, pública ou privada, demonstrar que o estagiário exercerá atividades práticas vinculadas à área de formação acadêmico-profissional respectiva. Da mesma forma a Unifebe está atenta a duração máxima do estágio, na mesma unidade concedente e/ou área de trabalho, em dois anos.

Para acompanhar, supervisionar e avaliar o estágio curricular não obrigatório, a Unifebe está adotando a sistemática descrita no fluxograma a seguir:

FLUXOGRAMA GERAL ESTÁGIOS CURRICULARES NÃO-OBRIGATÓRIOS



A proposta de Plano de Estágio da Unifebe objetiva assim, planejar e organizar as atividades a serem desenvolvidas no estágio, bem como orientar o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do estágio e estagiário.

Desta forma, a Unifebe considera os estágios curriculares não obrigatórios como atividades programadas, orientadas e avaliadas que proporcionam ao acadêmico aprendizagens profissional, social e cultural, na participação em atividades de trabalho vinculadas à sua área de formação acadêmico-profissional. O estágio é oportunidade de unir a teoria adquirida em sala de aula condicionada à prática do cotidiano da vida profissional.

Os estágios podem ser realizados no próprio Centro Universitário ou em outras empresas e instituições conveniadas, sempre com a intervenção dos responsáveis pelo acompanhamento e supervisão.

Para o acadêmico realizar o estágio curricular não obrigatório, é necessário que ele esteja regularmente matriculado e com frequência efetiva no curso de graduação correspondente à área de atuação.

10.3 FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação dos educadores vem sendo, nos últimos anos, tema de inúmeras discussões. Alguns pesquisadores têm centralizado as suas investigações nas representações sociais referentes aos “bons professores”, “professores competentes”, “professores reflexivos”, ou seja, educadores que em sala de aula apresentam um fazer pedagógico coerente com concepções progressistas de educação. Tais pesquisas, após evidenciarem os avanços no fazer docente dos professores, têm revelado também, a dicotomia existente entre a teoria defendida e a prática dos profissionais da educação.

O histórico da educação escolar no viés da formação continuada, demonstra que inicialmente contentava-se em “reciclar” o educador, oferecendo cursos rápidos e descontextualizados, acrescidos de palestras e encontros esporádicos superficiais. Em outro momento histórico e de acordo com outras concepções, objetivou - se

“treinar” o educador, tendo como eixo a modelagem de comportamentos para o desempenho de ações mecânicas. Ao professor era atribuída a tarefa de fazer e não de pensar, impondo-se modelos, receitas e técnicas do fazer pedagógico.

Buscando superar a dinâmica das formações anteriores surgem novos conceitos para tal processo: “aperfeiçoamento” e “capacitação” de educadores. Coerente com tais conceitos, outras decisões foram tomadas e novas ações propostas. Ao refletir-se sobre o verdadeiro sentido da palavra aperfeiçoar chega-se ao tornar perfeito, completar o que estava incompleto. No conceito de capacitação: “tornar capaz”, parece existir uma doutrinação de idéias expostas como verdades absolutas que precisam ser simplesmente aceitas no exercício de uma ação docente curativa, remediadora e imediatista.

Ultrapassando essas idéias fragmentárias e polarizadoras de formação, delineia-se uma outra concepção: “formação permanente” (FREIRE, 1982) ou “formação contínua” (NÓVOA, 1992, PERRENOUD, 1993). Estes dois termos podem ser considerados similares, pois pontuam primordialmente, a valorização do conhecimento do professor, e através de um processo interativo, buscam contribuir para uma reflexão do próprio fazer pedagógico.

Tal concepção fundamenta propostas humanizadoras de educação, que de acordo com Paulo Freire objetivam “ultrapassar a visão fragmentada da realidade”, levando as pessoas a superarem o individualismo através da cooperação, das soluções coletivas, da liberdade de pensamento, avançando de uma “consciência ingênua para uma consciência crítica”, buscando uma mobilização social que questione o próprio sistema e transforme a realidade.

Educar nessa perspectiva é considerar, conforme defende Nóvoa (1992), os professores a partir de três eixos estratégicos: a pessoa do professor e sua experiência; a profissão e seus saberes, e a instituição e seus projetos.

“A formação não se constrói por acumulação (de cursos de aperfeiçoamento ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexão crítica sobre práticas e de re-construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa a dar estatuto ao saber da experiência” (NÓVOA, 1992, p. 38).

Portanto, é preciso respeitar os professores como pessoas, seres incompletos e eternos aprendizes, que a partir de uma formação contextualizada buscam transformar-se, entender o grupo no qual estão inseridos e re-significar a suas práticas pedagógicas.

O objetivo central da formação continuada é desenvolver o professor pesquisador/reflexivo. Não um pesquisador obcecado pela academia ou pela cientificidade, mas um profissional que tem, primeiramente, uma atitude cotidiana de reflexão da sua prática, que busca compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e que vai construindo autonomia na interpretação da realidade e dos saberes presentes no seu fazer pedagógico.

Desta forma,

“não se trata de uma simples aquisição de conhecimentos, mas de uma transformação da própria pessoa envolvendo mecanismos psicológicos mais amplos, e essa interação sujeito-mundo (local onde habito e no qual dou e recebo significações) é que faz aparecerem problemas mais profundos, os quais a simples instrução não consegue resolver. É necessária uma prática transformadora constituída pela teoria e pela ação, formando uma proposta pedagógica que não concebe as pessoas como ‘destinatárias’ mas como sujeitos da própria atividade política.” (MARIN, 1995, p 26).

Busca-se, portanto, competência pedagógica surgida a partir da reflexão na e sobre a prática, num movimento de ação-reflexão-ação que caminha para uma menor dicotomia teoria/prática, entendendo que entre uma determinada teoria que se quer assumir e a prática que se quer re-significar existe a teoria do professor, construída a partir das indagações das ações, e das concepções de mundo, sociedade, educação e ser humano.

10.3.1 Breve histórico da Formação Continuada na Unifebe

Na Unifebe, o processo de Formação Continuada, de forma planejada e sistematizada, iniciou no primeiro semestre de 2002, com a tentativa inicial de

discutir a concretização do projeto educativo institucional. Este espaço de formação docente foi uma conquista resultante, especialmente, da ação empreendida pela Avaliação Institucional, que vem promovendo mudanças significativas na instituição, desde a sua implantação, em 1999. A avaliação, enquanto diagnóstico da dinâmica institucional, apresentou uma rede de significados e encaminhamentos que foram sendo atendidos, gradativamente, pela comunidade acadêmica envolvida neste processo.

O programa de Avaliação Institucional revelou indicadores do contexto institucional, principalmente no que se refere ao trabalho docente, sinalizando os avanços, as lacunas e as necessidades que poderiam ser atendidas na qualificação permanente da prática docente.

Nesse sentido, a Formação Continuada para Docentes na Unifebe se constituiu inicialmente por meio de “Seminários de Integração Universitária” que orientaram e buscaram promover mudanças significativas na política de formação e no ambiente institucional.

No primeiro seminário desenvolvido, vivenciamos uma etapa significativa em torno da construção da identidade da Unifebe. O “I Seminário de Integração Universitária” teve como objetivo a discussão em torno da identidade institucional, cuja reflexão se pautou nos questionamentos: FEBE: “Quem somos?” “O que queremos?”. Este diálogo envolveu membros da comunidade acadêmica e comunidade externa, impulsionando um planejamento integrado das metas e ações, iniciando discussões acerca da constituição do Projeto Educativo Institucional.

Nesse seminário, foram socializados os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, que desde 1999 vinham sendo desenvolvidos no contexto curricular dos cursos. Foi possível conhecer, mediante a exposição do Projeto Pedagógico de cada curso, sua identidade, a caminhada, os avanços e as limitações.

É importante considerar, neste contexto, que a possibilidade desta interlocução sobre o trabalho desenvolvido legitimou um processo de exposição pública da ação docente, bem como da formação oferecida pela Unifebe à comunidade. Este evento, portanto, registrou o início de uma política de formação,

desvelando um outro movimento de construção e resgate da identidade da profissão docente.

Esse momento representou o diagnóstico, a descrição e a expressão da realidade institucional. Para a comunidade envolvida foi uma prestação de contas, para a Unifebe, uma espécie de auto-análise e responsabilidade. Este diálogo favoreceu, no Projeto Pedagógico Institucional, a aproximação da comunidade, algo que na história da instituição era necessário resgatar.

O Seminário também fomentou e impulsionou a discussão a respeito da transformação em Centro Universitário. A UNESCO, instituição parceira do sistema Acafe, relatou suas experiências nessa vivência.

O relato dos professores foi esclarecedor, fazendo-nos refletir e avaliar a distância existente entre aquilo que vivenciávamos no contexto da Unifebe e o ideal pretendido. Os depoimentos sinalizaram um movimento que já fazia parte de nossa vivência. No entanto, era preciso planejar as metas e ações na concretização de nosso ideal.

A Prof^a Dra. Meri Abramowicz (PUC/SP) proferiu palestra com o título "A Universidade e o seu projeto institucional", visando a discussão dos fundamentos teórico-práticos que envolvem a construção do projeto pedagógico, orientando a discussão em torno de: "o que é, o que implica, o que simboliza o Projeto Pedagógico Institucional". Para a palestrante, há a necessidade de compreender o Projeto Pedagógico como "um processo em construção".

Os momentos vividos neste "I Seminário de Integração Universitária: *Febe Quem Somos? O Que Queremos?*" estimularam reflexões acerca do Projeto Educativo Institucional. Este evento culminou com o planejamento integrado dos diversos segmentos que compunham a estrutura e organização da FEBE/CESBE, indicando-nos as possíveis metas e ações a serem desencadeadas no planejamento da instituição.

O Planejamento Institucional foi uma das metas propostas e desenvolvidas junto aos diversos segmentos representativos da comunidade acadêmica com vista à transformação da FEBE/CESBE em Centro Universitário. Era necessária, a partir

dos indicadores sinalizados no I Seminário de Integração Universitária, a implementação das principais metas e ações contempladas no Projeto Pedagógico Institucional. Para a concretização deste ideal, foi realizado um encontro de discussão, voltada inicialmente, ao tema “*A FEBE/CESBE como Centro Universitário e o seu Plano de Desenvolvimento Institucional*”. Na oportunidade, tivemos a presença do professor Doutor Cláudio Neiva que esclareceu, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, a natureza do Centro Universitário.

Para o professor Neiva, uma instituição que pretenda ser Centro Universitário precisa dar atenção a uma composição de corpo docente equilibrado entre experiência profissional, domínio de conhecimento e de metodologia científica. Para alcançar esse equilíbrio, ela precisa entender que há certas áreas de ensino onde, para se alcançar excelência, será preciso fazer pesquisa, investir em laboratórios, bibliotecas, assinaturas de periódicos, que sustentem o trabalho de alguns grupos de pesquisa que sejam capazes de irradiar para o restante do corpo docente, para todos os cursos da instituição, esse sentido investigativo, essa capacidade de investigação. Ainda nesse encontro, foi possível discutir e sistematizar a missão institucional.

Outro aspecto da discussão sobre a identidade institucional foi “*O Projeto Pedagógico nos Cursos de Graduação da FEBE/CESBE: Fundamentos e Metodologia*”, realizada na Formação Continuada dos docentes, em julho de 2002. Com esta temática, foi possível refletir as diferentes concepções e práticas educativas desenvolvidas no contexto curricular dos cursos de graduação frente às mudanças e desafios assumidos na docência. Neste momento, os cursos tinham a necessidade de aprimorar o seu Projeto Pedagógico, sendo que este trabalho já vinha sendo realizado desde 1999.

Na oportunidade, foram discutidos os princípios e fundamentos que norteiam a construção de um Projeto Pedagógico, bem como o caminho metodológico para a sua implementação e avaliação. Foram desenvolvidas também oficinas pedagógicas, objetivando oferecer suporte aos docentes.

A realização do “II Seminário de Integração Universitária - Avaliando as metas e projetando novas ações” no final do ano letivo em 2002, objetivou diagnosticar se as metas e ações propostas pela comunidade acadêmica no “I Seminário de Integração Universitária” a partir do planejamento institucional, foram alcançadas.

Esta ação teve ainda como propósito identificar os avanços e limitações presentes no decorrer deste processo, sendo mediada inicialmente, pelos coordenadores de curso, que em parceria com os docentes e acadêmicos refletiram e projetaram novas metas e ações para o ano de 2003.

Com o avanço do processo de transformação do Centro de Educação Superior de Brusque em Centro Universitário – Unifebe, no ano de 2003, a política de Formação Continuada se intensifica mediante a necessidade de concretização da missão e dos objetivos institucionais. Nesta direção, como prosseguimento das ações, organizou-se o III Seminário de Formação Continuada que objetivou provocar uma reflexão sobre a prática docente em torno da Missão institucional, do Projeto Institucional e do Projeto Pedagógico.

As temáticas discutidas neste encontro contemplaram a Missão Institucional da FEBE: Fundamentos éticos, políticos e epistemológicos; Projeto Institucional, Projeto Pedagógico dos Cursos e Plano de Ensino: uma articulação necessária.

Foram apontadas ainda as ações que a instituição vêm desenvolvendo em vista da consecução dessas metas, quais sejam: a implementação do Programa de Avaliação Institucional, a Formação Continuada dos Docentes, a implementação dos projetos pedagógicos nos cursos de graduação, a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional, a implementação do Núcleo de Apoio Pedagógico, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a ampliação da estrutura física e oferta de novos cursos de graduação, entre outras.

O seminário proporcionou também oficinas sobre os itens dos “Planos de Ensino”, almejando mais clareza sobre os mesmos, na busca de uma prática docente articulada e eficiente.

As práticas de formação que se desencadeiam no processo de construção do Projeto Pedagógico tomam como referência uma dimensão coletiva, por meio de um trabalho crítico e reflexivo sobre a prática docente. Nessa perspectiva, com a participação da equipe do NAPE - Núcleo de Apoio Pedagógico, organizou-se o IV Seminário de Integração Universitária para discutir os processos de ensinar e aprender. Dessa forma, o trabalho na formação continuada caminhou para as discussões das teorias de aprendizagem e a metodologia de ensino pertinente à garantia de uma aprendizagem significativa no ensino superior.

A palestra inicial foi proferida pela Prof^a Dra. Andréa Zanella, da UFSC, que abordou o tema “Teorias de Aprendizagem”, retomando as principais correntes teóricas que discutem o tema, visando oportunizar maior clareza teórica para que os docentes possam refletir sobre suas práticas, buscando re-significar as ações de acordo com a missão e com os objetivos institucionais.

Foram desenvolvidas ainda várias oficinas pedagógicas abordando os temas: Aula Expositivo-Dialogada, Ensino-Pesquisa, Prova Operatória, Seminário, Estudo de Texto e Mapa Conceitual. Esses temas atendiam à demanda dos professores por uma formação didática mais específica, e contribuíram para articular a fala inicial da Prof^a Zanella com as situações mais práticas do cotidiano docente.

O ano de 2004 iniciou-se com “V Seminário de Integração Universitária - Unifebe: Realidade e compromisso”, num momento em que o Centro Universitário de Brusque – Unifebe já era uma realidade. Esta temática se apresentou como uma necessidade para a comunidade acadêmica compreender a missão, os princípios, as diretrizes e os objetivos que norteiam o Projeto Institucional e a partir destes, realizar uma intervenção pedagógica coerente.

A abertura do evento ficou por conta do Prof. Dr. Mário Sérgio Cortella, da PUC/SP, que desenvolveu o tema: “Antropodiversidade e visão de alteridade: flexibilidade sólida, convivência honesta e lealdade transparente”.

Cortella falou da função social da educação, que deve estar articulada à paixão dos educadores pela construção de uma humanidade melhor, enfrentando os

preconceitos, o cinismo, o narcisismo e a violência, na busca de um respeito sincero pelo outro, sem hipocrisia e da flexibilidade sem volubilidade.

A palestra do Prof. Cortella suscitou um profícuo debate, e contribuiu de maneira significativa para a elucidação de questões inerentes à Missão Institucional, sobretudo sua ênfase no caráter humanista da formação, enquanto apresentou inúmeras situações reais que ilustram as conseqüências práticas daquilo que é definido na Missão e que, de fato, lhe dão significado.

Na seqüência da formação, a administração superior apresentou os avanços da Unifebe no ano de 2003 e as perspectivas para 2004.

A proposta de formação continuada objetivou no ano de 2004 desencadear com os docentes e discentes dos cursos de graduação, o estudo e a reflexão acerca do espaço ideológico que a avaliação ocupa no contexto dos cursos, e coletivamente propor as alternativas metodológicas viáveis na consecução e implementação da nova proposta de avaliação no primeiro semestre de 2005.

Para tanto, no segundo semestre, organizou-se o 2º módulo da formação, que contou com a presença do Prof. Dr. Miguel Arroyo, da PUC/MG, que proferiu a palestra “Avaliar no Contexto da Humanização”. O objetivo foi sensibilizar e provocar nos docentes e discentes uma reflexão acerca do papel que a avaliação cumpre no contexto atual. Nesse cenário, buscou resgatar a trajetória histórica da avaliação e suas conseqüências para formação, bem como situar os pressupostos de uma avaliação pautada em uma educação humanizadora, sinalizando práticas para subsidiar e contribuir com a mudança que se pretende implementar.

Esse tema se mostrou crucial para o momento, tendo em vista a previsão para a implantação, no início do ano letivo de 2005, de nova concepção de avaliação do processo ensino - aprendizagem na instituição.

Além da palestra do Profº Arroyo, os cursos se reuniram para a discussão conjunta da questão da avaliação na realidade de cada curso, em vistas da elaboração de um “contrato didático”, a fim de elucidar a concepção, os instrumentos e os critérios de avaliação.

Diante do contexto da Reforma Universitária proposta pelo governo federal no final do ano de 2004, a formação continuada de 2005 remeteu à referida discussão.

Para a palestra inicial que contou com a presença de vários segmentos da sociedade organizada da região de Brusque, foi convidado o Prof. Dr. Paulo Hentz, membro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, que apresentou pontos críticos do projeto, destacando sua afronta com o princípio federativo, na medida em que diminui a importância dos conselhos estaduais no controle e na fiscalização do ensino superior. O tema levantou importantes discussões e cumpriu o objetivo principal de trazer a comunidade regional para esse importante debate.

Na segunda noite do seminário, contamos com a presença da Prof^a Dra. Verônica Gesser, da UNIVALI, que apresentou o tema: “Projeto Educativo Institucional: por um movimento crítico emancipatório”. Houve destaque para as características e a importância do Projeto Pedagógico Institucional, como a constituição da identidade da instituição e a explicitação dos valores embutidos nas suas ações. Discutiu ainda a necessidade de um projeto integrado e flexível e os pressupostos epistemológicos e metodológicos que lhe são inerentes.

Na terceira noite, os cursos se reuniram com a finalidade de promover o estudo com o colegiado acerca dos referenciais contidos no projeto pedagógico, visando a sua reconstrução a partir da nova política curricular, constituindo também uma comissão em cada curso, para perpetuar essa discussão durante todo o ano.

O VII seminário de formação continuada, realizado no período de 18 a 20 de julho de 2005 teve como objetivo discutir a política de estágio curricular obrigatório e não obrigatório no contexto do Projeto Pedagógico da Unifebe, buscando analisar criticamente os referenciais desta política e seus impactos na formação acadêmica, com vistas ao redimensionamento da política institucional.

No primeiro dia aconteceu uma mesa redonda em que cada curso de graduação apresentou sua concepção, seus fundamentos e suas práticas acerca dos estágios curriculares obrigatórios desenvolvidos no contexto dos projetos pedagógicos. As discussões pautaram-se na missão e objetivos do curso; no perfil

profissiográfico; no delineamento do estágio na matriz curricular do curso; no diagnóstico e planejamento dos campos de estágio; nas ações e projetos implementados; no processo de avaliação dos estágios; na divulgação dos resultados; nos avanços e limitações percebidos em cada curso de graduação; no impacto do estágio na formação do acadêmico.

No segundo dia de formação foi realizada a palestra: “*Estágio curricular no ensino superior: articulação da dimensão pedagógica e profissional*” proferida pela Prof^a Dra. Cássia Ferri. Esse momento foi planejado com o intuito de se discutir a política curricular de estágio, levando em consideração as diferentes dimensões que integram a ação docente e a formação acadêmica.

No último dia de formação, constituíram-se grupos de trabalhos com o objetivo de identificar conceitualmente as dimensões que integram a concepção e prática do estágio curricular nas diferentes áreas de ensino, buscando re-significar concepções e ações, delineando a política de estágio curricular dos cursos com vistas a realidade institucional e externa.

A Formação Continuada da Unifebe, agora sob a responsabilidade da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, contemplou no primeiro semestre de 2006 três propostas, à saber: o seminário intitulado “A construção do conhecimento na Educação Superior promovida pela articulação ensino, pesquisa e extensão”; “Formação Docente para o Ensino Superior”; e “Unifebe para Ingressantes”.

O Seminário “A construção do conhecimento na Educação Superior promovida pela articulação ensino, pesquisa e extensão” visou promover reflexões junto à comunidade acadêmica acerca do processo de construção do conhecimento na educação superior, discutindo o papel do professor e do aluno nesse processo, e a importância da pesquisa e da extensão articuladas ao ensino, para a sua efetiva produção.

O principal objetivo do Seminário foi discutir no contexto do Projeto Pedagógico da Unifebe e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação a “construção do conhecimento” como função essencial das

instituições de Educação Superior, buscando uma maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão na forma de pensar/fazer educação.

No primeiro dia de formação promovemos uma palestra com o professor Júlio Wiggers acerca da referida temática. O objetivo foi de refletir os novos desafios e as possibilidades da educação superior como promotora de conhecimento, analisando o papel dos docentes e acadêmicos nesse processo.

No segundo dia convidamos a professora Stela Meneghel para nos auxiliar na compreensão da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na graduação, objetivando conhecer concepções e ações que delineiam essa significativa articulação no contexto da Unifebe.

No terceiro dia constituímos grupos de trabalho para analisarmos os projetos pedagógicos dos cursos, os planos de ensino, as ações em desenvolvimento e novas ações que contemplem a articulação desejada.

A proposta de Formação Continuada “Formação Docente para o Ensino Superior” foi realizada no decorrer do semestre letivo, perfazendo a carga horária de 40h/a. Essa proposta objetivou atender as necessidades diagnosticadas através da Avaliação Institucional em relação ao desempenho docente. Desta forma, a programação envolveu as temáticas onde a análise dos dados coletados revelou certa carência. Todos os docentes foram convidados a participar, independente do resultado obtido em sua avaliação específica.

Cabe destacar que em fevereiro de 2006 foi implantada uma nova modalidade de formação continuada para docentes ingressantes na instituição, objetivando que conheçam a Unifebe, sua missão, sua proposta pedagógica e os diferentes setores que a compõem.

Ainda no primeiro semestre 2006 realizamos pela primeira vez, uma proposta de formação continuada para funcionários técnico - administrativos, sendo que, dissociada da formação docente.

Aprimorando a concepção de formação continuada, em 2006/2 passamos a compreendê-la como necessária aos docentes e aos funcionários técnico –

administrativos. Assume então esse caráter, não se restringindo apenas aos docentes.

Nesse sentido, realizamos de 10 a 13 julho de 2006, a Formação Continuada para Docentes e Funcionários Técnico - Administrativos intitulada: “Conhecimentos Entrelaçados: Refletindo a Qualidade no Ensino Superior”, cujo objetivo geral esteve centrado nas discussões acerca do incremento da qualidade no processo ensino- aprendizagem.

A programação do evento contemplou momentos de integração entre docentes, funcionários técnico - administrativos, acadêmicos e comunidade externa, bem como momentos específicos atendendo às necessidades apontadas pela Avaliação Institucional.

A abertura do evento foi destinada à apresentação e discussão do PPI- Projeto Pedagógico Institucional e do PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional, explicitando a importância destes e a trajetória de sua construção realizada por todos os que compõem o coletivo dessa instituição, sendo sistematizados pela Assessoria de Desenvolvimento. O momento teve a participação de docentes, funcionários- técnico administrativos e acadêmicos.

Na seqüência, foram realizados grupos de estudos para docentes, cujas temáticas atenderam sugestões dos mesmos. Os funcionários técnico-administrativos participaram da palestra “Postura Assertiva no Atendimento”, mediada pela prof^a Eliana Wamser.

A quarta noite do evento contemplou a palestra “O dia a Dia do Professor Competente em Aula”, ministrada pelo prof^o Vasco Pedro Moretto e foi direcionada aos docentes, funcionários técnico-administrativos, acadêmicos e à comunidade externa. O momento oportunizou significativas reflexões a respeito da ação docente e trouxe relevantes contribuições a todos os responsáveis pelo “fazer educacional”, que envolve a instituição em sua totalidade.

A outra proposta da Formação Continuada desenvolvida nesse segundo semestre de 2006, foi destinada aos docentes e funcionários técnico-administrativos

interessantes na instituição. Essa proposta contemplou a carga horária de 4h/a, dividida em dois momentos.

O primeiro momento integrou docentes e funcionários técnico-administrativos e foi destinado a apresentação da Reitoria, das Pró-Reitorias, da missão e da proposta institucional, e dos setores: RH, Secretaria Acadêmica, Secretaria das Coordenações de Cursos, Biblioteca Acadêmica, Patrimônio, Soae, Núcleo de Informática e Assessoria de Desenvolvimento. Todos os setores foram apresentados por funcionários que atuam nas áreas específicas.

O segundo momento, específico aos docentes, contemplou o plano de ensino. Foram apresentados e discutidos os fundamentos do mesmo, e a partir desses, foi oferecido suporte em relação à sua elaboração.

Em 2007.1 a temática discutida foi Caminhos para o Ensino Superior, e 2007.2 Educação Superior: Desafios Contemporâneos e a Construção de Novos Caminhos, apresentando o mesmo formato de 2006, para técnico-administrativos e docentes tendo como objetivo proporcionar momentos de estudo e reflexão sobre o conceito de Universidade, como espaço de produção, organização, sistematização e divulgação social do conhecimento, da cultura e da inovação, considerando o tripé que dá sustentação ao ensino superior: ensino, pesquisa e extensão.

Conforme mencionamos anteriormente, a história descrita aponta uma formação continuada para os docentes e por ora, percebemos um avanço no sentido de transpor essa concepção, não mais pensando em formação docente e sim, formação continuada para docentes e técnico-administrativos.

Redefinir a concepção que tínhamos e elaborar uma nova concepção implica na reestruturação de atitudes calcadas na missão institucional. Dessa forma, repensar a proposta de formação continuada para todos os envolvidos com o ofício da instituição significa traçar metas e projetar objetivos e estratégias que a viabilizem.

Portanto, é oportuno reiterar que a partir de 2006/1, além dos docentes, os técnico-administrativos, passaram a participar dos momentos de formação,

buscando a integração entre os diversos segmentos da IES, objetivando a consonância com a missão institucional.

11 SUFICIÊNCIA DAS BASES FÍSICAS

CAMPUS DA UNIFEBE LOCALIZADO NO BAIRRO SANTA TEREZINHA



O *campus* do Bairro Santa Terezinha, onde estão localizados os Blocos A, B, e C possui sistema de climatização em todas as suas salas de aula, auditório, Biblioteca Acadêmica, laboratórios e as salas dos setores administrativos.

11.1 BLOCO A

Em 03 de março de 2001 foi inaugurado o Bloco A do *campus* da Unifebe iniciado em setembro do ano 2000.

IMAGEM INTERNA DO BLOCO A



Além, das salas de aula (com medidas entre 47m² e 78m²), nesse prédio estão funcionando quatro laboratórios de informática, (90m² cada um), uma sala de vídeo conferência, uma sala para os professores com dois banheiros (masculino e feminino) e 12 banheiros (6 masculinos e 6 femininos).

SALA DOS PROFESSORES



SALA DE AULA DO CURSO TECNOLOGIA EM GESTÃO EMPRESARIAL



Ainda nesse mesmo bloco, de 5,4 mil metros quadrados, estão funcionando a Secretaria Acadêmica, o setor de Recursos Humanos, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – Proeng, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – Propex, o Núcleo de Informática, a Assessoria Jurídica e a Reitoria.

11.2 CENTRO DE CONVENIÊNCIA – BLOCO B

Em primeiro de agosto de 2002 foi inaugurado o Bloco de Convivência, também conhecido como Bloco B.

IMAGEM FRONTAL DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA – BLOCO B



Com 1.050 m², esse bloco abriga o Diretório Central dos Estudantes, a Lanchonete, a Livraria, um setor de Fotocópias, a Assessoria de Comunicação Social, a Pró-Reitoria de Administração (Proad), a Contabilidade, o Financeiro, o setor de Serviços Gerais e o setor de Suprimentos.

IMAGEM FRONTAL DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA – BLOCO B



11.3 BLOCO C

O Bloco C da Unifebe teve sua obra iniciada em 29 de junho de 2004, e foi inaugurado em 23 de fevereiro de 2005.

IMAGEM DO PÁTIO DO BLOCO C



IMAGENS DO BLOCO C



Com uma área construída de 4.363,82 m², o prédio abriga a Biblioteca Acadêmica com 1.077,51 m² e um auditório com 153,66 m² para comportar 130 pessoas e 30 salas de aula que são utilizados no período noturno e matutino pelos cursos de graduação e pós-graduação.

AUDITÓRIO DO BLOCO C



As salas de aula têm dimensões variando entre 43,87 m² e 77,96 m². Além das salas de aula, funcionam neste bloco, duas salas destinadas à Secretaria das Coordenações, dois Laboratórios de Moda e a Assessoria de Desenvolvimento.

LABORATÓRIOS DO CURSO DE DESIGN DE MODA



11.4 PRÉDIO DO ANFITEATRO

Além do campus do Bairro Santa Terezinha, a Unifebe possui, no centro do município de Brusque, um Anfiteatro.

O prédio do Anfiteatro é o primeiro imóvel próprio adquirido pela mantenedora da Unifebe. Inaugurado no dia 30 de abril de 1987, mede 1.442 m² (mil quatrocentos e quarenta e dois metros quadrados) e localiza-se à Rua Manuel Tavares, nº 52, no centro da cidade de Brusque. Nesse prédio encontram-se cinco salas de aula, uma sala de audiências e várias salas menores ocupadas pelo Núcleo de Prática Jurídica, banheiros e um auditório equipado com luz, som, palco com dois camarins e espaço na platéia para 450 pessoas sentadas.

IMAGENS EXTERNAS DO ANFITEATRO DA UNIFEBE



É no prédio do Anfiteatro que são realizadas as cerimônias de Colação de Grau dos cursos de graduação da Unifebe e a maioria dos eventos institucionais, promovidos tanto pela IES como pelos acadêmicos. Este prédio, também é bastante utilizado pela comunidade de Brusque na realização de eventos culturais.

IMAGENS INTERNAS DO ANFITEATRO DA UNIFEBE



12 ADEQUAÇÃO DE LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS

12.1 LABORATÓRIOS E EQUIPAMENTOS DA UNIFEBE

12.1.1 Caracterização

No ano 2000 foi implantado o Núcleo de Informática (NI) que é um setor que está diretamente ligado à Reitoria da Unifebe. Os Laboratórios de Informática, a partir de então, passaram a definir seus trabalhos e atendimento através do NI.

A Unifebe possui quatro Laboratórios de Informática. O primeiro foi implantado em maio de 1996, o segundo em fevereiro de 2003 e o terceiro em março de 2005. A implantação do quarto Laboratório de Informática ocorreu no segundo semestre de 2007.

LABORATÓRIO I



LABORATÓRIO II



LABORATÓRIO III



Excetuando-se os horários de aulas, todos estão abertos gratuitamente aos acadêmicos e professores para elaboração de trabalhos escolares, monografias, teses e trabalhos de conclusão de cursos, bem como acesso à navegação na web.

Os usuários não precisam necessariamente ter conhecimento prévio de informática, pois os responsáveis pelo laboratório prestam-lhes assistência no uso dos computadores e softwares neles instalados.

12.1.2 Objetivos

O Núcleo de Informática tem como objetivo principal garantir a organização do crescimento e desenvolvimento da Instituição em relação às novas tecnologias de informação, bem como resolver os problemas e necessidades que possam surgir.

O Núcleo é responsável pela manutenção e dinamização da Internet, inclusive do “site” da entidade, além de promover a autonomia e responsabilidade de

cada departamento pela atualização das suas próprias páginas (Internet) e modernização de seus equipamentos.

Ele tem como atribuições:

- a) manutenção dos equipamentos e planejamento na aquisição de hardware e software para a instituição;
- b) apoio técnico aos setores, auxiliando no acompanhamento da informatização da instituição;
- c) inserção e promoção das novas tecnologias nos cursos de graduação e pós-graduação, como recursos para o trabalho pedagógico e a pesquisa, possibilitando assim outras formas de promover o conhecimento no meio acadêmico;
- d) construção de um banco de dados da FEBE, facilitando assim, pela comunicação em rede, o acesso a dados e serviços da instituição pelos acadêmicos, professores, técnico-administrativos e comunidade;
- e) acompanhamento de discussões em torno das novas tecnologias na educação, educação a distância, levando os novos conceitos da área aos professores e aos cursos;
- f) elaboração de um projeto de treinamento em informática para os professores, que faz-se necessário para elaboração de aulas e pesquisas, utilizando os recursos oferecidos pelo uso do computador;
- g) manutenção da rede local, instalação e configuração de programas e equipamentos, testes de sistemas, processamento e comunicação com sistemas *on line*;
- h) gerenciamento do laboratório de informática;
- i) encaminhamento de projetos de informatização e reestruturação de novos setores;
- j) provimento de acesso remoto à Internet, aos professores e acadêmicos;

- k) gerenciamento do *site* da entidade, elaborando novas páginas, controlando as publicações enviadas pelos setores, disponibilizando *on line* serviços e dados úteis aos acadêmicos, professores, técnico-administrativos e comunidade.

12.1.3 Recursos humanos envolvidos

Para atender as áreas de Suporte, Rede e Internet, a Unifebe conta, hoje, com 07 técnico-administrativos e 01 estagiário.

12.1.4 Horário de funcionamento

Os Laboratórios I, II e IV estarão abertos aos acadêmicos, professores e técnico-administrativos da Unifebe de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h30min às 22h. Aos sábados funcionam apenas no período matutino, das 8h às 12h.

O Laboratório de Informática III funciona somente de segunda a sexta-feira, no período noturno, e nos sábados, no período matutino, de acordo com as necessidades do curso de Sistemas de Informação.

12.1.5 Política de uso

Os Laboratórios de Informática I, II e IV são destinados aos acadêmicos, professores e técnico-administrativos da Unifebe para realização de trabalhos e pesquisas de cunho acadêmico, tanto nos softwares quanto na Internet.

O Laboratório I atende, também, alunos da rede municipal, estadual e membros da comunidade.

Em qualquer tempo, os trabalhos acadêmicos têm prioridade sobre qualquer outro uso.

O acesso à Internet é regulamentado.

O Laboratório III será usado exclusivamente para a área de Sistemas de Informação. Uma sala anexa a este laboratório, com 05 computadores e um monitor (funcionário) estará à disposição dos acadêmicos, de qualquer curso, para consultas e trabalhos durante o período da noite, de segunda a sexta-feira.

SALA PARA PESQUISA DO LABORATÓRIO III



12.1.5.1 Aulas no laboratório

O Laboratório de Informática constitui espaço didático primordial para os cursos de graduação, que utilizam os recursos de internet disponíveis (sites, links, e-mails, e.books, blogs, chats, ICQ, Yahoo messenger, revistas virtuais e outros) para os estudos.

Além dos computadores ligados em rede, outros equipamentos próprios do Laboratório, como projetores multimídia, tela de projeção, impressoras, microfones e vídeo-câmeras estão disponíveis para as atividades realizadas nos Laboratório.

12.1.5.2 Internet

Os Laboratórios de Informática da Unifebe colocam à disposição de acadêmicos e professores o mundo da Internet. Os usuários podem cadastrar-se, gratuitamente, para ter o seu endereço eletrônico (*e-mail*).

A pesquisa é livre e por esta razão, há restrições de uso da Internet.

A Unifebe também é provedora de Internet, realizando a autenticação dos técnico-administrativos, acadêmicos e professores com conexão através de linha discada e ADSL. Com a implantação da Internet-2 (RCT-2), a Unifebe, através da sua mantenedora, disponibilizou o acesso à comunidade.

12.1.6 Equipamentos de apoio didático-pedagógico

Os cursos de graduação da Unifebe têm à sua disposição os equipamentos didático-pedagógicos a seguir relacionados:

- 20 retroprojetores;
- 20 telas para retroprojetores;
- 03 televisores;
- 04 vídeos cassete;
- 05 televisores com vídeo acoplados;
- 02 projetores de slides, 03 episcópios;
- 02 rádios (gravador com CD);
- 02 máquinas fotográficas;
- 07 projetores multimídia.

Além dos sete (07) aparelhos de projetores multimídia que a Unifebe possui, o curso de Administração possui um (01) e o curso de Ciências Contábeis um (01).

12.1.7 Equipamentos de informática disponíveis

A seguir apresentaremos uma relação dos equipamentos de informática que a Unifebe dispõe até o presente momento.

QUADRO DA RELAÇÃO DOS COMPUTADORES INSTALADOS NA UNIFEBE*

Tipos de Computadores	Administração			Ensino de Graduação (*)			Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão		
	Em rede	Isolado	Total	Em rede	Isolado	Total	Em rede	Isolado	Total
Pentium IV	35	-	35	51	-	51	5	-	5
Pentium III	12	-	12	49	-	49	1	-	1
Celeron 2.56Mhz	3	-	3	13	-	13	1	-	1
Celeron 333Mhz	12	-	12	-	-	-	-	-	-
Pentium 100Mhz	4	-	4	-	-	-	-	-	-
Servidores	10	-	10	-	-	-	-	-	-
Total	76	-	76	113	-	113	7	-	7

FONTE: NÚCLEO DE INFORMÁTICA – ABR/2007.

*TODOS OS COMPUTADORES ESTÃO LIGADOS À REDE.

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA UNIFEBE

SETOR	Micro-computadores	Servidores	Impressoras	Kit multimídia	Scanner	No-break	Hub	Roteador	Roteador ADSL	Switches
Administração da Rede (NI)	09	10	02	08	01	05	7	03	02	29
Almoxarifado / Compras	01	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Assessoria Jurídica	03	-	02	03	-	-	-	-	-	-
Biblioteca Acadêmica	16	-	02	05	-	-	-	-	-	-
Central Telefônica	01	-	-	01	-	-	-	-	-	-
Contabilidade	02	-	01	02	-	-	-	-	-	-
Secretaria das Coordenações de cursos	09	-	02	07	-	-	-	-	-	-
Assessoria de Comunicação Social	03	-	01	03	01	-	-	-	-	-
Pró-Reitoria de Administração	01	-	01	01	-	-	-	-	-	-
Laboratórios de Informática	89	-	02	75	-	-	-	-	-	-
Núcleo de Prática Jurídica – NPJ	12	-	04	12	01	-	-	-	-	-
Reitoria	03	-	01	03	-	-	-	-	-	-
Assessoria de Desenvolvimento	05	-	02	03	-	-	-	-	-	-
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	02	-	02	02	-	-	-	-	-	-

SETOR	Micro-computadores	Servidores	Impressoras	Kit multimídia	Scanner	No-break	Hub	Roteador	Roteador ADSL	Switches
Recursos Humanos	04	-	02	04	-	-	-	-	-	-
Secretaria Acadêmica	09	-	03	05	-	-	-	-	-	-
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	07	-	03	06	-	-	-	-	-	-
SOAE	02	-	02	02	-	-	-	-	-	-
Patrimônio	01	-	-	01						
Tesouraria	03	-	02	03	-	-	-	-	-	-
Educação Física	14	-	01	14	-	-	-	-	-	-
Total	196	10	36	161	03	05	07	03	02	29

FONTE: NÚCLEO DE INFORMÁTICA – ABR/2007.

Os computadores lotados no laboratório de informática também estão à disposição dos professores e acadêmicos da Pós-Graduação e técnico-administrativos das IES.

12.2 BIBLIOTECA ACADÊMICA

12.2.1 Caracterização

A Biblioteca Acadêmica é um órgão que está diretamente ligado à Reitoria do Centro Universitário de Brusque – Unifebe e mantém o controle e a organização de todo o seu acervo.

Em 23 de fevereiro de 2005 a Biblioteca Acadêmica inaugurou seu novo espaço físico, localizado no segundo piso do Bloco C.

ÁREA DE ACESSO A BIBLIOTECA ACADÊMICA



Criada em 1973, a biblioteca comporta, além da área destinada ao acervo e ao espaço para consulta, setor de coleção especial, setor de referência, mapoteca, videoteca, espaço para estudo individual e em grupo.

BIBLIOTECA ACADÊMICA



12.2.2 Espaço físico

A Biblioteca Acadêmica está localizada no segundo piso do Bloco C do *campus* e conta com um espaço de 987,85 m², sendo destes:

- 42,25 m² destinados à coordenação e processamento técnico;
- 42,25 m² estudo em grupo e orientação;
- 41,74 m² destinados à coleção de referência;

- 23,40 m² destinados à coleção especial;
- 17,40 m² destinados á videoteca.

O restante da área está dividido em:

- coleção de periódicos;
- cabines de estudo individual;
- espaço para leitura.

MESAS PARA PESQUISA E LEITURA



12.2.3 Segurança do espaço físico e equipamentos

Atualmente a Biblioteca Acadêmica possui ambiência adequada para a preservação dos acervos e o desenvolvimento de suas funções como um todo. Possui área suficiente e condições de expansão.

A escolha de mobílias e equipamentos obedece as rigorosas especificações de segurança contra acidentes, agressão ambiental ou biológica, assegurando boa conservação. Contemplam também, percursos de evacuação do edifício, saídas de emergência devidamente sinalizadas, sistemas de alarme e detecção de incêndios e, sistemas de combate a incêndios previstos no interior e exterior do edifício.

A próxima ação será a de elaborar um projeto para instalação de um sistema antifurto para o acervo da biblioteca.

12.2.4 Manutenção

A manutenção do acervo se dá por avaliações periódicas da equipe da biblioteca e, os livros que necessitarem de restauração serão retirados do acervo e encaminhados a empresas terceirizadas para efetuar reparos. Neste processo também é avaliado o item custo/benefício da restauração dos mesmos.

Salientamos, que foi organizado, no mês de outubro de 2005, uma exposição de livros danificados da Biblioteca Acadêmica, com o objetivo de conscientizar os usuários na preservação do acervo bibliográfico.

12.2.5 Objetivos

A Biblioteca Acadêmica da Unifebe tem por objetivos específicos:

- a) disponibilizar informações de caráter científico e técnico para a construção do conhecimento;
- b) maximizar o uso do acervo bibliográfico;
- c) criar metodologias que incentivem a comunidade acadêmica, real e em potencial, a freqüentar a biblioteca.

12.2.6 Responsabilidade social

A responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior é uma das preocupações nos últimos anos.

Contribuir para a inclusão social, cultural e digital da sociedade tornou-se a mola propulsora de inúmeras iniciativas implantadas por universidades brasileiras. Essa responsabilidade social não cabe somente a universidade, mas a todo tipo de instituição de ensino superior, seja uma faculdade, escola superior, instituto ou centro universitário. Neste sentido, a biblioteca poderá contribuir facilitando o

acesso a informação, com objetivo de minimizar as lacunas existentes em determinadas comunidades, no que diz respeito ao acesso aos livros.

A tabela a seguir, demonstra o número atendimentos à comunidade nos últimos três anos.

QUADRO DO Nº DE ATENDIMENTOS A COMUNIDADE

Ano	Nº de Atendimentos
2004	1.100
2005	1.540
2006	1.372

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

Salientamos que em 1998, a Biblioteca Acadêmica atendia aproximadamente 200 pessoas da comunidade.

12.2.7 Informatização da Biblioteca Acadêmica

Atualmente a Biblioteca Acadêmica encontra-se totalmente informatizada, possibilitando aos seus usuários consulta *on-line* ao acervo, renovação e reserva de materiais.

O *software* Pergamum permite que seja identificado a localização e a situação de exemplares, ou seja, se estes estão disponíveis no acervo ou emprestados.

Dando continuidade ao processo de informatização, foi iniciado em 2005, a impressão da carteira de identificação de usuários da biblioteca, que permite que os usuários realizem as rotinas de empréstimo e, como segue Medida Provisória nº 2.209 de 17 de agosto de 2001, concede o direito à meia-entrada em eventos culturais e esportivos.

12.2.8 Horário de funcionamento

A Biblioteca Acadêmica do Centro Universitário de Brusque – Unifebe funciona nos seguintes horários:

QUADRO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA ACADÊMICA

Dia da Semana	Horário
De 2ª a 6ª feira	Das 7h30min às 12 h e das 13h às 22h
Sábados	Das 8h às 11h30min e das 13h às 16h

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

12.2.9 Recursos humanos envolvidos

A estrutura organizacional da Biblioteca Acadêmica é composta de bibliotecárias, auxiliares administrativos e estagiários/bolsistas, conforme demonstra o quadro abaixo:

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA BIBLIOTECA ACADÊMICA

Descrição/Cargo	Funcionário	Horas/Semanais
Bibliotecária chefe	Carla Zenita do Nascimento – CRB 14/727	40h
Bibliotecária	Angela Sikorski Santos – CRB 14/836	40h
Auxiliar Administrativo	Mara Cristina Hüppes	40h
Auxiliar Administrativo	Jeniffer Margaret Barbosa	40h
Estagiária	Sheila Tomaz	20h
Total de Colaboradores: 05		

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

12.2.10 Apoio à normalização de trabalhos acadêmicos

A partir do início do ano letivo de 2007, a Unifebe passou a adotar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT como o referencial

metodológico para os trabalhos acadêmicos de todos os cursos de graduação (alunos que ingressaram a partir do 1º semestre de 2007), ação consolidada pela Resolução Consuni nº 06/07, de 21 de fevereiro de 2007.

Considerando essa mudança um avanço e um salto qualitativo na elaboração, padronizada, dos trabalhos acadêmicos. Cabe reiterar, que não somente para a disciplina de Metodologia Científica, mas para todas as disciplinas, as orientações metodológicas são as mesmas. Em outras palavras, para garantirmos a qualidade da produção científica na Unifebe, é imprescindível que todos os docentes sigam as mesmas diretrizes para orientação de trabalhos, conforme Instrução Normativa PROEnG nº 01/07, de 27 de março de 07.

Desse modo, na intenção de contribuir para a padronização nos procedimentos metodológicos e na qualidade das produções acadêmicas, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, juntamente com professores de metodologia e bibliotecárias da Unifebe, elaborou uma apostila didática, que servirá de alicerce e orientação, aos docentes e discentes, quanto ao referencial metodológico adotado pela Unifebe. O referido material apresenta-se como síntese, e, vem a definir alguns aspectos que a ABNT deixa em aberto. Esta apostila tem por finalidade, facilitar a execução de trabalhos acadêmicos e pesquisas dos discentes e docentes, abordando informações relativas às exigências atuais dos trabalhos científicos. Salientando que, o referido material se encontra disponível no site da Unifebe – Central de Aluno e Central do Professor, bem como na biblioteca da Instituição.

Por fim, destacamos que nosso intuito com esse material é contribuir para uma formação sólida e de qualidade, na construção crítica e criativa do conhecimento humano, de forma organizada e sistematizada, oferecendo orientações práticas desde os procedimentos de escrita até a apresentação formal dos trabalhos.

12.2.11 Equipamentos disponíveis

A Biblioteca possui para desempenhar suas atividades e atender aos seus usuários os seguintes equipamentos:

QUADROS DOS EQUIPAMENTOS DA BIBLIOTECA ACADÊMICA

Quantidade	Descrição dos Equipamentos	Finalidade
03	Computadores Intel Celeron 1.10 GHz com 246 de RAM Pentium 3, 600 MHz, com 128 de RAM	processamento técnico e atividades administrativas
01	Pentium IV CPU 2.8 GHz , com 256 de RAM	processamento técnico, atividades administrativas, elaboração de carteira de usuários.
03	Pentium II, 350 MHz, com 128 de RAM, Pentium 100 MHz, com 32 de RAM, Intel Pentium III, 600 MHz, com 64 de RAM	terminais para rotinas de empréstimo, devolução e renovação de materiais.
05	IBM, com 16 de RAM Pentium 100 MHz, com 16 de RAM	terminais para consulta ao acervo, renovação e reserva de materiais.
08	Pentium III, 1,0 GHz, com 128 de RAM Intel Celeron 333 MHz, com 32 de RAM.	Terminais com acesso a internet para pesquisas e digitação de trabalhos
01	Impressora jato de tinta HP 610C	atividades administrativas
01	Impressora Laser HP 1000	atividades administrativas e impressão de etiquetas com código de barra
01	Impressora Zebra – Eltron P420 card printer	impressão de carteira de identificação de usuários
01	Scanner HP 3770	digitalização de fotos para a carteira de usuários
03	Leitoras ópticas	leitura de código de barras – efetivando as rotinas de empréstimo, renovação e devolução de materiais.

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

12.2.12 Serviços prestados

Compete à Biblioteca Acadêmica executar os serviços a seguir:

- a) intercâmbio de publicações;
- b) lista de desideratas;

- c) seleção e aquisição de material bibliográfico nacional e estrangeiro;
- d) orçamento de material bibliográfico;
- e) catalogação, classificação e preparo físico do material bibliográfico;
- f) listas do acervo de monografias, das publicações seriadas e dos multimeios;
- g) atendimento e orientação à comunidade acadêmica e externa;
- h) restauração de obras danificadas;
- i) orientação quanto ao uso da base de dados;
- j) manutenção e organização dos acervos;
- k) sumários de periódicos correntes;
- l) exposição de novas obras adquiridas;
- m) comutação bibliográfica;
- n) empréstimo inter-bibliotecário;
- o) levantamento bibliográfico automatizado;
- p) capacitação dos usuários quanto ao uso da biblioteca;
- q) orientação quanto à normalização bibliográfica;
- r) empréstimo local e domiciliar;
- s) cadastro de usuários.

12.2.13 Política de empréstimo e consulta

A consulta ao acervo da biblioteca é disponibilizada aos acadêmicos, professores, técnico-administrativos e comunidade em geral.

O empréstimo domiciliar restringe-se aos acadêmicos regularmente matriculados em todos os níveis de ensino da Unifebe, técnico-administrativos e professores da Instituição. Com a informatização, através do *software* Pergamum os usuários poderão realizar consulta on-line ao acervo, renovação e reserva de materiais.

Os quadros a seguir apresentam os tipos de materiais a serem emprestados, os prazos e as cotas de cada categoria de usuários:

- a) livros, monografias, relatórios de prática de ensino, projetos de pesquisa e materiais complementares;

QUADRO DOS MATERIAIS A SEREM EMPRESTADOS POR PRAZOS, COTAS E CATEGORIAS DE USUÁRIOS

Categorias	Prazos	Cotas
Docentes	15 dias	5 unidades
Acadêmicos da graduação e de cursos seqüenciais	07 dias	3 unidades
Acadêmicos da pós-graduação	15 dias	5 unidades
Alunos de cursos de extensão	07 dias	3 unidades
Técnico-administrativos	07 dias	3 unidades
Acadêmicos da graduação em fase de monografia e/ou relatório de estágio	07 dias	4 unidades
Usuários especiais	04 dias	3 unidades

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

- b) fitas de vídeo, disquetes e cd-roms;

QUADRO DOS MATERIAIS A SEREM EMPRESTADOS POR PRAZOS, COTAS E CATEGORIAS DE USUÁRIOS

Categorias	Prazos	Cotas
Docentes	07 dias	2 unidades
Acadêmicos da graduação, de cursos seqüenciais, da pós-graduação e de cursos de extensão	07 dias	2 unidades
Técnico-administrativos	07 dias	2 unidades

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

- c) Mapas;

QUADRO DOS MATERIAIS A SEREM EMPRESTADOS POR PRAZOS, COTAS E CATEGORIAS DE USUÁRIOS

Categorias	Prazos	Cotas
Docentes	Só para uso em sala de aula	Conforme a necessidade
Acadêmicos da graduação, de cursos seqüenciais, da pós-graduação e de cursos de extensão	Só para uso em sala de aula	Conforme a necessidade

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

Para obras inexistentes no acervo da Biblioteca Acadêmica, o usuário poderá solicitar empréstimo entre bibliotecas, o qual poderá ser atendido pelas bibliotecas integrantes da Câmara de Bibliotecas da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE, através do Sistema Integrado de Bibliotecas do Sistema ACAFE – SINBAC, de acordo com sua disponibilidade.

12.2.13.1 Estatística de empréstimo

A tabela abaixo, demonstra o número de empréstimos de 2003 até agosto de 2007.

QUADROS DOS NÚMEROS DE EMPRÉSTIMOS

Ano	Nº de Empréstimos
2003	26.006
2004	27.647
2005	54.349
2006	37.350
Até Agosto de 2007	22.303

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

12.2.14 Política de desenvolvimento de coleções

A implantação de políticas de seleção e aquisição, em qualquer biblioteca, deve ser elaborada como uma das formas de planejamento orçamentário e na busca da manutenção de qualidade do acervo.

Além disto, adquirir, manter ou descartar materiais bibliográficos e ou especiais tendo como base critérios previamente definidos, que, por sua vez são estabelecidos por meio das diretrizes previamente elaboradas para a formação ideal do acervo, é um instrumento indispensável para o planejamento e avaliação da coleção.

Considerando os objetivos da Biblioteca Acadêmica da Unifebe, os diferentes níveis de ensino (Graduação, Pós-Graduação e Cursos de Extensão Universitária); a demanda da comunidade interna (professores, acadêmicos e técnico-administrativos) e comunidade externa; crescente aumento da produção científica e cultural no mundo; a Biblioteca Acadêmica da Unifebe adota a seguinte política de seleção e aquisição de material.

12.2.14.1 Formas de aquisição

A Biblioteca promove a expansão de seu acervo por compra, doação e/ou permuta.

12.2.14.2 Responsáveis pela seleção

Coordenadores de curso e corpo docente da Unifebe; a Biblioteca Acadêmica através do estudo de demanda, outros segmentos da Instituição, através da necessidade de cada projeto específico.

12.2.14.3 Instrumentos auxiliares do processo de seleção

Catálogo de editoras; bibliografias fornecidas pelos professores; resenhas de livros; outras fontes de seleção.

12.2.14.4 Critérios gerais de seleção

- a) *Doações*: área de interesse do conteúdo do material, ano de publicação, atualidade da informação, valor histórico da obra, idioma, estado físico do material, disponibilidade de exemplares no acervo e autoridade.
- b) *Permuta*: área de interesse do conteúdo do material, disponibilidade de exemplares no acervo, idioma e autoridade.

- c) *Compra*: adequação ao currículo acadêmico e às linhas de pesquisa, disponibilidade de exemplares no acervo, idioma, custo, autoridade.
- d) *Obras de referência* – existência de obras similares, facilidade de acesso, idioma, ano de publicação, custo, autoridade e cobertura.
- e) *Periódicos*: necessidade do curso/área de interesse, autoridade, continuidade.
- f) *CDs, fitas, slides, mapas e outros materiais não-convencionais*: serão adquiridos quando comprovada a necessidade destes para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

12.2.14.5 Aspecto quantitativo

No processo de aquisição de material bibliográfico via compra, são adotadas as seguintes proporções:

- *bibliografia básica*: são adquiridos inicialmente 5 (cinco) exemplares dos títulos de livros indicados nas bibliografias básicas das disciplinas, sendo um exemplar para consulta local e o restante para circulação (empréstimo domiciliar);
- *bibliografia complementar*: é adquirido um exemplar dos títulos indicados nas bibliografias complementares das disciplinas, exceto nos casos em que haja demanda, ou por solicitação expressa efetuada pelos solicitantes que justifiquem a necessidade de um número maior de exemplares. Cabe ao professor indicar a necessidade de sua restrição para consulta local.

12.2.15 Acervo geral

O acervo da Biblioteca Acadêmica da Unifebe está arranjado em grandes assuntos, de acordo com a Classificação Decimal de Dewey – CDD e, para notação de autor a tabela Cutter-Sanborn. Para o processo de catalogação, é utilizado o Código Anglo-Americano – AACR2.

O acervo encontra-se disponível para consulta *on-line* podendo ser identificada a situação do exemplar, bem como renovação e reserva de materiais.

QUADRO DO ACERVO GERAL DA BIBLIOTECA ACADÊMICA DA UNIFEBE

Livros/Periódicos	Títulos/Exemplares
Livros	19.995 títulos 36.774 exemplares
Periódicos de caráter informativo (local, estadual e nacional)	16 títulos
Periódicos especializados	98 títulos

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

QUADRO DO ACERVO GERAL DA BIBLIOTECA ACADÊMICA DA UNIFEBE

Fitas de Vídeo	Disquetes/Cd-Rom	Mapas	Teses/Dissertações	Monografias
537 unidades	219 unidades	219 unidades	25 unidades	1.519 unidades

FONTE: BIBLIOTECA ACADÊMICA – SET/2007.

REFERÊNCIAS

ACAFE. **Avaliação Institucional para as IES do Sistema ACAFE**, novembro, 2005.

BARBOSA, Rommel Melgaço (org). **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Projetos e Ambientes Inovadores**. Brasília: MEC, 2000.

_____. **Lei que Regulamenta a Educação a Distância**, Decreto Federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. DOU, 20 dez. 2005.

_____. **Lei que Normatiza o Credenciamento de Instituições para EAD**, Portaria Ministerial nº 301, de 07 de abril de 1998. DOU, 9 abr. 1998.

_____. **Lei que Normatiza o Credenciamento de Instituições para EAD**, Portaria Ministerial nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004. DOU, 30 dez. 2004.

_____. **Lei que Normatiza a Modalidade semi-presencial**, Portaria Ministerial nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. DOU, 13 abr. 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, Seção p.3, 14 abr. 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Sociedade em Rede: a era da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CORRÊA, Juliane. Sociedade da informação, globalização e educação a distância. In **Cenário atual da EAD - Unidade 1**. [Rio de Janeiro]: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Educação Como Prática da Liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FORGRAD – **Fórum de pró-reitores de graduação das universidades brasileiras: resgatando espaços e construindo idéias: de 1997 a 2003**.

Organização Roberto Quental Coutinho e Jacira Guio Marino. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições.** Brasília, 2004.

_____. **Avaliação externa de instituições de educação superior – Diretrizes e Instrumentos.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2005.

_____. **Roteiro de auto-avaliação institucional:** orientações gerais. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais, 2004.

KLEIS, Margarete Lazzaris (org). Unidade 1 – EAD no Brasil e no Mundo. In **Conceitualização e Contextualização Histórica.** [Florianópolis]: Editora ACAFEVirtual, E-Book (CD-ROM), 2005a.

LINS, Maria Judith S. da Costa. A Aprendizagem. In **A aprendizagem e a tutoria - Unidade 4.** [Rio de Janeiro]: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

LITWIN, Edith. **Educação a Distância:** temas para o debate de uma agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MASETTO, M. (org). **Docência na Universidade.** Campinas, SP: Papyrus, 1998.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** 13. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

NANDIM, Claudia. Experiências em EAD. In **A elaboração de projetos - Unidade 5.** Rio de Janeiro: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

PALLOFF, Rena M; PRATT, Keith. **O Aluno Virtual um guia para trabalhar com estudante on-line.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. **Construindo Comunidades de Aprendizagem no Ciberespaço:** Estratégias eficientes para salas on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RIBEIRO, Antônia Maria Coelho; NEVES, Maria Cristina Baeta. A Tutoria. In **A aprendizagem e a tutoria - Unidade 4.** [Rio de Janeiro]: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

RIBEIRO, Victoria Maria Brant. Planeja para desenvolver competências. In **O planejamento e a avaliação - Unidade 3**. Rio de Janeiro: Editora Senac do Brasil, E-Book (CD-ROM), 2001.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática; trad. Ernani F. da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SARTORI, Ademilde; ROESLER, Jucimara. **Educação Superior a Distância**: Gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e *on-line*. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.

VALENTE, J. Armando et al. **Educação a Distância Via Internet**. São Paulo: Editora Avercamp, 2003.

VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior**: Projeto Político Pedagógico. Papyrus, 2004.

VIANNEY, João et al. **A Universidade Virtual no Brasil**. Tubarão: Ed. Unisul, 2003. Documento do Forgrad

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Estatuto do Centro Universitário de Brusque – Unifebe.

Anexo B – Regimento do Centro Universitário de Brusque – Unifebe.

Anexo C – Roteiro para Implementação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.



Centro Universitário de Brusque – Unifebe

Projeto Pedagógico Institucional - PPI

Anexo A

Estatuto do Centro Universitário de Brusque - Unifebe



Centro Universitário de Brusque – Unifebe

Projeto Pedagógico Institucional - PPI

Anexo B

Regimento Geral do Centro Universitário de Brusque - Unifebe



Centro Universitário de Brusque – Unifebe

Projeto Pedagógico Institucional - PPI

Anexo C

Roteiro para Implementação dos Projeto Pedagógicos do Cursos